

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “Prof. José de Souza Herdy”

UNIGRANRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Joana de Carvalho Pinheiro

**O ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL NA ORGANIZAÇÃO
ESCOLAR: O NEABI DO IFRJ**

Rio de Janeiro

2021

Joana de Carvalho Pinheiro

**O ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL NA ORGANIZAÇÃO
ESCOLAR: O NEABI DO IFRJ**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão Organizacional

Orientadora: Profa. Dra. Denise Franca Barros

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

P654 Pinheiro, Joana de Carvalho.

O Enfrentamento ao Racismo Estrutural na Organização Escolar: o NEABI do IFRJ. / Joana de Carvalho Pinheiro. - Rio de Janeiro: 2021.
184 fls.; il. 21 cm.

Dissertação (mestrado em administração) - Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2021.

“Orientação: Profa. Denise Franca Barros”.

1. Organização Escolar. 2. Racismo Estrutural. 3. Interseccionalidade. 4. Lei 10639/2003. I. Barros, Denise Franca. II. Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy.". III. Título.

Joana de Carvalho Pinheiro

O Enfrentamento ao Racismo Estrutural na Organização Escolar: o NEABI do IFRJ.

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em administração.

Área de concentração: Gestão Organizacional

Aprovado em 26 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Denise Franca Barros
Universidade do Grande Rio

Prof. Dr. Sérgio Eduardo de Pinho Wanderley
Universidade do Grande Rio

Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá/Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Renata da Silva Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Administração.

Profa. Dra. Rejane Prevot do Nascimento
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Denise Franca Barros
Orientadora

Rio de Janeiro, 2021.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Alda, Álvaro e aos meus irmãos.
Aos meus filhos Farah, Victor, João Cândido e ao
neto Theodoro. Ao meu marido e melhor amigo
Washington.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos e orações à minha ancestralidade e a todos os africanos que fizeram a travessia do Atlântico, aos que pereceram e aos que sobreviveram e possibilitaram de uma forma ou de outra que eu pudesse hoje escrever essa pesquisa.

Aos professores e colegas da Universidade Federal Fluminense-UFF, foram anos de grande apreensão, de conhecimento e luz para a jornada da vida profissional; Vera Breglia, Clarice Mullethaler, Aníbal Bragança, que enriqueceram a minha vida.

Por força das horas de estágio, fui para a Universidade Cândido Mendes e pelo destino estagiar no Centro de Estudos Afro-Asiático, que tem como objetivo divulgar escritos inéditos sobre o estudo das relações raciais no Brasil e da diáspora negra, bem como as realidades nacionais e as relações internacionais de países africanos e asiáticos. Anos mais tarde, volto à mesma Cândido Mendes, para realizar estudos de pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil, obrigada. Ao IDEP- Instituto Brasiliense de Direito Público da qual iniciei meus primeiros estudos no *Stricto sensu*, como aluna ouvinte.

Agradeço aos amigos da Eletrobrás, quando participei da gênese e construção da Memória da Eletricidade no Brasil, ao Dr. Mario Penna Bering (*in-memoriam*), e a Jeanete Lopes de Miranda.

Ao CRB-7, meu primeiro porto seguro profissional, ao Kleber e Ilma Noronha, na FIOCRUZ, quando lá estive como bibliotecária em um programa profissional. Depois, por concurso público, ingressei no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (ao Dr. Álvaro Goulart) e, mais tarde, no CEFET de Química, onde pude construir do zero a sua biblioteca, uma das muitas que implantei, tendo a honra de conhecer e trabalhar com Hermano Tavares, Manoel Virgílio Pimentel Cortes, Maria Célia Freire, Profa Ângela, Edméa Teixeira, Rogério Dupin de Almeida, Luís Edmundo Vargas de Aguiar, Abel Arantes, Prof. José Carlos, a doce Pró-Reitora Elizabeth Agostinho, Vera Lúcia Costa vocês me estenderam as mãos no momento mais difícil e importante de minha carreira profissional; ao meu querido estagiário e aluno do CEFET de Química Fábio Ramos; aos meus irmãos bibliotecários, docentes e técnicos administrativos do IFRJ.

Meus sinceros agradecimentos aos estimados Reitor Rafael Almada do Sistema IFRJ, o Diretor geral de Unidade Jefferson Robson Amorim da Silva, e Diretora Adriana Linhares.

Aos membros do Colegiado de NEABIS- Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas do IFRJ – NEABI/IFRJ, que tanto contribuíram para a realização dessa pesquisa, a Ana Barbosa, Erica Bispo, Lívia Brum, Lucineide, Paula Vicente, Tomás, Jaqueline Gomes, Carla Hirt.

A Associação dos Pesquisadores Negros-ABP, da qual sou associada.

A Dra. Josiane Silva de Oliveira, professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Goiás, pesquisadora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros-APBN, que de pronto aceitou o convite para fazer parte da Banca da minha defesa de Mestrado, me sinto honrada em tê-la na banca.

Meu profundo agradecimento e carinho a Dra. Renata Souza, que embora com muitos compromissos, devido a candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro, se ofereceu para compor a banca da minha dissertação de mestrado.

Não posso deixar de agradecer o apoio do Instituto Teotônio Vilela.

Ao lembrar que a vida é feita das circunstâncias e do possível, não do ideal, estendo meus agradecimentos aos meus colegas e amigos da Defensoria Pública da União aos quais me recordo com indisfarçável sentimento de carinho e saudade nas pessoas dos doutores Clóvis Pinheiro, Teresa Moreira, Ariosvaldo Góis Costa Homem, André Dubois, Daniel Macedo, André Ordacgy, Felipe Caldas, Maria Cecília, Igor; meus colegas e amigos Ana Luíza, Fernanda Passalini, Maria Theresa, Adilene, Lélis, Jorge Luís, quando lá estive na construção de sua biblioteca e, depois, como assessora, administrativa dos Ofícios previdenciários e da Assessoria da Categoria Especial.

As mudanças necessárias não acontecem
só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor.
Essas mudanças hão de verificar-se como resultado das leis de movimento das
sociedades humanas,
e todos sabemos também que o voluntarismo e
as boas intenções nunca foram o motor da história.
Mas, a consciência disto mesmo não tem que matar
Nosso direito à utopia, e nosso direito ao
sonho. Porque a utopia ajuda a fazer o caminho.
Porque sonhar é preciso, porque o sonho comanda
a vida. (Avelãs, Antônio José. Neoliberalismo e direitos humanos. Rio de Janeiro:
Renovar, 2003, 1,2,3 p.).

Lembro-me, profundamente agradecida, dos colegas e professores de pós-graduação em administração para o terceiro setor, pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, onde tive a oportunidade e honra de conviver e adquirir vastos conhecimentos com todos os professores,

em especial o meu carinho ao professor Dr. Fernando Guilherme Tenório, meu orientador, e à professora Dra. Célia Cruz.

Meus mais sinceros e profundos agradecimentos a UNIGRANRIO, por permitir que eu realizasse esse mestrado, a todo o corpo de reitores, docentes e funcionários que nos ajudam a realizar essa bonita e árdua tarefa que é o trabalho de pesquisa. Muito obrigada.

A todos os meus colegas de classe do mestrado e ao Bruno do Doutorado pelos momentos de companheirismo, ajuda e alegria.

A professora Débora pelas aulas tão ricas de conteúdo e descontraídas, ao professor Luís Leandro, sempre lembrarei de vossas orientações e aulas riquíssimas), aos professores Dr. Angilberto, ao Dr. Michel Tiollent meu primeiro orientador, a Dra. Ana Carolina G. Motta, Dr. Joao Felipe Sauerbronn pelas dicas tão valiosas em sala de aula e na qualificação que ouvi e executei, ao Dr. Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley pelos comentários e elogios que foram importantes e decisivos na minha dissertação.

À coordenadora do PPGA professora Dra. Rejane Prevot muito obrigada, você é a luz do meu caminho, não tenho palavras para dizer como aprendi nas aulas de seminário de dissertação, você é um ser humano espetacular e uma coordenadora presente e preciosa. Considero você patrimônio intelectual da UNIGRANRIO. Muito obrigada!

À minha professora orientadora Dra. Denise Franca Barros, pelo incondicional apoio, persistência, paciência, dedicação, interesse, e generosidade, no repasse do conhecimento, pela responsabilidade de me conduzir até aqui, impossível retribuir e agradecer tamanha devoção. Muito obrigada por tudo. Sem a sua orientação eu não conseguiria chegar aqui. Muito obrigada!

Como toda trajetória tem seu ponto de partida, o início do início, meus mais profundos agradecimentos à minha família, aos meus pais Alda e Álvaro pelo incansável labor, amor e dedicação; aos meus irmãos Alvanilda, Arlinda (são minhas mães, serei por toda a eternidade grata a vocês, obrigada!) e Antônio pelas orientações durante toda a minha vida, aos meus irmãos Álvaro e Aldanero pela divina proteção.

Aos meus filhos Farah, Victor e João Cândido, que são as minhas maiores felicidade e esperança, ao meu neto Theodoro, minha alegria e, ao meu companheiro de jornada meu defensor de todas as horas, meu marido Washington. Obrigada pela devoção e amor.

À biblioteconomia que despertou o meu gosto pela informação e o conhecimento.

À sociologia da qual faço parte e amplia a minha visão de sociedade.

E muito obrigada a todos que labutaram e labutam na ciência da administração, a um dos papas da Administração moderna Peter Drucker (in memoriam), que em sua obra Sociedade, Pós-capitalista, que explica as novas funções das organizações.

“O problema em nossas vidas não é a ausência de saber o que fazer, mas a ausência de fazê-lo. Mais arriscado que mudar, é continuar fazendo a mesma coisa. Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo. Administração é fazer as coisas direito. Liderança é fazer as coisas certas. Quando você vê um negócio bem-sucedido é porque alguém algum dia tomou, uma decisão corajosa.” (Peter Drucker).

Explica...e com o carinho positivo da ciência
Que aprova e classifica. O que é que a ciência tem?
Borracha para depois apagar.
Você já foi ao espelho? Não? Então vá!
(Raul Seixas, todo mundo explica).

Subscrevo, por isso, a lição necessária para seguir em frente, também enunciada por Chico Buarque de Holanda, ao afirmar que “a gente tem que ter voz ativa para o nosso destino “plantar”, assim, através das luzes e holofotes do conhecimento plantarmos um porvir melhor.

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há...

(Chico Buarque de Hollanda)

EPIGRAFE

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua religião.
Para odiar, as pessoas precisam aprender,
e, se podem aprender a odiar,
podem ser ensinadas a amar.
(MANDELA, 1995).

RESUMO

PINHEIRO, Joana de Carvalho. **O Enfrentamento ao Racismo Estrutural na Organização Escolar:** o NEABI do IFRJ. Dissertação (Mestrado em administração) - Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Rio de Janeiro. RJ, 176 f., 2021.

O objetivo da presente pesquisa é analisar como os projetos de enfrentamento ao racismo do NEABI contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ. Foram utilizados como limites temporais para a seleção dos projetos que desconstruem esse racismo estrutural o período compreendido entre os anos de 2018 a 2020, pelo justo motivo que somente a partir de 2018 foram realizadas as regulamentações e os regimentos necessários e em conformidade com as normativas vigentes. Buscou-se, assim, descrever o impacto dessas ações de enfrentamento sobre a comunidade acadêmica e discutir como os Núcleos desenvolvem e desconstruem, esse racismo estrutural com e através de seus projetos e ações afirmativas na organização escolar. Nos objetivos específicos analisou-se as iniciativas dos NEABIS-IFRJ. Na revisão da literatura procurou-se na fundamentação teórica os principais conceitos sobre: a modernidade/colonialidade/decolonialidade, bem como o racismo estrutural, a eugenia, e as interseccionalidades. Assim como, por que falar de raça nos estudos organizacionais, políticas públicas sociais, uma política pública social afirmativa. Um dos teóricos do referencial teórico foi Almeida (2019) para o racismo estrutural, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de hierarquizações de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais, e que essas práticas sociais interferem nas relações existentes na organização escolar. A metodologia usada foi o estudo de caso, a partir da abordagem qualitativa e exploratória, com o uso de documentos, internet, google acadêmico, a base de dados do Scielo, leis, etc., e como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, foi realizada a análise de conteúdo da Bardin. Os entrevistados foram selecionados por serem servidores do IFRJ e membros dos NEABIS com vários projetos ligados diretamente aos desígnios da lei 10.639/2003. Já na análise dos resultados os trabalhos realizados pelos Núcleos, destacam-se: a implantação de projetos e ações de enfrentamento ao racismo estrutural, de políticas antirracistas no âmbito interno e externo da organização acadêmica do IFRJ, observou-se que os núcleos se baseiam no tripé, espaço de acolhimento, de preparação, de conhecimento, tratam do sexismo, gênero, classe, LGBT, trabalham os marcadores sociais de diferenças, ou seja, das interseccionalidades.

Palavras-chave: Organização escolar. Racismo estrutural. Lei10.639/2003. Interseccionalidades.

ABSTRACT

PINHEIRO, Joana de Carvalho. Confronting Structural Racism in the School Organization: the NEABI of IFRJ. Dissertation (Master in Administration) - School of Applied Social Sciences, Universidad do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy ”, Rio de Janeiro. RJ, 176 f., 2021.

The aim of this research was to analyze how NEABI's projects to combat racism contribute to the deconstruction of structural racism in the academic community of IFRJ. The period between 2018 and 2020 was used as time limits for the selection of projects that deconstruct this structural racism, the period from 2018 to 2020, for the right reason that only from 2018 the necessary regulations and regulations were carried out and in accordance with the current regulations. Thus, we sought to describe the impact of these actions to confront the academic community and discuss how the Nuclei develop, and deconstruct this structural racism with and through their projects and affirmative actions in the school organization. The specific objectives analyzed the initiatives of NEABIS-IFRJ. In the literature review, the main concepts about: modernity/coloniality/decoloniality, as well as structural racism, eugenics, and intersectionalities were sought in the theoretical foundation. As well as, because talking about race in organizational studies, social public policies, an affirmative social public policy. One of the theorists of the theoretical framework was Almeida (2019) for structural racism, as a political and historical process, it is also a process of constitution of subjectivities, hierarchies of individuals whose consciences and affections are somehow connected with social practices, and that these social practices interfere in the existing relationships in the school organization. The methodology used was the case study, from the qualitative and exploratory approach, with the use of documents, internet, academic google, the Scielo database, laws, etc., and as a data collection instrument, the semi-structured interview was used, Bardin content analysis was performed. The interviewees were selected because they were IFRJ employees and NEABIS members with several projects directly linked to the designs of law 10,639/2003. In the analysis of the results the work carried out by the Nuclei, stand out: the implementation of projects and actions to combat structural racism, of anti-racist policies within and outside the academic organization of the IFRJ, it was observed that the nuclei are based on the tripod, reception space, preparation, knowledge, deal with sexism, gender, class, LGBT, work the social markers of differences, that is, intersectionalities.

Keywords: School organization. Structural racism. Law 10.639/2003. Intersectionalities.

LISTA FIGURAS

Figura 1: Folder apresentando o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRJ-Campus Rio de Janeiro-NEABI	33
Figura 2: Experimentos da eugenia	49
Figura 3: Homem de Cheddar, primeiro Britânico 10 mil anos atrás; Pele negra olhos azuis.	52
Figura 4: Foto George Floyd, assassinado nos estados Unidos por policiais.....	56
Figura 5: Foto do menino João Pedro assassinado nas favelas do Rio em 2020.....	57
Figura 6: Enterro vítima da corona vírus, em São Paulo.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação de Linnaeus, com as quatro ‘raças’ principais.....	48
Tabela 2: Marcadores sociais das diferenças.....	67
Tabela 3: Desigualdades sociais por cor nas organizações do Brasil (dados-2019)... ..	75
Tabela 4: Oportunidades desiguais por cor e raça nas empresas no Brasil (dados-2019).....	76
Tabela 5: Projetos sobre o racismo estrutural coletados dos NEABIs/IFRJ (2018-2020)	93
Tabela 6: Projetos sobre a interseccionalidade coletados dos NEABIs/IFRJ (2018-2020).....	85
Tabela 7: Categorias estabelecidas para análise do referencial teórico.....	93
Tabela 8: Qualificação dos entrevistados membros dos entrevistados membros do NEABI ..	95
Tabela 9: Fontes primárias levantadas nas entrevistas.....	96
Tabela10: Seleção dos projetos que tratam do racismo estrutural.....	101
Tabela11: Resumo dos projetos selecionados sobre o racismo estrutural.....	112
Tabela12: Servidores dos NEABIS entrevistados.....	112
Tabela13: Hierarquia categorias racismo estrutural e interseccionalidade.....	114
Tabela14: Projetos sobre Interseccionalidade.....	114
Tabela15: Projetos de extensão do NEABI/IFRJ.....	121
Tabela16: Projetos de pesquisa NEABI/IFRJ.....	121
Tabela17: Seleção dos projetos que tratam da interseccionalidade.....	122

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Interseccionalidade.....	66
Gráfico 2: Processo de circularidade de inserção das Diretrizes nas IES.....	86
Gráfico 3: Mapa do desenvolvimento da análise de conteúdo.....	92
Gráfico 4: Gráfico Perfil dos entrevistados.....	112
Gráfico 5: Interseccionalidade-2.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

IES - Instituição de Educação Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da educação

NEABIS- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONU-Organizações das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

PPI – Projeto Político Institucional

USA- Estados Unidos da América

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	21
1.2 OBJETIVO GERAL.....	25
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	25
1.5 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA	27
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	29
2.APRESENTAÇÃO DO CASO	32
2.1 DESCRIÇÃO DO NEABI DO IFRJ	32
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
3.1 MODERNIDADE/COLONIALIDADE/ DECOLONIALIDADE	35
3.2 O RACISMO ESTRUTURAL	41
3.2.1 A Eugenia	48
3.2.2 O Racismo Estrutural Hoje (Século XXI)	52
3.2.3 Culturalismo: a nova maquiagem do racismo estrutural.....	61
3.2.4 O Racismo um Problema Econômico.....	63
3.2.5 O que é Interseccionalidade.....	66
3.2.6 Pensando Feminismo e Racismo.....	68
3.3 PORQUE FALAR DE RAÇA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	70
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	77
3.5 UMA POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL AFIRMATIVA.....	79
4 METODOLOGIA.....	82
4.1 SELEÇÕES DOS PROJETOS NO ESCOPO TEMPORAL -2018 A 2020	84
4.2 ETAPA 1 – MÉTODO DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS.....	85
4.3 ETAPA 2 – MÉTODO DE COLETA DE DADOS (ENTREVISTA- SEMIESTRUTURADA).....	87
4.4 ETAPA 3 – MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DADOS E ENTREVISTAS COLETADAS.....	90
5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	100

5.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS RELACIONADOS AOS PROJETOS SOBRE O QUE É O RACISMO ESTRUTURAL.....	101
5.1.1 Análise Dos Resultados Relacionados Ao “Projeto Das Jornadas De Formação Antirracista	107
5.1.2 Análise Dos Resultados Relacionados Ao Projeto Encontro Ciclo De Conversa Racismo E Sociedade:	109
5.1.3 Análise dos resultados relacionados ao projeto da palestra do Ciclo de conversa: sobre a importância da biblioteca como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo.....	110
5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS AÇÕES E PROJETOS REALIZADOS PELO NEABI DO IFRJ RELACIONADOS ÀS INTERCIONALIDADES E SEUS MARCADORES DAS DIFERENÇAS SOCIAIS	113
5.2.1 Análise dos resultados relacionados ao projeto “os desafios de ser mulher no Brasil: reflexões sociais e filosóficas a partir da realidade regional”.	116
5.2.2 Análise dos resultados relacionados ao projeto de extensão “feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade”.....	117
5.2.3 Análises dos resultados relacionados ao projeto extensão “Apoio À Peça Teatral Marielle Presente, Marielle Franco”	118
5.2.4 Análises dos resultados relacionados ao projeto “Visita Técnica à pequena África” na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o grupo de pesquisa NEGRAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais	120
5.2.5 Projetos sobre a Interseccionalidade nos NEABIS do IFRJ Entrevistados.....	122
5.3 ANÁLISES DE RESULTADOS RELACIONADOS AOS PROJETOS DOS NEABIS SOBRE O ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL E SUAS INTERSECCIONALIDADES, A CURA: LEI 10.639/2003 “DESCONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES”.....	124
5.3.1 Análise de resultados relacionados ao NEABI/IFRJ como instrumento de execução de políticas afirmativas no ambiente acadêmico da organização escolar.....	126
6 CONCLUSÃO.....	129
6.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	139
REFERÊNCIAS	142
ANEXO I - Termo de Consentimento	158
ANEXO II – Roteiro da Entrevista	159

ANEXO III – Projetos Realizados pelo NEABI Niterói 2018 a 2020	160
ANEXO IV – Projetos Realizados pelo NEABI Resende 2018 a 2020	161
ANEXO V – Projetos Realizados pelo NEABI CAXIAS 2018 a 2020.....	162
ANEXO VI – Projetos Realizados Pelo NEABI Pinheiral 2018 a 2020.....	164
ANEXO VII – Projetos Realizados pelo NEABI Realengo 2018 a 2020.....	166
ANEXO VIII – Fotos de Projetos dos NEABIS do IFRJ.....	168
ANEXO IX – Lei 10.639/2003.....	182
ANEXO X – Lei 11.645/2008	183
ANEXO XI - Homenagem ao Movimento Negro e a Sociedade Civil Constituída e a Todos os Homens e Mulheres do Brasil que Lutam Hoje pela Igualdade.....	184
ANEXO XII – Poesia Grada Kilomba	185

APRESENTAÇÃO “Joana por si mesma”

“A terra é um só país e a humanidade seus cidadãos”

Bahá’u’lláh

Não desistir da luta, recomeçar na derrota,
renunciar as palavras e pensamentos negativos,
enfim, acreditar nos valores humanos. Ser
Otimista!!!

(Cora Coralina)

Meu encontro com o tema do enfrentamento ao racismo estrutural se deu através da minha ascendência africana, e pelas graças de Deus e obra do destino, quando da graduação na Universidade Federal Fluminense. Em 1985, fui estagiar no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, onde podia conviver e beber na fonte os temas que hoje trago na minha dissertação de mestrado. No Centro de estudos, havia um acervo interessante de artigos de periódicos, eles eram esclarecedores ao tratar do racismo. A história que aprendi nas escolas é que no Brasil não havia racismo, já nos textos lidos ali no Centro, a história praticamente era recontada de outro modo, e esse modo refletia as desigualdades, as discriminações e preconceitos sofridos não só por mim no meu dia a dia, mas, por milhares de outras Joanas, negras, pretas, periféricas existentes em todos os cantos do Brasil e, como não poderia deixar de ser, nos ambientes organizacionais também. Assim, fui tocada naquele momento com as questões afetas ao racismo, bem como suas interseccionalidades. Eu lia Lélia Gonzáles, Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e outros autores. O meu acesso era oportunizado devido a minha condição de estagiária de biblioteconomia da Cândido Mendes, onde se localiza o Centro.

Minha ligação com a África, à biblioteca, os livros e a questão do preto no Brasil ainda não param por aí, na medida em que meu falecido e amado sogro Sr. Ozires Pinheiro, Jornalista e Comendador (Ordem do Rio Branco), foi durante anos, encarregado do Centro de Estudos brasileiro da Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau. Este Centro de Estudos Brasileiros tinha como âncora uma biblioteca. Ele era pioneiro da fé Bahai na República de Guiné-Bissau, África Ocidental, um ensinamento maior de Bahá ulláh foi “A Terra é um só país e a humanidade seus cidadãos”. Meu sogro era jornalista e frequentou o teatro experimental do negro, convivia com Grande Otelo, Ruth de Souza, dentre outros. Quando eu o conheci em 1983, conversava conosco sobre esse período que ele viveu no meio artístico e o problema do negro “só” representar as ditas áreas moles comentadas pelo Oracy Nogueira, ou

seja, os papéis subalternos, empregos inferiorizados hierarquicamente refletindo as desigualdades que temos hoje no Brasil.

Essas experiências e conhecimento ficaram guardados e foram se acumulando com outras que tive ao longo da minha vida, tal como o da minha família que tem ainda hoje, uma forte ligação com o continente africano, pelo fato de minha irmã mais velha ser casada com um gabonês Sr. Guy Stanislas Raganyso (Gabão país africano), jornalista pela UERJ, e mestre pela UFRJ, ex-funcionário da embaixada do Gabão no Brasil. Assim, na casa dos meus pais os debates eram calorosos e ricos de cultura e informação. Tínhamos alguém, que enriquecia nossos conhecimentos com uma visão e cultura que a nós era falseada, e só servia para segregar, subalternizar, hierarquizar socialmente e excluir os sujeitos pretos (as), pardos, índios e outras minorias.

Considero relevante o tema, considerando que nesse momento organismos internacionais trabalham a fim de desconstruírem mentiras sedimentadas no inconsciente coletivo da sociedade em relação à questão da “raça” e do racismo na sociedade como um todo. Sendo que o Brasil reconheceu que é um país racista perante a Conferência de Durban, se comprometendo a tomar iniciativas de enfrentamento ao racismo, bem como suas interseccionalidades, através das políticas públicas afirmativas, como as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, que “estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena.” No Instituto Federal do Rio de Janeiro, o instrumento utilizado para a execução dessas políticas públicas afirmativas é o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena-NEABI.

Este tema não é tão comum nas ciências da administração, mas afinal de contas, estamos na Década dos Afrodescendentes onde a “resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que proclamou o período de 2015–2024 como a Década dos Afrodescendentes, citando a necessidade de fortalecer a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno gozo dos direitos econômicos, sociais, culturais e civis dos afrodescendentes, e a sua plena e igual participação em todos os aspectos da sociedade”, ou seja, é uma oportunidade dos Estados Membros como o Brasil passarem a limpo as questões que envolvem a igualdade de direitos para os afrodescendentes e outras minorias existentes no país.

Em 2003, ao cursar o MBA na Fundação Getúlio Vargas-RJ em Administração do Terceiro Setor, frequentava rotineiramente a sua biblioteca Central, bem como a sua editora

no 1º andar do prédio antigo, então li livros sobre questões afetas ao tema, mas também sobre a história do negro.

A pós-graduação em História da África e do Negro no Brasil me deu importantes contribuições referentes ao meu trabalho de pesquisa.

Já os estudos como graduanda em sociologia, me fez ampliar a minha visão da realidade social, onde se encontra incrustado nela o racismo estrutural, bem como suas intersecções.

No mestrado em administração na UNIGRANRIO, pesquisei alguns autores que sedimentaram a minha escolha em relação ao tema, complementando sobre o que escreveu Oracy Nogueira, que a academia é área dura de acesso na sociedade pelos não brancos.

Enquanto servidora pública federal do Instituto Federal do Rio de Janeiro, em 2008, fui cedida à Defensoria Pública da União - DPU-RJ, onde trabalhei como supervisora da biblioteca, e, depois, como Assessora dos Ofícios Previdenciários, bem como Assessora da Categoria especial, onde pude ter contato e ver de perto o drama dos pretos e pretas da gente brasileira no judiciário, onde o racismo estrutural é pano de fundo de quase todas as demandas de nosso povo.

Ao ser devolvida, uma década depois ao IFRJ, percebi que precisava realizar algo, dar a minha contribuição para a redução das desigualdades, buscar meu lugar de fala, ser a voz desse nosso povo sofrido, onde todos são vítimas do mesmo falso discurso, o preto, o pardo, o índio, o deficiente, o idoso, a mulher, a mulher preta, os homo, os gordos, a criança e o adolescente, o cigano, o judeu, etc., ou seja, eu precisava enfrentar/denunciar o racismo estrutural, suas interseccionalidades, empunhar a bandeira da igualdade, da cidadania, do direito a diferença, ajudar a dignidade da pessoa humana, a “Universalidade”.

Nesse sentido, ao entrar no mestrado em administração, já sabia que o tema que traria para os estudos organizacionais seria o enfrentamento ao racismo estrutural na instituição de educação, onde o caso estudado selecionado foi o NEABI do IFRJ, ele que foi o aprofundamento da minha inspiração, considerando que sou membro de seu colegiado, e servidora pública federal do Sistema – IFRJ, há mais de duas décadas.

Possivelmente o grande pano de fundo por traz do enfrentamento ao racismo estrutural, bem como a tentativa de sua desconstrução não é o combate ao racismo e sim à bandeira e a utopia da igualdade.

Após esta apresentação, mostrarei, no próximo tópico, a introdução com a contextualização deste trabalho de pesquisa.

“Do direito a diferença e o princípio da igualdade,
nasce a Universalidade.”

Joana de C. Pinheiro

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é contextualizar o problema da pesquisa, definir o seu objetivo geral e os específicos, e, conseqüentemente, delimitar a pesquisa, apresentar a relevância, e sua justificativa e a organização dos capítulos deste trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa exploratória, que investigou um tema que vem ganhando espaço e visibilidade na sociedade brasileira. Esse tema é o racismo estrutural, e é por isso que eu vou analisar as ações de enfrentamento ao racismo pelo NEABI do IFRJ, que segundo Almeida (2019) é uma violência direta, uma discriminação, constituindo-se socialmente numa forma consciente e inconsciente do modo de vida.

Entretanto, o racismo estrutural, ainda é pouco estudado, com exíguas publicações acadêmicas no campo do conhecimento dos estudos organizacionais, principalmente, no campo da organização escolar. Uma dessas publicações são dos autores Teixeira (2020), onde eles colocam que é de suma importância discutir “o conceito de raça nos Estudos Organizacionais no Brasil, na medida em que “em termos biológicos, se defende que todos os seres humanos compõem uma única espécie, e que essa é a” humana”.

Outra publicação é o estudo de Rosa (2012), quando comenta que os estudos organizacionais no país têm se mantido a distância dos estudos brasileiros que abordam a questão das minorias raciais e a dinâmica de suas relações nas organizações brasileiras.

Por falar em minorias raciais, desvendar alguns conceitos, pode ajudar a termos mais clareza sobre raça e racismo. A sua origem foi a partir de estudos de evolução biológica do século XIX, onde se aplicou “o conceito de raça a humanidade, marcando a relação de superioridade e inferioridade entre colonizados e conquistadores”. (MUNANGA, 2005, p. 20).

Segundo Campos (2017), a noção de raça como referência a categorias distintas de seres humanos é um fenômeno da modernidade, que remonta aos meados do século XVI,

onde “seu significado sempre esteve ligado de alguma forma ao ato de estabelecer classificações”.

Para Quijano (2000), a origem de raça está no nascimento da América e no surgimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentralizado, “como um novo padrão de poder mundial”. Uma das marcas fundamentais desse padrão de poder é a “classificação social da população mundial a partir da ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial”. A partir daí essa ideia teve grande repercussão e influência nas formas de poder e domínio mundial”.

Já Munanga (2005), entende que raça está ligada à classificação biológica, que originou o termo racismo. A etimologia do termo “raça”, está ligado ao ato de estabelecer classificações, entretanto, é importante esclarecer que a ideia de raça, é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial”.

A espécie humana não possui subespécies ou subcategorias, portanto raça não existe. E numa definição singela podemos consignar que o racismo estrutural é uma forma de sedimentação de poder e hierarquias, diferenças e exclusões, construção e mantenças de poder através de subjetividades sedimentadas e entendidas como verdadeiras. (AGUILAR, 2016, p. 2).

Segundo Almeida (2019), o racismo teve suas origens na raça, que é um fenômeno da modernidade, sendo uma construção política, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico, na medida em que a biologia a partir do sequenciamento do genoma desconstruiu qualquer diferença biológica, não existindo raça. O racismo estrutural é um dos elementos estruturantes do Estado, Estado este paradoxalmente forjado sob a égide dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

O racismo é estrutural porque na construção da sociedade brasileira foi ele que sustentou a estrutura social, política e econômica de nossa sociedade. Dessa forma, ele se manifesta através da naturalização de pensamentos e situações que promovam a discriminação racial, inclusive interseccionando com as questões de gênero, sexismo, classe e outros marcadores de diferenças sociais. (ALMEIDA, 2019).

Em seus comentários, Silva (2003), fala sobre processos históricos e contemporâneos de estigmatização, discriminações oriundas do racismo que deságuam em desigualdades, resistências e atingem as minorias sociais, como são os sujeitos afrodescendentes (pretos e pardos), as mulheres, as mulheres pretas, os LGBTs, os idosos e todas as minorias hierarquizadas, e subalternizadas culturalmente, ou seja, o outro.

A considerar o atual cenário brasileiro, onde as pesquisas registram que mais de 100 milhões da população brasileira são compostas de “negros”, ou seja, pessoas que se identificam como pretos e pardos, e estes são vitimados pela questão das desigualdades sociais, que se manifestam através do preconceito, da discriminação e do racismo estrutural, e suas interseccionalidades o presente trabalho ganha relevância social e política. (SILVA, 2003).

Para Tude (2010, p. 1) as políticas públicas sociais “constituem um elemento central da cultura democrática, em que a implementação dessas políticas é compreendida como um direito dos cidadãos, permitindo-lhes participar do conjunto de bens e serviços socialmente produzidos”.

Assim, as “ações afirmativas são políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa”. Elas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades. (SANTOS, 2015).

Carneiro (2005), Aguilar (2016) e Souza (2020) demonstram a importância do enfrentamento ao racismo estrutural, com as chamadas políticas públicas afirmativas, verdadeiros remédios possíveis, de cura as desigualdades sociais, aos preconceitos e discriminações.

A discriminação racial na sociedade brasileira encontrou na educação seu solo mais consistente de difusão e sustentação. “A partir de livros didáticos, suas práticas educativas, crenças e valores que não considera a diversidade de sua população”, mas, privilegia uma visão eurocêntrica de ser, contra pretos e pardos, propiciando um ambiente desigual, de inferioridade para essa população em contraponto com outros grupos sociais, na questão raça/cor. As políticas públicas afirmativas, através da lei 10.639/2003 vem mitigar desigualdades. (COSTA, 2008).

Para Santos (2005,) numa sociedade que se quer democrática, que promova a igualdade de tratamento e de oportunidades com vistas à superação das desigualdades, em atendimento às chamadas minorias, as políticas públicas, como a Lei 10.639/2003, são instrumentos poderosos de mitigação dessas desigualdades sociais.

Segundo Pereira (2008) a lei 10639/2003 é uma tentativa de reversão desse quadro de desigualdades em que são acometidos pretos e pardos em território brasileiro. Sendo os NEABIS, um instrumento de execução na prática das ações afirmativas dessa lei no ambiente acadêmico organizacional do IFRJ.

Os NEABIS são na vida real, um instrumento, um “núcleo” que pertence a estrutura organizacional do IFRJ, para promover a realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à sua temática; ou seja, são encontros, seminários, cursos, palestras, oficinas, mesas redondas, sensibilização e qualificação de servidores, funcionários, discentes e comunidade externa visando a educação das relações étnico-raciais, objetivando, ainda, o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da cultura indígena na construção histórica e cultural do país. Sendo um espaço privilegiado de debate, aglutinação de intelectuais pretos e pardos, local onde se planeja e se executam as políticas, as diretrizes e estratégias de ações que envolvam as questões étnico-raciais, através do colegiado de NEABIS, em atendimento à LDB, tendo seu braço estendidos nas leis 10.639/2003 e a lei 11.645/2008. (ABREU JÚNIOR, 2018).

A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na histórica, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece...(FREIRE, 1980, 26).

Os núcleos funcionam em tripla dimensão: como espaço de acolhimento, espaço de conhecimento, de políticas antirracistas, de desconstrução de subjetividades, ou seja, desconstrução de padrões identitários. (IFRJ. 2018; MEC 2020).

No entendimento de Abreu Júnior(2018), os NEABIS- sigla do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas, são uma ação, uma política pública afirmativa, um prolongamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, que tem por objetivo estudar, elaborar, fomentar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino pública e privada a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira”, que garantem a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras em todos os níveis de ensino no país. Assim, é que o sistema escolar do IFRJ, através dos NEABIS vem implementando a lei 10.639/2003, conforme os comentários supracitados.

Segundo Tragtemberg (1985), o sistema escolar reproduz as relações de poder que existem na sociedade. Para ele, é nesse espaço global, que o poder reproduz o saber e esse saber retroalimenta o poder, construindo e mantendo subjetividades.

Para Tragtemberg (1980), a organização escolar, a instituição escola com suas práticas pedagógicas e administrativas, reforçam as estruturas de poder onde o professor é um instrumento de reprodução de desigualdades sociais.

Abreu Júnior (2018) comenta que os NEABIS são núcleos que trabalham na desconstrução das desigualdades fruto das subjetividades reproduzidas em sala de aula. Assim é que os NEABIS agem no sentido de reduzir desigualdades no ambiente escolar, valorizando as diferenças, diminuir as tensões e conflitos no ambiente e na organização escolar, abrindo espaço para à pluralidade, desconstruindo e reconstruindo subjetividades.

As colocações realizadas na contextualização da introdução sobre o racismo estrutural fazem considerar seja em função da gravidade de suas consequências, seja em função da naturalização de suas práticas, que questões sobre o racismo estrutural na organização escolar têm um longo caminho a percorrer em relação ao enfrentamento desse fenômeno.

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar as ações de enfrentamento ao racismo estrutural dos NEABIS do IFRJ, e como elas contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ no período compreendido entre os anos de 2018 a 2020.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O.E. 1 Levantar a literatura sobre o racismo estrutural e outros conceitos pertinentes ao conceito ao racismo;

O.E 2 levantar as informações dos NEABIS do IFRJ.

O. E 3 Levantar os projetos de enfrentamento ao racismo do IFRJ no período de 2018 a 2020.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação do âmbito deste trabalho de pesquisa compreende a apresentação dos limites da pesquisa, no espaço, no tempo, na população que será o objeto da pesquisa. A

delimitação da pesquisa é o momento delinear os limites da pesquisa. (LAKATOS, 2009). Em relação ao espaço a ser investigado foram selecionados os cinco Núcleos de Estudos Afrodescendentes e Indígenas, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, esses núcleos pertencem ao Sistema do IFRJ, localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, são eles os cinco NEABIS selecionados como: Caxias, Niterói, Pinheiral, Realengo, Resende que desenvolvem e executam projetos e ações de enfrentamento ao racismo estrutural no âmbito acadêmico dessa organização escolar.

Quanto ao tempo, apresentaram-se os projetos dos NEABIS executados no período compreendido entre os anos de 2018 a 2020, por considerarmos que o período escolhido para a apresentação dos projetos dos NEABIS/IFRJ, foi em função das atividades que se iniciaram e se deram de maneira mais sistemática e intensa a partir desse período, e que coincidiram ou mesmo foram frutos das normatizações e regulamentos dos NEABIS/IFRJ. A delimitação de tempo e espaço são fases importantes na pesquisa. (LAKATOS, 2003).

A delimitação do tema é o ato de colocar limites a uma investigação científica. A população selecionada neste estudo foram os projetos e ações desenvolvidos e executados pelos membros, servidores e coordenadores como os entrevistados dos cinco NEABIS do IFRJ, selecionados para entrevistas. (LAKATOS, 2003).

No âmbito temporal delimitado entre 2018 a 2020, os projetos que tratam de temas antirracistas, como exemplo o “Projeto das Jornadas de formação Antirracista”, voltadas para dentro e para fora do espaço escolar e que também estão ligados a questão dos marcadores sociais de diferença, e que se interseccionam através da raça, do gênero, do sexismo e da classe. Essa população selecionada tem em comum são os seus objetivos, ou seja, o atendimento a Lei 10.639/2003. Segundo GIL (2010), “uma população é um conjunto de elementos que detém uma característica comum sobre o qual se deseja obter informações para se desenvolver alguma análise”.

É importante informar que, na revisão da literatura utilizou-se os autores com informações relevantes e/ou atualizadas sobre o tema do racismo estrutural, tal como Almeida, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, e outros autores consagrados sobre o tema. Quanto as entrevistas realizadas, foram selecionados cinco Núcleos de NEABIS do IFRJ, cujo os cinco entrevistados são: servidores, docentes, técnicos administrativos e membros dos NEABIS do IFRJ, e executam projetos, ações sobre o racismo estrutural e suas interseccionalidades. Segundo Lakatos (2003), a pesquisa pode ser limitada através de três itens; o assunto, a extensão e conforme a apresentação da delimitação do tema que se pretende trabalhar.

1.5 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

O motivo e a relevância de desenvolver esse estudo organizacional foi dar visibilidade à dinâmica que as relações raciais e como as mais diversas formas de discriminação podem assumir e se manifestar no interior de uma organização educacional. O combate ao racismo estrutural torna-se fator e papel de fundamental importância nas melhores práticas organizacionais visando atingir os fins para que ele se destine e para as políticas públicas inclusivas. (BERSANI, 2017).

Trazer a problemática desenvolvida nesta pesquisa de mestrado para os estudos organizacionais parece muito oportuno nesse momento, considerando a dinâmica que as relações raciais e as mais diversas formas de discriminação podem assumir e se manifestar no interior de uma instituição educacional. (GUIMARÃES, 2002).

Assim, as relações raciais hoje são uma preocupação de outras instituições brasileiras, tal como do Congresso Nacional Brasileiro e do judiciário: “Comissão de juristas vão revisar a legislação sobre racismo. Este Grupo pretende dotar o sistema jurídico de instrumentos para combater problemas enfrentados pela população negra no âmbito da Justiça., notícia de 21/01/2021” (BRASIL, 2021).

Uma comissão da Câmara formada por 20 juristas negros tem 120 dias para rever e aperfeiçoar a legislação brasileira sobre racismo. Instalado oficialmente nesta quinta-feira (21) por meio de uma reunião virtual, o grupo pretende dotar o sistema jurídico de instrumentos para combater problemas como o encarceramento em massa da população negra, a violência das abordagens policiais e o cruzamento do racismo com outros tipos de discriminação, como o machismo e a homofobia. (BRASIL, 2021).

Com base na questão relacionada acima, incluir na estrutura organizacional das Instituições Federais de Ensino um órgão ou núcleo encarregado de construir e aplicar essas novas políticas inclusivas através de suas diretrizes, ações e projetos de enfrentamento ao racismo estrutural é visibilizar a questão e dar a esse contingente voz e falas. (ABREU JÚNIOR; 2018).

Assim, em sua gênese os NEABIs, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, tem como missão precípua a inclusão através da educação, em atenção ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (MEC, 2005).

Essa é uma luta para implantar novas práticas de igualdade, dentro de seu ambiente organizacional, contribuindo no enfrentamento ao racismo estrutural, objetivando atingir e alcançar toda a comunidade acadêmica do IFRJ, que passa por alunos, professores, técnicos administrativos e alcança a comunidade do entorno, as organizações da sociedade civil organizada-OSCS, e demais organizações externas. Essa luta ajudará o IFRJ a cumprir sua missão institucional que é a necessidade de assegurar aos sujeitos as “condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania, a equidade”. (MEC, 2005).

A educação é peça fundamental no processo de desconstrução do chamado racismo estrutural, ou seja, deste elemento estruturante do Estado no período colonial, o direito à educação é o primeiro dos direitos sociais da Constituição/1988, que trata dos direitos sociais garantidores do Estado Brasileiro, sendo essa educação o elemento construtor de uma cidadania que se quer plena. (BRASIL, 1988).

Para que a cidadania seja plena, a educação assume papel de destaque, de relevância e de extrema importância nas estruturas organizacionais das instituições de ensino, por ser elemento estruturante de construção e desconstrução de paradigmas e axiomas. (BRASIL; FARIAS; 2010, 2014).

Cabe ressaltar que a educação é um poderoso instrumento de desconstrução de desigualdades, preconceitos, discriminações e racismos, sendo estes, elementos de entrave dentro de todo Sistema IFRJ. Educação, essa é a ferramenta a ser utilizada na construção de uma sociedade mais igual, mais isonômica e mais democrática. (IFRJ; MACHADO, 2008, 2014).

Devemos pensar na relevância da pesquisa a nível qualitativo, na medida em que, ela irá buscar preencher uma lacuna teórica de atualização do tema que é o racismo estrutural, das políticas sociais de enfrentamento ao racismo como elemento e fator organizacional nas unidades educacionais das Instituições Federais de Ensino. Para Leavy (2017), a pesquisa qualitativa, é uma metodologia que tem como objetivo explorar a questão pessoal e o aspecto subjetivo nas entrevistas que são realizadas.

O valor social e político de conduzir as lacunas no conhecimento a ser produzido sobre questões da colonialidade no Brasil e a sua desconstrução no presente é de fundamental importância, para os estudos organizacionais que se refletirá na sociedade como um todo. (OLIVEIRA, 2009).

A pesquisa é focada num grupo de minoria sub-representado, a pessoa humana de cor preta. Também temos a atualidade da pesquisa, a importância da educação para a atividade de pesquisa, essa tem implicações diretas para o crescimento de todos os setores do

conhecimento humano, inclusive, para a administração, que deve estar atenta às questões ligadas aos ambientes internos e externos, na medida em que esses ambientes podem alavancar, mas também podem destruir organizações desatentas. (RIBEIRO, 2006; MIRANDA, 2014).

A desconstrução e construção de subjetividades do qual o racismo estrutural é espécie e as interseccionalidades são subespécies, são de fundamental importância na construção e manutenção de estruturas objetivas, organizacionais, institucionais, públicas e privadas, principalmente e especialmente no ambiente escolar e acadêmico, onde são construídas e afirmadas nossas primeiras subjetividades e axiomas. (BIRMAN, 2019).

Levantar questões sobre políticas públicas para o enfrentamento do Racismo Estrutural, em uma instituição pública federal de educação, no caso o NEABI do IFRJ, é muito importante para a mudança das culturas e práticas organizacionais na sociedade, e de extrema relevância para pretos e pardos em suas relações sociais, jurídicas, educacionais, históricas e econômicas, bem como para a sociedade como um todo, considerando sua condição de subalternidade ocupada desde a nossa colonização. (HOFLING, 2001, ABREU JUNIOR, 2018).

Assim sendo, diante das questões relacionadas acima, justifica-se esta pesquisa devido ser o tema pouco explorado nos estudos organizacionais. Ela pretende contribuir com discussões que promovam a melhoria do desempenho organizacional. Levando em consideração os fatos abordados nesta pesquisa, espera-se que o tema seja compreendido como de importante relevância para os estudos organizacionais.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho foi organizado em Apresentação da autora, logo após são ordenados os seis capítulos da pesquisa, terminando com as referências e os anexos, da seguinte forma:

Capítulo I, apresentam-se os itens pertencentes à introdução, que é a configuração da contextualização geral do tema da pesquisa, seu problema, e os argumentos introdutórios, com a colocação da questão da pesquisa a ser respondida, a descrição dos objetivos o geral e os objetivos específicos, na medida em que esta é uma pesquisa qualitativa onde há o elemento subjetivo, de acordo com a delimitação do tema proposto; sua relevância e justificativa terminando com a apresentação da estrutura do trabalho.

Capítulo II, a apresentação do caso, com a descrição do caso NEABI do IFRJ.

Capítulo III, apresentamos o referencial teórico, realizado através de uma imersão na revisão da literatura, ou seja, são abordadas as teorias sobre o tema, que servirão de base para o desenvolvimento do assunto desta pesquisa. Os tópicos selecionados nele são: modernidade/colonialidade/decolonialidade, racismo estrutural, a eugenia, racismo estrutural hoje (século XXI), culturalismo: a nova maquiagem do racismo estrutural, racismo um problema econômico, o que é a interccionalidade, pensando feminismo e racismo, porque falar de raça nos estudos organizacionais, raça, políticas públicas sociais, e uma política pública social afirmativa.

Capítulo IV, na metodologia, apresentamos o planejamento da estrutura metodológica, mostrando os procedimentos da pesquisa, que é o passo a passo de como fazemos para atingir os objetivos propostos neste estudo, tais como: a apresentação do método que é o estudo de caso, o tipo de pesquisa, o método de coleta de dados (entrevista semiestruturada), o tratamento dos dados, método de análise de conteúdo dos dados e entrevistas coletadas, no cap. 3, apresentamos a metodologia, conclusão.

Capítulo V, a análise de resultados, e como os projetos de enfrentamento do racismo do NEABI contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ; quais os projetos que tratam do racismo estrutural e quais os projetos que tratam da interseccionalidade.

Capítulo VI, finaliza com a conclusão; logo após vem as referências utilizadas na pesquisa. Nos Anexos (constam o termo de consentimento livre e esclarecido, o roteiro das entrevistas realizadas); a relação dos projetos levantados através das entrevistas realizadas com os membros dos cinco NEABIS do IFRJ (Niterói, Resende, Caxias, Pinheiral, Realengo); as fotos de projetos dos eventos realizados pelos NEABIS do IFRJ; as Leis 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008; uma homenagem ao movimento negro pela luta de enfrentamento ao racismo; e finalizando com uma poesia de Grada Kilomba (2019). “Como eu desconstruo meu próprio racismo”. Conhecer a história e a estrutura dos NEABIS e o sistema do Instituto Federal do Rio de Janeiro são importantes para conhecermos o caso estudado, que é o NEABI do IFRJ.

Sendo assim, nesta pesquisa questiona-se:

1. Quais são as estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural realizada pelos NEABIS do IFRJ de: Niterói, Resende, Caxias, Pinheiral, Realengo em consonância com os ditames da lei 10.639/2003.

No próximo capítulo apresentamos o caso desta pesquisa, com a descrição do NEABI do IFRJ onde apresentamos suas políticas e diretrizes.

2 APRESENTAÇÃO DO CASO

O objetivo deste capítulo é descrever o histórico, as políticas e diretrizes do NEABI/IFRJ, e a estrutura do sistema do NEABI/IFRJ, a estrutura acadêmica, sua estrutura em relação ao sistema do qual está subordinado que é a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse sentido, na medida que o NEABI foi o objeto de análise deste estudo de caso, apresentamos ao leitor, uma síntese das principais características sobre a organização pesquisada. Neste capítulo, não iremos tecer comentários sobre resultados ou qualquer outra análise. Iremos apresentar o NEABI do IFRJ com suas principais estruturas e características.

2.1 DESCRIÇÃO DO NEABI DO IFRJ

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, conhecido pela sigla NEABI é o órgão construtor das políticas públicas afirmativas do IFRJ, na condução de uma participação digna, inclusiva, justa, democrática e cidadã dos afrodescendentes na educação formal desse país.

A história dos NEABIS-Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, tem início em 1959 com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia. UFBA. Após a lei nº 10.639/2003 e a lei nº 11.645/2008, foram criados os NEABIS, em âmbito federal, aproveitando a sigla NEAB. Desde então, outras instituições públicas e privadas utilizam a sigla NEAB.

Apresentação dos fins para os quais se destina o NEABI do IFRJ, as suas políticas e diretrizes, estão presentes em seu Regulamento:

- I - Definir e atuar na consolidação das diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas para a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial no IFRJ;
- II - Fomentar e atuar na implementação e o cumprimento das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, nos respectivos *Campi* do IFRJ, em todos os níveis de ensino;
- III - Propor e promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das relações étnico-raciais no contexto de nossa sociedade multiétnica e multicultural; (IFRJ, 2018)

Fomentar a revisão dos documentos, normas, procedimentos, Projeto Político Pedagógico do IFRJ, visando a garantir, junto às instâncias responsáveis por esses

documentos, a inserção de questões relativas à valorização e reconhecimento dos sujeitos afro-brasileiros e indígenas em adequação à legislação vigente.

Figura 1: Folder apresentando o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRJ-Campus Rio de Janeiro-NEABI



Fonte: NEABI/CAXIAS (2018).

Sendo o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas-NEABI-IFRJ, uma extensão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, ele tem como objetivo atender a Lei 10.639.2003 e 11.645/2008, que tratam de incluir nas escolas públicas e privadas brasileiras o ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena.

A comunidade acadêmica analisada é o Instituto Federal do Rio de Janeiro-IFRJ, que é uma organização educacional, federal, de ensino tecnológico, médio, de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Sua concepção deu-se em 1910, como Escola Técnica Federal de Química, dentro do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis, e posteriormente no IFRJ, em 29 de dezembro de 2008.

Hoje, o Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ é formado por 15 campi, localizados no Estado do Rio de Janeiro, ele faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de

dezembro, também conhecida por Rede Federal. A rede atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

As instituições da Rede Federal de ensino são vinculadas ao Ministério da Educação, sendo constituídas pela reunião de um conjunto de instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais;
- V - Colégio Pedro II.

Hoje a “Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II”. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, têm-se ao todo 661 unidades, distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Sua comunidade acadêmica é formada por servidores federais docentes, técnicos Administrativos, discentes e contratados.

A seguir, apresento o referencial teórico desta pesquisa, que consiste na revisão da literatura, onde são extraídos os principais conceitos sobre o tema abordado no capítulo, onde o primeiro campo de estudo abordado foi a modernidade, colonialidade, e a decolonialidade.

Dessa forma, o objetivo principal do próximo capítulo do referencial teórico é propor um conjunto de questões que devem estar relacionados com a questão levantada nesta dissertação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo o objetivo é apresentar as relevantes contribuições teóricas a serem utilizados neste trabalho, para fundamentar o estudo, através de uma revisão de literatura sobre o tema desta pesquisa. De acordo com Mello (p.20; 2006,) “a fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Assim sendo, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes”.

Para Minayo (p.18; 2001) esse “conhecimento anterior, construído por outros estudiosos e que lançam luz sobre a questão de nossa pesquisa, é chamado *teoria*”. A palavra *teoria* tem origem no verbo grego "theorein", cujo significado é "ver". A associação entre "ver" e "saber" é uma das bases da ciência.

Iniciaremos apresentando no próximo tópico a discussão a respeito da modernidade para então, relacioná-la com a colonialidade, a decolonialidade.

3.1 MODERNIDADE/COLONIALIDADE/ DECOLONIALIDADE

“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada uma ferida que dói sempre e outra vez sangra” (Grada Kilomba, 2019).

“É preciso ter mais coração para amar do que para odiar” (Lázaro Ramos, 2019).

Para Escobar (2003) o projeto (MCD-Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade) é o conjunto de estudos latino-americanos articulados sobre a problemática histórico-social que eram considerados encerrados ou resolvidos nas ciências sociais. “Essa revisão histórica da modernidade que se articulam como o reverso da modernidade criou a base do MCD-modernidade, colonialidade e decolonialidade, que estudou sobre a colonialidade do poder. Sendo, essa a gênese do racismo em relação a colonialidade.

Conforme dito no parágrafo anterior, essa revisão histórica da modernidade que se articulou com a categoria da colonialidade como o reverso da modernidade criou a base do MCD. Tendo como precursor desses estudos do Projeto MCD o sociólogo Aníbal Quijano, que estudou sobre a colonialidade do poder. Sendo essa a gênese do racismo em relação à colonialidade. (QUINTERO, 2019).

A distinção entre colonialismo e colonialidade, está no fato de que o colonialismo é o domínio territorial, econômico e político sobre uma colônia, por uma força externa, que se caracteriza pela exploração e manutenção do território ocupado explorado, enquanto a colonialidade é o processo de continuação das formas de dominação mesmo após o fim do colonialismo, ou seja, a administração das colônias, onde essas formas de dominação e poder transcenderam e foram reproduzidos no sistema capitalista colonial-moderno. (SANSONE, 2014).

A modernidade é um período na história da humanidade onde ocorreram profundas transformações, principalmente, no campo político, e em diferentes contextos sociais. No âmbito das ciências sociais essas transformações tiveram início a partir da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e a ascensão do iluminismo, no século XVIII. Assim como, a descoberta do método científico de René Descartes, criador do racionalismo moderno. (COLOMBO, 2012).

Assim, para Bauman (2001) a modernidade se cristalizou em meio a conflitos ideológicos da razão objetiva instrumental, veja o seu entendimento na citação abaixo:

A era moderna, foi marcada pela segregação de classes, indivíduos. Segundo Bauman classificar consiste no ato de incluir e excluir. Cada ato nomeador divide o mundo em dois: Entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. Certas entidades podem ser incluídas numa classe tornar-se uma classe apenas na medida em que outras entidades são excluídas, deixadas de fora. Os estados modernos foram formados a partir dessa lógica de inclusão e exclusão. (BAUMAN, 1998) .

Já Schinn (2016) entende que a modernidade foi pensada e teve seu início em países europeus (Itália, França, Inglaterra, Alemanha). Ela foi utilizada como um modelo a ser seguido de civilidade, o que estivesse fora desse modelo eurocêntrico era considerado primitivo.

Esse modelo de referência é o que permite a comparação e justificativa para a hierarquização e subalternização dos povos dominados e de grupos étnicos subalternizados. Alguns pensadores da modernidade, “desde Kant, passando por Hegel, Marx, Saint Simon até Auguste Comte, ficaram extremamente vulneráveis a uma concepção teleológica da História que colocava a Europa nos escalões mais avançados da evolução humana”. (SANSONE, 2014).

Na modernidade, os racismos culturais, racismo biológico, xenofobia, homofobia e sexismo coexistem. Para Bauman (1998), são estratégias de exclusão que são inerentes à própria construção da modernidade.

No entendimento de Ballestrin (2013) a modernidade é um “mito que oculta a colonialidade, sendo cúmplice do universalismo, sexismo e do racismo”.

Segundo Harvey (1992, p.22), “A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizado por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas e inerentes”. Neste processo de construção da história, que se dá pela civilização homem, torna-se necessário a busca pela igualdade e pela justiça social.

Tomando por base Quijano (2002), a colonialidade é parte do projeto civilizatório da modernidade, é uma matriz colonial de poder, essa matriz possui determinadas características hierárquicas: como as raciais, epistêmicas, culturais e de gênero.

Elas criam subalternidades e apagam conhecimentos em culturas dominadas. Essa dominação possibilita a reprodução de valores e culturas que permitem a manutenção das relações de dominação da sociedade atingida, ou seja, vestígio do colonialismo. (QUIJANO, 2002).

Para elucidar os desdobramentos sociopolíticos desse processo, Quijano (2000) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado a experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema mundo capitalista colonial traço-moderno.

Dessa maneira, a noção de colonialidade atrela ao processo de colonização das Américas à constituição da economia mundo capitalista, concebendo ambos como parte integrante de um mesmo processo histórico iniciado no século XVI (CASTRO, GOMES, 2005).

A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea a constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias centricas e periféricas. (ASSIS, 2014).

Na perspectiva da colonialidade, as antigas hierarquias coloniais, que foram agrupadas na relação europeus versus não europeus, continuaram arraigadas e enredadas na

divisão internacional do trabalho, na acumulação do capital à escala global. O mesmo poderia ser dito no estabelecimento de relações sociais cujo modo operativo favorece tanto à constituição quanto à perpetuação da existência de sujeitos subalternizados nas esferas intra e interestatais. (ASSIS, 2014).

Essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato que a Europa foi produzida a partir da exploração política e econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como rede de dependências histórico-estruturais. (QUIJANO, 2000).

Entretanto, o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade não tem figurado nas abordagens hegemônicas e eurocêtricas, inclusive de intelectuais latinos, que desprezam a importância que as relações intercontinentais tiveram para a emergência do capitalismo. Ao lançar luz sobre o lado obscuro da modernidade, o paradigma colonialidade-modernidade clarifica que os diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização), procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal (LANDER, 2002).

No receituário clássico da modernidade, bem como nos desdobramentos hodiernos do capitalismo, duas alternativas infernais têm sido infligidas aos povos subalternizados: uma decorre da completa aniquilação e a outra da civilização imposta. (STENGERS, 2005)

Assim, a colonialidade é uma dimensão simbólica do colonialismo para manutenção das relações de poder objetivando a continuação da exploração dos povos colonizados. (MIGNOLO, 2017).

De “acordo com Costa (2016) a colonialidade estabelece divisões ‘raciais’ na organização do trabalho, e Estado, nas relações intersubjetivas, e na produção do conhecimento”.

Por outro lado, Mignolo (2017) faz uma alusão das formas de dominação colonial que são “o controle da economia, o controle da autoridade, o controle da natureza e dos recursos naturais, o controle de gênero e da sexualidade, o controle da subjetividade e do conhecimento, ele desclassifica e hierarquiza”.

A descolonização do conhecimento tem sido discutida por diversos e diferentes atores e perspectivas, prevendo pelo fim da epistemologia eurocêntrica e do poder racial hegemônico nos espaços acadêmicos. (FIGUEIREDO, 2019).

Essas correntes devem ser quebradas nos aspectos civis e epistêmico. Todas as conquistas civis são louváveis, entretanto, uma transformação no pensamento epistêmico eurocêntrico é muito importante. (MIGNOLO, 2017).

Para Quijano, o poder é uma relação social. No seu entendimento, o “fenômeno do poder” é:

O fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos – dominação, exploração e conflito – que afetam as quatro áreas básicas da existência social e que é resultado e expressão da disputa pelo controle delas: 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e seus produtos. As formas de existência social em cada uma dessas áreas não nascem umas das outras, mas não existem, nem operam separadas ou independentes entre si. Por isso mesmo, as relações de poder que se constituem na disputa pelo controle de tais áreas ou âmbitos de existência social tampouco nascem, nem se derivam, umas das outras, mas não podem existir, salvo de maneira intempestiva e precária, umas sem as outras. Isto é, formam um complexo estrutural cujo caráter é sempre histórico e específico. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado padrão histórico de poder. (QUIJANO, 2000).

Segundo Mignolo (2017), “Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente, como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de descolonização”, período histórico em que também havia concomitantemente as lutas para independência de países da África e Ásia. A questão da formação da estrutura colonial e decolonial, está ligada à questão da exploração dos recursos das áreas dominadas, incluindo a população desses países. Assim, o colonialismo é um perfeito exemplo de antiliberalismo, que ocasionou o racismo.

Segundo Quintero, (2019) os estudos decoloniais “compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade”

O decolonialismo significa um movimento de resistência (teórico e prático, político e epistemológico), a lógica da modernidade/colonialidade. (BALLESTRIN, 2013).

O surgimento da decolonialidade é um programa de investigação, debate e pesquisa, que lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade, com vistas a um saber teórico, mas também prático, de oposição e intervenção nas bases estruturantes do colonialismo. (COSTA, 2016).

A decolonialidade não é só um projeto acadêmico nem um universalismo abstrato. Ele reconhece o colonialismo como forma primitiva e geradora do capitalismo e hoje, forma de dominação nas fronteiras dos impérios. (QUINTERO, 2019).

Segundo Quintero (2019, p.5), “o surgimento da decolonialidade é um programa de investigação, debate e pesquisa acerca dela, que lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade, transformando o pós-colonialismo”

Alguns autores decoloniais, como Quijano (2002), Lander (2002), Grosfoguel (2005) e Gomez (2019), entendem a decolonialidade como a possibilidades de criação de outras formas de produzir conhecimento, especificamente no que diz respeito ao conhecimento histórico e educacional, seria a descolonização dos saberes construídos de forma eurocêntrica.

Quanto ao colonialismo interno, o eixo racial estabeleceu uma divisão de privilégios e de oportunidades entre negros e brancos que a decolonialidade vem de todas as formas contestar, debater e combater. (COSTA, 2016).

Segundo Hall (1992), sujeitos negros não tiveram e não têm uma corrente epistêmica que devidamente condiga com a sua realidade.

Os anais da história mostram claramente que na sociedade moderna não se admite mais ter uma ‘raça’ tratada no que tange aos aspectos civil e epistêmico como diferente e inferior, como no pensamento eurocêntrico. (PEREIRA, 2008).

A autora a seguir faz uma menção a essa questão sobre a descolonização do pensamento eurocêntrico:

Os estudos centrados na “questão colonial” também assumiram um novo fôlego, marcado por uma diversidade de leituras, de polêmicas, umas de natureza metodológica e científica, outras (demasiadas) dando conta da “incomodidade” do tema e da difícil tarefa de descolonização ideológica do colonizador e também do colonizado. (HENRIQUES, 2015).

A luta brasileira nesse sentido, convoca as esferas sociais para combater esse pensamento negativo em relação aos pretos, pardos e aos índios. Com a mudança progressiva de fatores nesse sentido que mancham, atualmente, as relações do homem na sociedade, um considerado superior, tendo a história provada através de fatos concretos (raça ariana) que esses comportamentos epistemológicos são catastróficos, carecendo, dessa forma, da erradicação da corrente filosófica que trata o negro, o asiático, o índio, o judeu como sendo inferiores. (MIGNOLO, 2005).

Por outro lado, o conhecimento é usado como uma forma de controle para ocultar uma forma de colonialidade. É uma colonização epistêmica, onde não há lugar para meninas, raças e gêneros, classes, posições políticas, religiões etc. O Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica, controle da subjetividade no modo de produzir conhecimento. (MIGNOLO, 2005).

A colonialidade do conhecimento é um meio de controle e subordinação da América Latina. (QUIJANO, 2000). O espírito conservador da Universidade falsificou essa transferência dos estudos organizacionais. Fazer uma simbiose com decolonialidade que é a desconstrução dessa colonialidade

Segundo Anibal Quijano, 2002, o atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a idéia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; a mais profunda e eficaz forma de dominação, material e intersubjetiva 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.(QUIJANO, 2002 , P.1).

Na América Latina, governos nacionais anunciaram a industrialização como uma promessa de progresso, alguns problemas sociais só foram agravados. Focou-se em questões econômicas e deixou-se os lados estruturais organizacionais. (COLADO, 2005).

Para Munanga (2003), são das mais diversas áreas as contribuições e esforços para desconstruir o racismo. Vão desde a sociologia, história, antropologia até a medicina, economia, filosofia, pedagogia, ciências sociais, direito e outras. Nesse sentido, os autores fazem menção em suas obras sobre a questão do racismo estrutural e sobre a desconstrução desse mesmo racismo estrutural. Para desconstruir é de fundamental importância saber o que é o racismo estrutural, sendo o próximo tópico a ser abordado nesta pesquisa.

3.2 O RACISMO ESTRUTURAL

A história nos informa que a noção de raça é um fenômeno da modernidade, nascida no século XVI, raça é um conceito relacional e histórico que remonta a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2019).

O racismo é estrutural porque ele é um dos elementos estruturantes do Estado. Estado esse paradoxalmente forjado sob a égide dos princípios de liberdade, Igualdade e fraternidade. Para Almeida (2019, p.63) “o racismo enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”.

O Estado teve no sistema escravocrata suas bases econômica e social, motivo pelo qual se buscou na teoria racial uma explicação e justificativa frente à população para uma

forma de produção e exploração que iam contra e afrontavam os princípios libertários e igualitários, que impulsionaram as revoluções liberais tanto da Inglaterra de 1688, como a Revolução Francesa de 1789. (ESCOBAR, 2003).

Assim, para entender sobre a complexidade do racismo em relação aos negros é de fundamental importância passar pelo regime da escravidão e do tráfico de escravos ocorridos em várias partes do mundo, através da história desses dois capítulos que fizeram parte da história da humanidade é que poderemos chegar à gênese do racismo estrutural e o porquê de sua construção. (NASCIMENTO, 1978). A escravidão Atlântica foi um inédito complexo servil que transformou as pessoas de origem africana em mercadorias. Nesse sentido, a escravidão inventou o negro uma espécie de homem-coisa. (MBEMBE, 2018; p.).

Segundo alguns autores a palavra “racismo” nasceu no século XX, embora suas raízes são mais profundas na história da humanidade”. (RODRIGUES, 2012; p.1).

A mais antiga menção conhecida surgiu na revista francesa *Revue Blanche* em 1902, num artigo assinado por A. Maybon, como *racisme*. Em inglês, a palavra *racism* desembarcou em 1936, empurrada pela necessidade de nomear as políticas que o nazismo aplicava então na Alemanha. Não há registro de uma data precisa para a estreia do termo em português. Pouco antes disso, no século 19, quando se deu o apogeu das teorias “científicas” que buscavam mapear uma série de explicações naturais para as diferenças entre os homens, falava-se em *racionalismo*, termo supostamente neutro, e não em *racismo*, que desde o início carregou conotações negativas. Definir o racismo com precisão é tarefa controversa, mesmo porque a própria ideia de raça em que o termo se baseia tem sido contestada pela ciência. Havia fatura de ideias racistas na antiguidade e na Idade Média: o ancestral instituto da escravidão sempre foi, pelo menos em parte, sustentado pela crença na inferioridade de algumas etnias. (RODRIGUES, 2020, P. 1).

O Brasil, desde o seu descobrimento, foi o país que recebeu a maior quantidade de escravos traficados no mundo, um terço de todo o tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 1978).

O regime da escravidão não foi privilégio dos negros africanos e nem começou no século XV. Segundo Farias (2010) “gregos e romanos insistiam em dizer que homens e mulheres sujeitos ao cativeiro eram como utensílios que falam”. O uso de mão de obra cativa foi desde sempre o alicerce das mais antigas civilizações, a egípcia, a grega, a romana e tantas outras, como é possível demonstrar na insigne obra de Montesquieu, *Cartas Persas II*, onde se pode observar a situação do escravo eunuco, e a jovem serva da Circássia na Pérsia que foi negociada por Armênios. (MONTESQUIEU, 2006).

No trecho do livro *Cartas Persas* tem a passagem abaixo que ilustra e registra a existência do regime de escravidão em relação ao povo Armênio:

Ontem os armênios trouxeram ao serralho uma jovem escrava de Circássia que pretendiam vender...mandei-a entrar nos apartamentos secretos, a despi, a examinar

com os olhares de um juiz e, quanto mais a examinava, mais encontrava nela, graças... um pudor virginal parecia querer escondê-la de minha vista. Vi quanto lhe custava obedecer; corava ao ver-se nua, mesmo diante de mim que, isento de paixões que podem alarmar o pudor...Paguei os Armênios e a ocultei a todos os olhares. Que prazer para ti ao encontrar, a teu retorno, tudo que a Pérsia tem de mais encantador! E também ao ver renascer, em teu serralho, as graças, apesar de o tempo e a posse trabalharem em destruí-las. (MONTESQUIEU, 2006, p.205).

A escravidão nem sempre foi ligada a uma raça ou cor de pele. Só no final do século XVII, a população de escravos negros se tornou majoritária e isso nos mares do atlântico, ou seja, em determinadas porções da Europa ainda existia a escravidão e servidão branca. (HONORATO, 2008).

Devemos resgatar a etimologia da palavra escravo, que servia para designar os povos eslavos, ou seja, pessoas brancas, cabelos loiros e olhos azuis. As importações de escravos brancos nas regiões vizinhas do mar negro pelos Otomanos de Istambul foram da ordem de 2.5 milhões entre 1450 e 1700. (MONTESQUIEU, 2006).

São remanescentes tardios da escravidão branca, gregos, eslavos, turcos, franceses, alemães, estes podiam ainda ser vistos em Havana, Colômbia, Santo Domingo, Haiti, República Dominicana, trabalhando em lavouras de açúcar ao lado de escravos africanos negros. (GOMES,2019).

Ainda assim, até o século XVII a maioria dos cativos no mundo eram brancos escravizados por brancos, como é o caso dos eslavos de olhos azuis da Criméia e de outras regiões do Mar Negro. (GOMES, 2019).

Uma característica determinante e própria da escravidão na América e não no mundo para a construção do racismo como estrutura econômica, social e cultural dos Estados e da sociedade foi a construção e nascimento de uma ideologia racista que convenientemente e oportunamente passou a associar a cor da pele à condição de escravo. (GOMES, 2019).

Segundo Hall, “raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas”. (HALL, 1992, p. 1).

Para Almeida (2019) “raça” estabelece uma hierarquização entre sujeitos, favorecendo um grupo de pessoas.

O racismo é fruto de uma contradição histórico-liberal, entre os princípios que nortearam as chamadas revoluções liberais e os sistemas econômico-sociais que nortearam o colonialismo como sistema de produção que estruturou e deu base ao liberalismo-econômico-estatal, tendo como alicerce principal a mão-de-obra escrava, uma verdadeira afronta aos princípios liberais “*liberté, égalité e fraternité*”. (REGINALDO, 2018).

Senão, como justificar o injustificável, como esclarecer as contradições com os anseios de liberdade, igualdade e fraternidade. Como ir em desencontro com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que proclamava a liberdade, a igualdade e o respeito à vida como fundamento do novo Estado. (BASSALOBRE NETTO, 2008).

Segundo a ideologia do racismo, o negro seria naturalmente selvagem, bárbaro, com natural vocação para o cativo e, sob a tutela dos brancos, onde então e somente então poderiam alcançar eventualmente um novo e mais avançado estágio civilizatório. (GOMES, 2019).

Assim, racismo é uma construção eurocentrista que com o pretexto de libertar o mundo das trevas, o iluminismo/liberalismo, fez surgir a sociedade liberal e capitalista com seus direitos universais. Houve uma classificação dos mais diferentes grupos humanos, surgindo a distinção de civilizado e selvagem, o que provocaria a destruição, morte, espoliação de várias sociedades. (LANDER, 2002).

O racismo é um processo de desumanização. Não existem diferenças biológicas que justifiquem a discriminação racial. Entretanto, é nesse contexto, que emerge o conceito de raça. (MUNANGA, 2003).

Considerando o contexto das diferenças biológicas comentadas pelo autor acima, é interessante destacar suas considerações sobre o racismo, de onde emergiu as classificações científicas biológicas, comentado na citação a seguir:

O racismo baseia-se na ideia/conceito/categoria raça, a partir da concepção racista se desenvolveu a pseudociência da raciologia, o racismo teria a princípio a intenção “simples classificação” das raças humanas, sem nenhuma pretensão de fazer juízo morais ou de valores. Contudo o racismo formulado a partir do século XVIII teve por objetivo, justificar a dominação europeia dos povos africanos, americanos e asiáticos, como salienta Munanga. “É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo” (MUNANGA, 2003, p.18).

O surgimento do racismo e o desenvolvimento do capitalismo estão ligados um ao outro é importante olhar para a escravidão negra, o tráfico de escravos e alguns aspectos da ideologia surgida para justificar esse lucrativo negócio. (SOUZA, 2019).

A crise do capitalismo em 1873 levou as grandes potências mundiais ao imperialismo e ao neocolonialismo, ocorrendo a partilha da África na Conferência de Berlim em 1884, onde assistiu-se ao discurso da inferioridade dos povos colonizados. (COMPARATO, 1993).

A escravidão existiu desde o início da história da humanidade até o século XX, ela foi uma prática, um modo de produção, de vida disseminada em quase todas as civilizações, sociedades e períodos da história humana. (IANINI, 1978).

Essa forma de produção de riqueza só foi debelada com a revolução industrial e a criação do trabalho como nós conhecemos hoje, o chamado labor remunerado, e mesmo assim mitigado pelo chamado trabalho análogo. (BUENO, 2016).

Se fossem aplicados os mesmos critérios internacionais atualmente usados para definição de trabalho análogo à escravidão, a maioria dos seres humanos no século XIX seria enquadrada como escravos ou análogos a escravos. (ROCHA, 2006).

O que realmente aconteceu foi que a escravidão nas Américas foi um paradoxo, ela se deu paralelamente ao progressivo desaparecimento da mesma instituição na Europa. (IANINI, 1978).

A prévia existência e forma estrutural como a escravidão foi fundamental no império Português para a construção estrutural econômica, social, política e cultural das sociedades economicamente católicas das Américas (GOMES, 2019).

O paradoxo é que, questões de fundo econômico e religioso estavam progressivamente desaparecendo da Europa, como se percebe adiante, na obra de Voltaire (2006). “A fúria que inspiram o espírito socrático e o abuso da religião cristã mal compreendida já demandou sangue bastante: já produziu desastres na Alemanha, na Inglaterra, quanto também na Holanda e França”.

Os tempos modernos trouxeram a perda do prestígio que a igreja desfrutava na idade média. As monarquias absolutas trouxeram à unidade do Estado perdida no período feudal. O Estado moderno, iniciado na Europa após Renascimento concebeu a ideia de submissão da administração pública à lei, como garantia das liberdades do cidadão. (FALCON, 2005).

A administração pública somente se estruturou a partir da formação do Estado de direito que trouxe a separação dos poderes, limitando o exercício do poder e garantindo os direitos fundamentais do homem como igualdade, liberdade. (DI PIETRO, 2005).

Assim, as Ideias de soberania e de polícia caracterizaram as monarquias absolutas. Os príncipes passaram a serem os soberanos esclarecidos que não prestavam contas a ninguém senão a Deus. Um poder sem limites, o único capaz de definir a organização racional do Estado. (COMPARATO, 1993).

Os chamados súditos ficavam a mercê desse poder sem medida judicial a ele possível (COMPARATO, 1993). O Estado, enquanto pessoa jurídica, seu poder público não tinha

limitações legais, sendo indemandável juridicamente, um representante de Deus (ALBUQUERQUE, 1995).

Entretanto, havia o chamado direito civil que regia as relações do fisco segundo o qual o patrimônio público não pertencia nem ao público nem ao Estado, mas ao fisco, personalidade de direito privado diversa do Estado, associação política ou pessoa jurídica de direito público, tinha poderes de mando e de império. Esse sistema teve o mérito de submeter uma parte da atividade do Estado à lei e aos tribunais (DI PIETRO, 2005).

Nesta etapa, o Estado moderno, foi estruturado nos princípios da legalidade, igualdade e separação dos poderes advindos do constitucionalismo que, após gestação nascia como instrumento maior de garantia da liberdade do homem impondo limites às prerrogativas dos governantes e aos direitos dos príncipes. (DI PIETRO, 2005).

Eram os ideais do liberalismo onde ao Estado foi atribuída a missão apenas de proteger a propriedade e a liberdade dos indivíduos conforme consta dos artigos 2º e 17 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. O Estado não devia ofender os direitos e liberdades inalienáveis do indivíduo, daí a denominação do Estado de direito. (CARVALHO, 2018).

Substituiu-se a vontade do rei pela lei resultante da vontade geral. A separação dos poderes tirou do poder executivo a capacidade de ditar leis gerais. Essa só representada pelo Parlamento. Esse é o tema central da chamada Revolução gloriosa, (Inglaterra-1676). Daí em diante, o poder só é exercido legitimamente quando resulta em lei nascida no Parlamento, a casa do povo, da sociedade. (DI PIETRO, 2005).

A constituição francesa de 1791 afirma em seu artigo 3º que “não há na França autoridade superior ao da lei...” estava, pois, consagrado o princípio à legalidade. Três aspectos avultam a igualdade jurídica: primeiro a igualdade de todos perante o direito; segundo a obrigatória uniformidade de tratamento dos casos iguais; terceiro a proibição de discriminações. (GURGEL, 2007).

Como justificar e explicar à sociedade da época, sedenta por igualdade, liberdade, senão que estes seres humanos escravos não pertenciam ao mesmo grau da espécie humana. Como explicar a supressão total e absoluta da igualdade, da liberdade, que não fosse através das discriminações. (GURGEL, 2007).

Discriminar é estabelecer diferenças, é pôr à parte é tratar mal ou de modo injusto indivíduos por características étnicas, culturais ou religiosas. Trata-se de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes e que promove, direta ou

indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Do tipo quando utilizamos palavras ou expressões como a palavra “denegrir”, ou quando fazemos piadas que associam negros e indígenas a situações vexatórias, degradantes ou criminosas, ou mesmo quando desconfiamos da índole de alguém por sua cor de pele. Então, como justificar discriminações, desigualdades e supressão da liberdade? (ALMEIDA ; BARROS, 2016, 2020).

Assim, nasceu contemporaneamente ao constitucionalismo ao Estado democrático de direito, paradoxalmente, como o grande alicerce estruturante do Estado moderno e liberal, o racismo estrutural. (SILVA, 2015).

O sociólogo Quijano (2002), define a questão da raça como um instrumento de legitimar as relações de poder:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2002, p.2)

A desigualdade ou discriminação tem a ‘raça’ como fundamento, onde foi preciso desumanizar o outro seu igual. Sua manifestação estrutural se dá de forma consciente e inconsciente, culminando com a manutenção das desvantagens para uns e vantagens e privilégios para outros. (HENRIQUES, 2015).

Não podemos fugir de um fato histórico, a estrutura inteira da sociedade constituída uma quadrilha de exploradores tirando o máximo proveito da força de trabalho do africano. E para assegurar a estabilidade do sistema, o africano foi mantido sob permanente estado de temor, brutalidade e ignorância, como um gesto, uma besta de carga. (NASCIMENTO, 1978, p 176).

Com a abolição jurídica da escravidão em 1888, os negros teoricamente livres, foram, praticamente impedidos de trabalhar. Assim, enquanto o imigrante europeu tinha preferência dos empregos, o negro continuou refém e escravo do desemprego, subemprego, crime, prostituição e fome, escravo e prisioneiro de todas as formas de desintegração familiar onde a sociedade manteve inalterada os fundamentos das ‘relações raciais’, considerando os benefícios e as vantagens para a camada branca da sociedade. (NASCIMENTO, p.177-178, 1978),

O preconceito, a discriminação racial e a ideologia racista permaneceram disfarçados na ‘democracia racial’. É uma prática não só encontrada no Brasil, mas que alcança povos e

ideologias, e que teve três principais objetivos: impedir qualquer reivindicação daqueles descendentes do negro-africano; impedir a tomada de consciência do genocídio contra o negro no país; aliviar a consciência de culpa da sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1978 e GUMARAES, 2002 e GONZALES, 1982).

O racismo por ser uma construção do Estado moderno, liberal e capitalista é sempre estrutural, ele compõe a estrutura intrínseca do Estado moderno, elemento justificador para a injustificável diferença, ou seja, não igualdade, não liberdade e não fraternidade. (ALMEIDA, 2019).

Dentro desse processo de construção de uma ideologia racista nasceu no final do século XIX a teoria da eugenia.

3.2.1 A Eugenia

A eugenia é um termo criado em 1883, onde se acreditava que o conceito de seleção de Charles Darwin podia ser aplicado aos seres humanos e, onde se poderia comprovar que certas capacidades, como a intelectual, eram hereditárias, ela propôs a regeneração da raça, através da miscigenação, a reprodução dos indivíduos pensados como geneticamente inferiores. A eugenia tem sua origem no darwinismo social de Galton. Assim sendo, estaria justificado cientificamente a exclusão, de negros, asiáticos, inclusive deficientes físicos e mentais, homossexuais, amarelos, judeus e até as mulheres. (DIWAN, EL-DINE; 2007, 2020).

Abaixo a classificação de Lineu: tipo de associação fixa de características físicas e psicológicas do homem:

Tabela 1: Classificação de Linnaeus, com as quatro ‘raças’ principais

<i>Homo sapiens europaeus</i>	<i>Homo sapiens asiaticus</i>	<i>Homo sapiens afer negro</i>	<i>Homo sapiens americanus</i> :
Branco, sério, forte	Amarelo, melancólico, avaro	Negro, impassível, preguiçoso	Vermelho, mal-humorado, violento

Fonte: elaborada pela autora, de acordo com a obra: PENA, Sérgio D.O DNA do racismo.

Buscando respaldo na biogenética procurou-se provar que, habilidades intelectuais são transmitidas de pai para filho. A eugenia chegou ao Brasil por volta de 1914, onde fincou raízes e foi propagada através de seus simpatizantes como: Renato Kehl seu maior expoente, o médico Miguel Couto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e ganhou adeptos como:

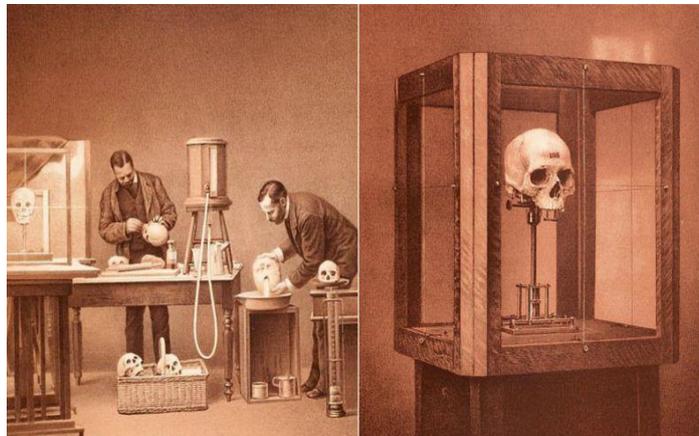
Monteiro Lobato, Belizário Penna e da academia com professores e intelectuais brasileiros aderindo a essa ideologia. Destacando que a eugenia no Brasil encontrou resistência da Igreja Católica em seu processo de aprimoramento da raça. (BOARINE, 2003; SOUZA, 2006).

Cortez (2020) abaixo coloca como o projeto eugênico foi apresentado ao mundo:

O projeto da eugenia foi apresentado ao mundo pela Grã-Bretanha e colocado em prática pela primeira vez nos Estados Unidos as décadas de 1920 e 30, o pensamento eugenista cooptou muitos nomes influentes, como Júlio de Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo; Oliveira Vianna, jurista e sociólogo considerado ‘imortal’ pela Academia Brasileira de Letras; e o fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho – que dá nome à conhecida “avenida doutor Arnaldo”, no centro da capital paulista. O renomado autor de “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, Monteiro Lobato. (CORTEZ, 2020).

Na definição de eugenia é interessante observar determinadas caracterizações em relação ao indivíduo brasileiro, seria: “A caracterização do enobrecimento físico e mental do homem”, ela funciona através de dois planos: o teórico e a prática, ou seja, é a aplicação das descobertas acerca da herança biológica humana. (BOARINE, 2003).

Figura 2: Experimentos da eugenia



Fonte: Washington matthews/public library

Vale lembrar as considerações feitas pelo Dr. Paulo de Godoy, em sessão da sociedade Arnaldo Vieira de Carvalho:

Os indivíduos, como os povos, são responsáveis pelas gerações que os seguem. Um grande problema brasileiro: Eugenizar as gerações, escolher cuidadosamente seus imigrantes. Os chineses creem na necessidade de filhos para se ocuparem da sua sepultura após a morte. O objetivo do Chinês é proliferar. O Chinês prolifera fantasticamente por questões razões religiosas a natalidade se revela como função da religião familiar. Uma inconsciência lamentável e perigosa. Raça amorfa, opaca, separada da civilização pela Muralha da China. (GODOY, 1926).

De acordo com esse texto, as considerações feitas pelo Dr. Godoy (1926), nos fazem lembrar que o racismo estrutural não está adstrito as pessoas pretas, atingindo também os indígenas, os judeus e os asiáticos, notadamente os chineses. Em seu discurso o Dr. Godoy determina que:

O Brasil país novo, precisa de gerações eugênicas. Sem cuidarmos da natalidade faremos um povo trôpego e fraco, incapaz de melhorar e progredir. Será humano deixar o homem progredir ao Léo do instituto e do interesse. Incumbe ao Estado zelar pela saúde do povo. A função do Estado é impedir a procriação dos degenerados, dos decadentes e inúteis. O que se faz necessário nesse Brasil moreno e sensual. Se faz necessário a profilaxia do mau nascimento, da decadência da raça. Não se deve assim, permitir o casamento a todos; mas, sós aqueles aptos à boa procriação, aos capazes de criarem uma prole sadia, útil e produtiva ao país. Para conseguirmos isso é indispensável a instituição do exame pré-nupcial obrigatório. É imperioso, como ensina Fournier, interdizer formalmente a paternidade, devendo ser proscrito o direito de perpetuar a espécie. A eugenia pretende evitar os maus nascimentos, a produção de filhos defeituosos e degenerados. O Estado tem o dever de evitar sua procriação. Assim, a solução mais satisfatória é controlar eugenicamente os nascimentos, através do exame pré-nupcial, impedindo a procriação dos inúteis, como condição indispensável para o casamento. Precisamos fecundar uma raça forte e não sermos fecundados por uma raça fraca. Ou cuidamos do problema geração e seremos uma raça de senhores ou permitiremos a procriação anaeugênica e seremos uma raça de escravos. (GODOY, 1926).

Assim, são os princípios da eugenia negativa: O controle deliberado da reprodução humana. Acreditava-se que seria possível uma melhoria racial com o predomínio da raça branca e conseqüentemente através de um processo de miscigenação, com o branqueamento do país. Essa teoria fundamentou e ajudou a estruturar um projeto de Estado que privilegiava no início do século XX a entrada maciça do imigrante europeu como projeto de construção de nova e melhor população brasileira, é o que pensava Renato Kehl e outros eugenistas no Brasil. (SANTOS 2020).

O projeto eugênico estruturou e ganhou força tendo suas bases garantidoras no artigo 138, letra b, da Constituição de 1934, onde “a União, os Estados e os Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: a) estimular a educação eugênica”. (SOUZA, 2006).

Em determinados países, no início do século XX, em países como os EUA, chegou-se a instituir por lei a esterilização de criminosos, idiotas, imbecis e deficientes mentais, onde algo em torno de 60.000 pessoas foram esterilizadas. Essas leis foram copiadas em outros países como o Japão, Canadá, Austrália e outros. A eugenia mais radical teve poucos adeptos no Brasil ou, ao menos, perdeu sua força exatamente no momento em que se discutia a lei de esterilização Alemã (DIWAN, 2007).

Esse projeto perdeu força e foi motivo de verdadeiro constrangimento internacional. Com o holocausto promovido pela Alemanha nazista que discriminou, perseguiu, prendeu e matou milhões de pessoas, não só judeus como outras minorias como ciganos, negros etc., a Teoria da eugenia perdeu força, sendo posta de lado pelas nações, inclusive, pelo Brasil. (EL-DINE, 2020).

Segundo Stefan (2005), a figura representativa da década de 1930 foi o sociólogo Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* que se transformaria num forte paradigma interpretativo da formação antropológica brasileira.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre apresenta uma leitura positiva da formação racial do país, fazendo coro as críticas lançadas por Roquete Pinto e Frós da Fonseca durante o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, contra o racismo biológico (BARBOSA, 2018).

Esses autores colocam por terra as teses racistas defendidas pelos eugenistas radicais como Renato Kehl e os psiquiatras que o acompanharam. Gilberto Freyre, Roquette Pinto, Frós da Fonseca, Artur Ramos, introduziram análises mais sociológicas sobre a diversidade racial e cultural brasileira e reafirmaram a identidade mestiça como um valor positivo da formação nacional. Futuramente, *Casa Grande e Senzala* foi apontada como a obra que inaugurou o mito da democracia racial no Brasil. (WEGNER, 2013).

Até hoje, o racismo está incrustado no inconsciente coletivo e na mente dos brasileiros, estando naturalizado na cultura de massa. (SANTOS, 1994).

Munanga (2003) esclarece que a humanidade é uma só, e as diferenças existentes são formas da adaptação do corpo a diferentes ambientes, o que resulta na quantidade de melanina existente no corpo, e que ela é a responsável pela cor da nossa pele.

Em relação à colocação de Munanga (2015) acima, sobre as questões biológicas do racismo, é interessante destacar a matéria da BBC de Londres, sobre “Por que os humanos que migraram da África para a Europa ficaram brancos há milhares de anos”?

A matéria é importante e tem a ver com as colocações do Munanga acima, considerando que ela registra o estudo britânico, onde ele revela que o esqueleto humano mais antigo encontrado no Reino Unido contradiz a crença popular de que “a maioria dos europeus sempre teve a cor da pele branca”. Segundo pesquisador britânico Chirs Stringer (2018) do Museu de Ciências Naturais de Londres, em sua pesquisa ele registra que o homem desse tempo chamado de Cheddar era de pele negra, com olhos azuis. (DIAZ, 2018).

Figura 3: Homem de Cheddar, primeiro Britânico 10 mil anos atrás; Pele negra olhos azuis



Fonte: BBC-Marcos Gonzales Dias - 2018.

O cientista pesquisador britânico Stringer (2018), estudou o “Homem de Cheddar” por mais de 40 anos. Na realidade a pele do homem de cor escura protegia o homem de Cheddar contra os efeitos nocivos do sol. Assim, ao migrar para as Regiões norte do planeta onde os raios solares são mais escassos, eles não precisavam mais de pigmentação. Então, a pele escura, nada mais é do que uma proteção contra os raios do sol. Como na Região Norte do planeta não há muita incidência do sol, e dessa forma menos raios solares, precisa haver o reverso, a pele precisa ficar branca para que os raios penetrem na pele devido a questão do fortalecimento dos ossos. Assim, a ciência explica o porquê de pele branca e pele preta.

A eugenia bem como o racismo foi desmoralizada cientificamente pela ciência, esta provou cientificamente que ‘raça’ como se entendia no século passado e como muitos acreditam até hoje, não existe. (MUNANGA, 2015). É interessante registrar o entendimento do sociólogo Quijano (2002) quanto a questão do “termo cor”, utilizado para designar características das pessoas, deve ser entendido como um construto mental. Após a eugenia como será o cenário do racismo estrutural no século XXI?

3.2.2 O Racismo Estrutural Hoje (Século XXI)

A constituição de 1988 trouxe, entre os róis de direitos estabelecidos, a igualdade e equidade entre todos os indivíduos que estão em solo brasileiro. Em seus próprios termos: “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, p.1).

Entretanto, como dizia Orwell (1945) “somos todos iguais, mais alguns são mais iguais do que outros”. Assim, grupos hegemônicos de poder conferem “desvantagens e privilégios para grupos racialmente identificados”. (RIBEIRO, 2006, p.3).

Em outros termos, trata-se do racismo institucionalizado nas relações sociais políticas, jurídicas, nas organizações públicas, privadas, e econômicas da sociedade (GUIMARÃES, 2002; CAMPOS, 2017)

Segundo Almeida (2019), a análise das questões raciais sob a perspectiva estrutural permite compreender as desigualdades desse fenômeno de forma plena, pois, muitas vezes, as instituições são as reprodutoras do processo de desigualdade, privilegiando uns em detrimento a outros.

Para Gomes (2019), o racismo é um processo de desumanização, somado a um determinismo biológico e geográfico inexistente que segundo os racistas são diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre raças, devendo inclusive, se evitar as misturas de raças.

O racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve morrer e o que deve viver”. Ao longo da história já se observou esse corte entre brancos e negros, cristãos e judeus etc. Na era do biopoder midiático, que valoriza o corpo magro e exercitado, essa ideia de racismo parece compatível com a ruptura entre saudáveis e sedentários, magros e gordos. (FOUCAULT, 2008, 214).

As desigualdades em relação aos afrodescendentes na sociedade brasileira são reflexos das questões raciais ocorridas desde a nossa colonização. Estamos na Década Internacional dos afrodescendentes (2015- 2024). Uma oportunidade para os povos reconhecerem a contribuição dos afrodescendentes para a sociedade, propondo medidas que visam combater todos os tipos de racismo, discriminação, xenofobia, e intolerância religiosa. (ONU, 2020).

De acordo com a ONU 2020, houve a assunção do compromisso assumido pelos Estados-Membros objetivando enfrentar o racismo estrutural através das chamadas ações afirmativas positivas em todo o mundo, não só com leis, como também com medidas positivas e estruturantes a serem implementadas, que garantam que as leis não se tornem letras mortas.(MENEZES, 2001).

É dever não só dos Estados-Membros, mas no plano interno com suas instituições e organizações públicas a promoção de uma verdadeira mudança de paradigma. Devendo haver uma maior promoção, reconhecimento, informação sobre a herança cultural e dados históricos dos afrodescendentes. (ONU, 2020).

Os países da América Latina têm muito a ganhar economicamente com a eliminação das barreiras sociais impostas aos negros. (Silva, 2003). Uma sociedade mais inclusiva, de raça e etnia, melhoraria os índices econômicos dos seguintes países: Brasil, Bolívia, Guatemala e Peru cresceriam pelo menos 12,8%, 36,7%, 13,6% e 4,2%, respectivamente, com o fim da exclusão social desses grupos, de acordo com o BID”. (SILVA, 2014).

Em nota, a vice-presidente do Banco Mundial para crescimento equitativo, finanças e instituição, Ceyla Pazarbasioglu, disse que os responsáveis pelas políticas públicas “devem aproveitar a oportunidade para fazer reformas estruturais que promovam o crescimento abrangente, que é essencial para a redução da pobreza.” Segundo o Banco Mundial, mesmo que as economias emergentes e em desenvolvimento se recuperem, o crescimento per capita deverá permanecer bem abaixo dos níveis necessários para alcançar as metas de redução da pobreza. (IPEA, p. 21, 2017).

Respeitar as identidades culturais é importante para garantir uma democracia constitucional. Ela abre possibilidades para a implantação de políticas sociais, de raça, sexo, étnica, de nacionalidade, econômica. (HABERMANS, 2000). Conforme Fernandes (2005) "não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder".

O racismo não se separa dos projetos políticos e de condições socioeconômicas específicas, ele pode ser alterado pela ação dos poderes institucionais como o Estado, a escola etc. que podem estabelecer novos significados para a raça, mulher, idoso, judeu, homossexual etc. (PAIXÃO, 2018).

O “ racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. O racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1. Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; 2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos”. (ALMEIDA, 2019, p. 63).

Tendo em vista que o racismo é um elemento subjetivo intrínseco nas organizações, a busca por formas alternativas ou reformas estruturantes nas instituições é tarefa imprescindível, para o enfrentamento do racismo e outras formas de discriminação e opressão que são fundamentais numa sociedade que se quer transformar. (ALMEIDA, 2019).

Assim sendo, o racismo estrutural é o mais profundo e pernicioso das formas de racismo, posto de difícil identificação por ser encontrar na estrutura do Estado, sendo elemento formador do estado. São práticas, hábitos, verdadeiro elemento cultural, ensejador

político de manutenção e perpetuação de desigualdades, segregações, e até encontros de grupos majoritários. (ALMEIDA, 2019).

Abaixo o Site do Geledés, descreve o resultado do estudo da ONU sobre o negro no Brasil:

O estudo da ONU diz ainda que os negros no Brasil são os que mais são assassinados, tem menor escolaridade, menores salários, maior taxa de desemprego, menor acesso à saúde, morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto. São também a parte mais representada nas prisões e os que ocupam menos postos no governo. (GELEDÉS, 2014).

O racismo estrutural ou todas as formas de racismo é uma construção do chamado estado moderno e se perpetua com o aprovo de líderes políticos e religiosos. (NOGUEIRA, 2008; ABREU JÚNIOR, 2018).

A construção de padrões estéticos é uma construção do estado moderno, liberal, capitalista e do homem branco, a fim de dificultar a ascensão social e política de grupos minoritários como os negros, mestiços e as mulheres. É a busca dos controles através da produção de consensos de dominação. (ALMEIDA, 2019).

Segundo Vargas (2020) o racismo separa o mundo social em dois grupos: pessoas brancas de um lado e pessoas não brancas de outro. Assim, as desigualdades das pessoas não brancas decorrem da supremacia branca, a valorização da branquitude e a desvalorização da não branquitude.

O racismo só pode ser alterado em todas as suas dimensões pelos poderes estruturantes do estado e a forma de combate mais eficaz são as chamadas práticas antirracistas efetivas e suas ações afirmativas que são políticas de estado para o enfrentamento do racismo estrutural e a consequente promoção da igualdade e diversidade, tal como a lei 10.639/2003, que promove ações de valorização das culturas afro-brasileira e indígenas, nas organizações de ensino brasileiras. (ALMEIDA 2019, GOMES,2019).

Um caso ocorrido em 2020, que chamou atenção da sociedade através das mídias digitais existentes, e serve de exemplo da manutenção da perpetuação de desigualdades, e do racismo estrutural e institucional, em pleno século XXI, foi a forma de como foi realizada a fundamentação da sentença pela juíza, a uma pessoa negra. Segue o comentário em relação a essa fundamentação. (SANTOS, 2012).

O caso de racismo originado na sentença da juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª vara criminal da Comarca da Região metropolitana de Curitiba, que condenou Natan Vieira da Paz, homem negro de 48 anos, a 14 anos e 2 meses de prisão, é um caso clássico de ação formulada a partir do imaginário constituído sobre determinado sujeito ou comunidade por códigos raciais que sequestram a humanidade e cidadania

alheia, única e exclusivamente por não pertencer à raça sociológica da elite dominante. No caso brasileiro, a raça branca. Ao registrar a sentença em longo arquivo com mais de uma centena de páginas, a excelentíssima registrou e reafirmou o seguinte: “Sobre sua conduta social nada se sabe. Seguramente integrante do grupo criminoso, EM RAZÃO DA SUA RAÇA, agia de forma extremamente discreta nos delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente”, escreveu Zarpelon na página 107, de 115, de sua sentença condenatória. (SANTOS, 2012).

Parece oportuno e interessante o comentário supracitado do professor Santos (2012), da UFSB, sobre a fundamentação da sentença da juíza. Porque ilustra a subjetividade do racismo no Brasil. Assim, na sociedade os movimentos sociais lutam para desconstruir esse tipo de subjetividade e construir direitos, tal como o movimento citado no próximo parágrafo.

Em relação às questões públicas sobre o racismo, temos as mobilizações sociais, de movimentos negros americanos, onde se destaca o Movimento vidas Negras. O Movimento Social Vidas Negras Importam, Campanha americana, que culminou em uma série de protestos nos estados Unidos da América do Norte nesse ano de 2020, após o assassinado ocorrido em Minneapolis do Afro-americano George Floyd. Esse fato despertou por parte de estudiosos brasileiros, ativistas e cientistas sociais um questionamento, porque aqui, onde a brutalidade sofrida pelos pretos brasileiros é mais intensa e maior, as mobilizações contra o racismo não têm a mesma adesão e intensidade? (ADUFRJ, 2020).

Figura 4: Foto George Floyd, assassinado nos estados Unidos por policiais



Fonte: ADUFRJ (2020)

Por várias questões e fatores, dentre os quais o próprio mito da democracia racial, onde acredita-se ainda piamente que racismo é coisa de alguns, a ideia ainda presente de que a sociedade não é racista. Tudo isso fruto do ocultamento não só da história da escravização do negro no Brasil, como da gênese e formação do racismo como coisas díspares, mais também como elementos estruturantes, estrutural e institucional do Estado brasileiro. (NOGUEIRA, 2006).

No Brasil, o caso João Pedro chamou a atenção da sociedade pela crueldade e covardia, conforme comentado pelos meios de comunicação, sobretudo o da citação abaixo do Correio Braziliense e do (Jornal Hora do Povo, 2020).

João Pedro, de 14 anos, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. Na tarde da última segunda-feira (18) João Pedro Mattos, de apenas 14 anos, foi morto dentro de casa durante operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. (JORNAL HORA DO POVO, 2020)

Figura 5: Foto do menino João Pedro assassinado nas favelas do Rio em 2020.



Fonte: Correio Braziliense

A formação do Estado brasileiro difere em muito, porque questões históricas e políticas, do Estado Norte Americano. Nos EUA, houve um projeto de emancipação nacionalista e capitalista tal como o fortalecimento desses projetos pelas comunidades protestantes negras. (SANTOS, 2012).

No Brasil, o projeto foi seguindo uma política racista e eugenista, de branqueamento através da miscigenação, que teve como mote maior uma política migratória de cunho exclusivamente europeu. (CAMPOS, 2017).

Esses europeus afastaram o negro do campo, empurrando os ex-escravos para as periferias das cidades de onde surgiram as favelas e subúrbios. Cabe esclarecer aqui o conceito de periferia segundo Fontes (2013), para o autor essa é o “conjunto amplo de fenômenos que indicam, em boa parte dos casos, processos sociais geradores de desigualdades, periferias urbanas, segregação espacial”.

Onde esses mesmos europeus tiveram por parte do Estado brasileiro diversos incentivos e financiamentos não só de terras, como também créditos de construções de moradias, incentivos agrícolas para aquisição de sementes, defensivos agrícolas, máquinas e

equipamentos. Essa política de estado perdura até hoje. O Estado brasileiro é antes de tudo, racista e excludente. (FIGUEIREDO, 2019).

Enquanto, nos EUA, havia leis segregacionistas que perduraram até 1965, no Brasil, o Estado construiu o mito da democracia racial, o mito da miscigenação, uma falsa ideia de que a sociedade não é racista. (HASENBALG, 1979).

Esse racismo velado retardou no Brasil o surgimento de uma consciência negra. Hoje, nos EUA, há o surgimento ou ressurgimento de movimentos racistas de ambas as partes, sustentados e alimentados inclusive, com a postura abertamente racista e preconceituosa do chefe do poder executivo americano, o presidente Donald Trump, potencializado pela pandemia, já que a Covid-19 se mostra mais letal nos mais vulneráveis, às chamadas minorias, ou seja, as comunidades negras estadunidenses. (ROSA, 2012; ISTO É, 2021).

A postura submissa do Estado brasileiro, frente aos interesses norte-americanos, faz com que os protestos americanos acabem por reverberar no Brasil, embora de forma muito incipiente, posto que a sociedade brasileira ainda resista em discutir a questão do negro, do racismo, da discriminação e da exclusão. (IANNI, 1978).

Líderes de movimentos negros informam que o movimento negro no Brasil não consegue ser tão coeso como nos Estados Unidos. Entre nós, ainda persiste o mito da democracia racial. Entretanto, cresce a consciência política que, ser a favor da democracia passa por ser antirracista, pluralista e humanista. E que para ser antirracista no Brasil você precisa ser contra o Estado, que é racista, excludente, discriminador. (DOMINGOS, 2006). Você precisa ser contra os governos: federal, Estadual e municipal pelo simples fato de que estes têm o negro e as minorias como alvo principal.

Nos EUA, as manifestações estão recebendo o apoio dos brancos e da classe média que é majoritariamente branca por que as questões do negro americano atentam contra os valores democráticos e republicanos. (CARDOSO, 2002).

Já no Brasil, há uma inércia da classe média, também majoritariamente branca, porque estes ainda vivem na mais completa incompreensão, ignorando que o racismo foi uma construção do Estado, que raça não existe, onde a escravidão foi modo de produção e acumulação de riqueza. A classe média vive na mais completa escuridão e desconhecimento, porque o Estado tem uma prática educacional de desinformação. (GOMES, 2019; CARNEIRO 2005; CASTRO 2019).

O branco brasileiro tem dificuldade de entender que faz parte da nacionalidade brasileira ser preto, ser mestiço. No Brasil, a barreira de classes cria um isolamento, considerando ser a classe média majoritariamente branca. (SANTOS, 2020).

Assim, “quando o preconceito coletivo de um grupo racial é apoiado pelo poder da autoridade legal e do controle institucional, ele é transformado em racismo, um sistema amplo que funciona independente das intenções ou das autoimagens dos atores individuais” (DIANGELO, 2018, p. 44).

Desse modo, as pessoas brancas precisam ser antirracistas para romper com o racismo estrutural, construir uma consciência antirracista como uma espécie de autocura. (MOREIRA, 2011).

O não reconhecimento da humanidade das pessoas negras, fruto das teorias racistas cria uma não identidade da população preta, uma imaginação ainda estereotipada que afasta o branco no Brasil das lutas antirracistas. É preciso que as pessoas de pele branca sejam antirracistas para que possamos romper e desconstruir o racismo estrutural. (MOREIRA, 2011).

No comentário abaixo o autor Almeida (2019), faz um retrato de como é o perfil de negros e negras na sociedade brasileira.

Segundo Silvio Almeida 2019, p.65, o racismo constitui-se todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após vinte anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, metódicos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. (ALMEIDA, 2019)

De acordo com Diangelo (2018, p. 45), “o sistema do racismo começa com a ideologia, e ideias que são reforçadas por toda a sociedade. Desde o nascimento, somos condicionados a aceitar, não questionar essas ideias”.

No Brasil a sociedade brasileira, o Estado brasileiro e sua população estão majoritariamente doentes, sua enfermidade é o racismo, o preconceito, a discriminação e a exclusão. Sendo estas patologias exaurimento do racismo, uma doença da não cultura, não informação, não conhecimento, que precisa ser extirpada da sociedade e das instituições. Assim, poderemos reescrever fatos, histórias e outros fenômenos diferentes dos relacionados a seguir. (NASCIMENTO, 1978; RAMOS, 1954). Veja no mapa da violência as estatísticas em relação a mortes de negros:

Segundo a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, o “Mapa da Violência, publicado em 2016, mostra que a morte de pessoas brancas por arma de fogo diminuiu 23% em 9 anos, enquanto que a quantidade de vítimas negras aumentou 14% no mesmo período. Entre 2003 e 2012, foram 320 mil negros vítimas de armas de fogo no país. (OAB, 2016).

No ano de 2016, os homicídios de pretos eram duas vezes e meia maior que a de pessoas que não eram pretas, e a de mulheres pretas de 71% maior do que a de mulheres não pretas. Segundo o atlas da violência de 2018, a taxa de homicídios de pretos cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não pretos caiu 6,8%., entre 2006 a 2016. (IPEA, 2018).

Essa é uma escolha que a sociedade e o estado faz todos os dias quando não dá acesso universal a educação. (MUNANGA, 2005)

Os jornais atuais em 2020 comentam as desigualdades em relação ao problema de saúde pública que assola o mundo e pontualmente o Brasil. As mídias anunciam que na pandemia da Covid-19, pretos morrem mais que brancos, devido às desigualdades sociais e econômicas, saneamento básico, acesso à saúde, esse é um fato irrefutável, e atual. Segundo os dados da Prefeitura de São Paulo, o risco de morte de pretos por covid-19 é 62% maior em relação aos brancos. No caso dos pardos, esse risco é 23% maior. (Prefeitura de São Paulo, 2020).

Figura 6: Enterro vítima da corona vírus, em São Paulo



Fonte: New York Times

A seguir uma entrevista da filósofa Ribeiro (2006), sobre a questão da raça:

Para Djamila, não há como a esquerda falar de classe sem falar de opressões de raça e gênero. “Sempre é essa questão, ‘a gente vai discutir os problemas maiores e depois a gente discute essa questão’, sem entender que não tem problema maior no Brasil hoje do que discutir o racismo, que acaba gerando várias desigualdades. Num País em que a cada 23 minutos um jovem é assassinado, num País em que aumenta em 54% o feminicídio de mulheres negras, o que é a grande questão? Acho que num

País como o nosso, que foi fundado no mito da democracia racial, as pessoas têm dificuldade de entender inclusive o que é racismo. A gente ainda acha que o racismo é algo do campo individual, da moral, e não entende o racismo como um sistema político que impede que as populações negra e indígena acessem direitos básicos. (RIBEIRO, 2006).

Segundo Kilomba (2019), o racismo aprisiona o sujeito numa ordem colonial, onde este só existe a partir da presença do branco, onde o preto é convidado a se ocupar com o que o sujeito branco deseja, como conquistá-lo, como ser compreensivo por este, aprisionando-os novamente na velha ordem colonial.

Devido a esse fenômeno do racismo algumas instituições e o Estado brasileiro tem-se manifestado reconhecendo, e reprovando esse tipo de postura como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB criou a Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra em 2015, reconhecendo o racismo e o reprovando: “CONSCIENTES de que o fenômeno do racismo demonstra uma capacidade dinâmica de renovação que lhe permite assumir novas formas pelas quais se dissemina e se expressa política, social, cultural e linguisticamente”. (OAB, 2016).

A Comissão da Verdade identifica quem são as vítimas desse racismo: “que as vítimas do racismo, da discriminação racial e de outras formas correlatas de intolerância nas Américas são, entre outras, afrodescendentes, povos indígenas, bem como outros grupos e minorias raciais e étnicas ou grupos que por sua ascendência ou origem nacional ou étnica são afetados por essas manifestações... “Convencidos que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana”. (OAB, 2016).

Todo esse processo é um processo de alcançar um estado de descolonização, onde você deixa de existir como o outro e passa a existir como eu, sujeito de sua própria realidade, tornando-se sujeito. (KILOMBA, 2019).

Entretanto, novas formas de justificação das diferenças, da segregação são introduzidas para justificar comportamentos e diferenças sociais e de desenvolvimento, assim é que temos hoje o culturalismo uma nova maquiagem do racismo estrutural.

3.2.3 Culturalismo: a nova maquiagem do racismo estrutural

O fenômeno do racismo demonstra uma capacidade dinâmica de renovação que lhe permite assumir novas formas pelas quais se dissemina e se expressa política, social, cultural e linguisticamente (OAB, 2016).

Segundo Souza (2011), o exercício do poder precisa ser legitimado, e quem dá o acesso a todos os “privilégios” são os intelectuais, considerando que todo conhecimento humano é limitado historicamente por um paradigma. Para o autor um paradigma “é o que define os pressupostos para qualquer tipo de conhecimento”. Houve a mudança do paradigma “racista para o culturalista nas ciências sociais”. O culturalismo venceu o paradigma do racismo diante das críticas que este recebia, e foi substituído pelo cientificismo superior, ‘moralmente mais aceitável’.

Assim, o racismo, forma e manutenção de poder social real, transmutou-se no paradigma culturalista, o racismo fenotípico baseado na cor da pele e nos traços fisionômicos foi pouco a pouco substituído pelo culturalismo, onde o estoque cultural das pessoas é que explicaria seus comportamentos. (GUIMARAES, 2002).

O fato é que o culturalismo se tornou senso comum internacionalmente, explicando as diferenças sociais e as diferenças de desenvolvimento relativo no mundo inteiro, o que se deu com a Teoria da modernização¹ produzida pelos Estados Unidos do segundo pós-guerra que explicaria porque algumas sociedades são ricas e outras pobres e atrasadas. Ainda hoje a Teoria da modernização é um pressuposto implícito, algo incontestável. O racismo do culturalismo é equivalente do fenotípico ao prefixar à suposta superioridade inatas de uns e a inferioridade inatas dos outros. (SOUZA, 2016).

O Culturalismo cria e legitima a dominação onde europeus e americanos, em regra se acham superiores a Asiáticos, latino-americanos e Africanos. O racismo culturalista legitima relações de poder, inclusive, entre classes de um mesmo país, onde a classe média se sente como um americano em relação ao brasileiro sendo uma crença compartilhada socialmente em razão do prestígio da ciência com o apoio da mídia. (OLIVEIRA, 1994).

Conforme colocado acima o culturalismo determina a vida das pessoas comuns e seus comportamentos cotidianos, subjetividades construídas e que serão institucionalizadas, essa ação institucional constrói seres de primeira e segunda classe, separa homens e mulheres, heteros e homos, pretos e brancos, jovens e idosos, tornando-nos indefesos das concepções que nos dominam. Hall (1992) define o culturalismo como a ênfase do cultural em oposição ao social, econômico ou histórico. Racismo e economia é um assunto de fundamental importância, quando se discute o racismo estrutural. Por este motivo, ele é o próximo a ser abordado.

¹ Teoria da modernização- É uma teoria que mistura modernização com ocidentalização. Neste modelo, a modernização de uma sociedade exigia a destruição da cultura nativa e sua substituição por outra mais ocidentalizada e superiores.

3.2.4 O Racismo um Problema Econômico

Quando em uma sociedade as pessoas não têm as mesmas oportunidades,
acaba-se desenvolvendo uma patologia social grave
que ocasiona um prejuízo de ordem moral e material-econômica.
Hélio Santos (2002)

A história e formação do capitalismo, nossa atual forma de produção, passa necessariamente pela acumulação de riqueza através da exploração da mão de obra escrava, bem como pelo estabelecimento do racismo como elemento estruturante das relações sociais, relações de produção e estabelecimento e manutenção de poder. (SANTOS, 2012).

A considerarmos que o pseudo racismo científico foi a forma encontrada pelo Estado de explicação para a supressão da liberdade e da igualdade durante o colonialismo e como forma de acumulação de riqueza através do primeiro extrativismo e, posteriormente, da agricultura e da mineração, temos que o racismo é um dos elementos estruturantes da economia e do sistema capitalista. (ASSIS, 2014).

Conforme o comentário acima, a escravidão e o racismo foram elementos estruturantes do sistema capitalista: a escravidão como elemento objetivo, por atuar diariamente na forma de produção do período colonial que foi a base da acumulação de riqueza que propiciou o nascimento do capitalismo e o racismo como elemento subjetivo que construiu todo um arcabouço de poder, uma hierarquia de espécie e de gênero, bem como de “toda subjetividade da sociedade e conseqüentemente de suas instituições privadas e públicas”. (ALMEIDA, 2019).

Não obstante ter a escravidão sido legal e oficialmente extinta no século XIX em seu formato e tal como esta se deu no período colonial, têm-se ainda hoje através do racismo e todas as suas formas de manifestações, todas as suas interseccionalidades a manutenção das relações de poder e opressão construídas no colonialismo e na escravidão que embora abolida nunca foi extinta, a alimentar e a manter formas de opressão, exclusão e exploração bem como a acumulação de riquezas e capital de todo o sistema econômico capitalista.(ASSIS, 2014).

Assim, o racismo posto como elemento direto e justificador da escravidão ainda hoje, submete as chamadas minorias raciais e sociais a discriminações econômicas, sociais e políticas sendo fator estruturante das subjetividades a incidir objetivamente nas instituições públicas e privadas, não sendo demasiado afirmar que o Brasil é o que é, infelizmente, graças ao racismo. (REBELO, 2007).

No Brasil, segundo Santos (2006) o “racismo é o exercício do poder excludente”., onde “uma ilha da prosperidade vive em função da espoliação de um estrato marginal cada vez mais numeroso, esta exclusão torna-se uma das ferramentas principais para a manutenção desse capitalismo dependente”.

A lógica da exclusão sempre esteve presente na formação do capitalismo brasileiro. Segundo Ianni (1988), a convivência entre uma ilha de prosperidade (dada pelo fato de o Brasil ser a oitava economia do mundo) e “uma massa imensa de miseráveis (que supera as dos países mais pobres da América Latina) atravessou vários períodos históricos”. “Desde seu início o sistema capitalista do país convive com grande contingente de população marginalizada”. (OLIVEIRA, 2010).

Assim sendo, no Brasil, estudar e se debruçar sobre as questões que envolvem o racismo como elemento estruturante de nossa sociedade é de fundamental importância para a compreensão de se fazer o enfrentamento a esse importante fator e elemento de nossa economia, bastando nos debruçarmos sobre os dados quantitativos, como um dos relacionados no próximo parágrafo. (SANTOS, 2006).

Os dados são alarmantes: 71 a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil são negras; a população carcerária brasileira é formada por 64% de jovens negros com idade entre 18 a 29 anos; os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças; em média, os brasileiros brancos ganhavam o dobro que os negros, e, ainda, caso nada seja feito. Segundo a OXFAM (2021) somente em 2089, negros e brancos terão uma renda semelhante, considerando os dados do IPEA (2011), “em média os brancos ganham o dobro que os negros (pretos e pardos) R\$ 1.589, ante R\$ 898,00 mensais”.

Parece ao menos em questões do racismo estrutural, que a frase de Orwel (1945, p. 250) seja mais adequada a nossa realidade: "Todos são iguais, mas alguns são mais iguais que outros".

Um estudo publicado nesta semana pela ONG Oxfam Brasil mostra que o país deve levar 200 anos, desde a abolição da escravidão, para equiparar salários de brancos e negros. O valor é uma projeção que aposta em poucas mudanças na tendência de redução de desigualdade em território brasileiro. (OXFAM, 2021).

Dada essa realidade, não se pode pretender analisar a questão do racismo sem abordar as práticas estruturais que legitimam essa desigual e injustificável situação. Por racismo estrutural, entende-se neste estudo como “um fenômeno que resulta do funcionamento das instituições, que são apropriadas pelos grupos hegemônicos de poder para conferir desvantagens e privilégios para grupos racialmente identificados”. (RIBEIRO, 2019, p.3).

Em outros termos, trata-se do racismo institucionalizado nas relações sociais políticas, jurídicas, nas organizações públicas, privadas, e econômicas da sociedade. (GUIMARÃES, 2002; CAMPOS, 2017)

Assim, racismo e economia são temas que estão intimamente ligados, na medida em que há uma relação estrutural entre pobreza, raça e gênero, reforçada e naturalizada pelo funcionamento do sistema tributário. Para Almeida (2020) “a economia é uma condicionante do racismo, e o racismo, por sua vez, impacta na organização econômica, segundo ele há uma relação estrutural entre pobreza, raça e gênero, reforçada e naturalizada pelo funcionamento do sistema tributário”.

Do ponto de vista político, a economia ortodoxa reforça a ideia do racismo como um problema individual que pode ser resolvido por meio de um sistema penal "eficiente" que puna condutas desviantes, com projetos educacionais que reformem o indivíduo moralmente e, no limite, com algumas políticas de ação afirmativa. Gary Becker e Milton Friedman, ganhadores de Prêmio Nobel de Economia, são referências para essa abordagem. (ALMEIDA, 2020).

Segundo o diretor da Agência antipobreza da ONU Organizações das Nações Unidas “o racismo é um problema econômico e, como tal, combatê-lo deveria ser prioridade para todos os governos”, Considerando que eles se encontram intrinsecamente ligados. (CARMO, 2020). Assim, alguns autores entendem que o racismo deve ser visto como tema da base econômica, considerando seus impactos negativos para o Estado.

Na América Latina, governos nacionais anunciaram a industrialização como uma promessa de progresso, alguns problemas sociais só foram agravados. Focou-se em questões econômicas e deixou-se os lados estruturais organizacionais. (COLADO, 2005).

Segundo Ramos (1954), quando o Congresso toma iniciativa para aumentar o poder aquisitivo do negro, levando em consideração a sua participação como membro ativo e efetivo da comunidade nacional é porque o mundo reivindica a participação das minorias no jogo democrático da cultura. (RAMOS, 1954).

Hall (1992) faz menção a esse posicionamento das minorias quando fala da questão da descentralização do poder e coloca que ainda que sejam diferentes os cidadãos de um país (cor, gênero, sexismo, classe), esses precisam ser reunificados em torno de uma identidade cultural. Provavelmente, ele está falando não só de racismo estrutural, mas também das chamadas interseccionalidades.

Sendo as interseccionalidades formas de classificação e segregação, ganha relevância a abordagem desse elemento segregador como espécie ou fruto do gênero racismo. O próximo

tópico trata desse tema, onde se analisaram as várias possibilidades de aproximação de estudos interseccionais, os marcadores sociais das diferenças e formas de opressão. (CRENSHAW, 2016).

3.2.5 O que é Interseccionalidade

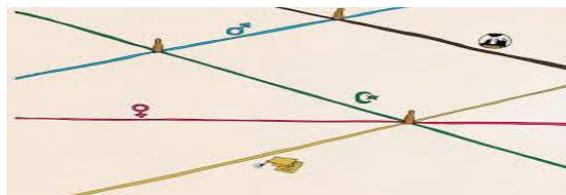
"A discriminação de gênero é a mais antiga na história da espécie". Ficou subordinada "à colonialidade do poder" (QUIJANO, 2005)

A discussão sobre a interseccionalidade iniciou nos movimentos feministas em 1982. A luta dos movimentos sociais em relação à interseccionalidade deu-se em defesa da opressão das mulheres e também de outras formas de opressão e desigualdades que se relacionam como o racismo, heterossexismos e classe social. (HENNING, 2015).

Tratar a temática das interseccionalidades diz respeito a entender suas raízes, consequências e imbricações que produzem e reproduzem desigualdades, resistências e confronto das opressões. (FERREIRA, 2020).

Crenshaw (1991) percebe a interseccionalidade como a sobreposição ou interseção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação são questões de raça, classe, gênero² e sexualidade. "A interseccionalidade vem sendo abordada em diferentes contextos: social, político e organizacional", para analisar diferentes formas de opressão e desigualdades.

Grafico 1: Interseccionalidade



Fonte: CRENSHAW (1991)

² LAURENTIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**.1987. O termo gênero é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. É a posição que uma pessoa ocupa dentro de uma classe. Gênero representa não um indivíduo e sim uma relação social. Ou seja, representa o indivíduo por meio de uma classe. Todos os seres humanos classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema de significações que relaciona sexo à conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Qualquer sistema de sexo/gênero está ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Considerando essa perspectiva são ligados à organização da desigualdade social.

Tabela 2: Marcadores sociais das diferenças

Marcador Social da Diferença	Preconceito	Teoria	Principais autores
Raça/etnia	Racismo	Stand Point Black Feminist Thought	Patricia Hill Collins Kimberlé Crenshaw

Fonte: FERREIRA (2020).

No entanto, Crenshaw (1991) ao passar por uma situação pontual em sua vida cotidiana, onde mulheres não podiam entrar pela porta principal de um clube, questionou essa situação. A partir dali, começava a nascer a Teoria da Interseccionalidade, onde ela desponta como uma das principais figuras dessa teoria, que segundo a mesma, teve como objetivo servir de base para constatar a aplicação do feminismo negro em leis americanas antidiscriminação.

A estudiosa da teoria em questão explica o que é esse movimento da interseccionalidade na citação a seguir:

Foi um movimento liderado por mulheres negras contestou a ideia de que as mulheres eram uma categoria homogênea essencialmente compartilhando as mesmas experiências de vida. Este argumento foi a constatação de que as mulheres brancas da classe média não serviam como uma representação precisa do movimento feminista como um todo. Reconhecendo que as formas de opressão vividas por mulheres brancas de classe média eram diferentes das que eram experimentadas pelas negras, as mulheres pobres, ou com deficiência, as feministas procuraram compreender as maneiras em que gênero, raça e classe combinados "determinam o destino do feminino". (CRENSHAW, 1991).

A Interseccionalidade foi muito importante para a sociologia, porque a partir dali pode se realizar pesquisas sobre formas diversas de hierarquização social. A incorporação do gênero, no contexto do racismo, desnuda as diversas formas de discriminação racial contra as mulheres pretas, a questão da classe, a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que perpassam, atinge e transita todos os contextos, sem exceções, onde se produzem e reproduzem as relações humanas, e traz um entendimento sobre maneiras específicas onde o gênero representa a discriminação também sofrida pelo homem negro. (COLLINS; CRENSHAW, 2019, 2016).

A citação abaixo é uma passagem do documento escrito por Crenshaw em (1991), para ser apresentado em um evento mundial.

A lógica da incorporação da perspectiva de gênero, ou seja, focalizar a diferença em nome de uma maior inclusão, aplica-se tanto às diferenças entre as mulheres como às diferenças entre mulheres e homens. Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias diferenças que caracterizam os problemas e

dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (CRENSHAW, 1991, p.).

A interseccionalidade, segundo Akotirene (2019, p. 19) “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras”.

3.2.6 Pensando Feminismo e Racismo

Adichie (2015) comenta sobre os estereótipos que limitam o nosso pensamento, especialmente quando se fala de África, e faz uma analogia onde o feminismo também sofre influências de estereótipos.

No entender de Ribeiro (2017) uma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características fisiológicas, econômicas e sociais. São múltiplos os fatores e condições que resultam em desigualdades e hierarquias. São questões estruturais, institucionais e sociais. Basta simples reflexão. Um bom exemplo é o caso da mulher negra, para a qual existe uma invisibilidade, o outro do outro, a invisibilidade, inclusive, nos movimentos racistas feministas, em movimentos antirracistas. A invisibilidade da mulher negra em cursos e faculdades, lembrando-se dos LGBTQTS, como formadores e formadoras de opiniões em jornais e sites, em cargos da política institucional.

Segundo Hall³ (1992) o movimento feminista cresceu na política ocidental, e a partir daí repensou-se as questões da hegemonia de desigualdades das sociedades culturalmente dominantes, considerando que essas sociedades são produtoras desse discurso dominador, e quem o executa é uma população branca e masculina que reproduz esse seu discurso opressor na mídia.

A invisibilidade está ligada as questões da hierarquização e subjetividades na questão de gênero, conforme coloca Saffioti (2002). “A subjetividade é construída por meio das relações sociais”.

³ HALL, Stuart. Os Estudos Culturais foram fundamentais no processo de compreensão da cultura como instrumento de dominação. Ele expandiu o escopo dos estudos culturais para lidar com raça e gênero.

Existem opressões estruturais que impedem que pessoas, cidadãos, tenham direito à fala, à humanidade, à dignidade humana. A discussão é, sobretudo estrutural. O debate é sobre a posição ocupada por cada um desses grupos, pessoas negras, LGBTQTS, esses grupos enquanto “raça”, gênero, classe e sexualidade, numa intersecção, gerando formas diversas de experienciar opressões, discriminações, racismos e preconceitos, sem hierarquias de opressões. (RIBEIRO, 2017).

Pensar o lugar de fala é pensar em inclusão, veja o comentário abaixo:

[...] a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. (CRENCHAW, 2016).

Conforme o pensamento de Ribeiro 2017, “não devemos preferenciar lutas, isso seria excluir o outro, uma forma de perpetuar opressões. O silêncio imposto pelos dominadores nos obriga a pensar sobre o lugar de fala”.

A reivindicação é que a história do preto e da escravidão seja contada pela perspectiva do preto também e, não só pela perspectiva daquele que venceu “o branco”. (RIBEIRO, 2017). “Dar voz ao outro é confrontar o poder”. Da mesma forma a autora Kilomba, em (2019), no Brasil, numa palestra, discorre sobre a importância de se romper hierarquias institucionais pelo discurso autorizado.

Os grupos subalternizados, para Ribeiro, (2017), são desprovidos de cidadania, de direitos e, por isso, não têm seus direitos reconhecidos, ou ouvidos, por isso, a questão da voz e falas, essa é a sua importância.

O pensamento de Davis (2013) é colocado aqui no sentido de reconstrução. Em sua fala ela coloca que a intersecção de raça, classe e gênero visa possibilitar um novo modelo de sociedade.

Carneiro (2005) diz que alcançar a igualdade de direitos é transformar-se em ser humano pleno e com possibilidades e oportunidades independentes de sua condição de raça, classe e gênero. Para isso, “é necessário um novo modelo civilizatório que seja mais humano, fraterno e solidário. E não esquecer que somos a mesma comunidade de destinos”. Precisamos construir uma sociedade que se pautar por ser “multirracial” e pluricultural, e que a diversidade seja pautada pela igualdade e não hierarquização dessas.

No comentário da professora Oliveira (2010), a teoria da interseccionalidade trabalha com categorias distintas na sociedade. Para ela, existem diferentes violências que se cruzam: como a de gênero, racial, e outras ligadas às diferentes classes.

No sentido do comentário acima, é importante observar que o racismo estrutural não fica adstrito ao negro, mas interseccionaliza com a questão da mulher, do mestiço em geral, o homossexual, o deficiente, o idoso etc. Causa uma exclusão em alto grau que atinge frontalmente a economia e a sociedade como um todo. Tendo como resultado o baixo IDH (índice de desenvolvimento humano). (SILVA, 2018). Segundo a pesquisa do (PNUD, 2017), o IDH de negros no Brasil está 10 anos atrás de brancos.

As instituições devem trabalhar em conjunto para garantir que a discriminação racial que afeta as mulheres negras e a discriminação de gênero sejam consideradas mutuamente e não separadamente. “Essas pontes devem ser observadas e construídas, até porque as leis não preveem que somos ao mesmo tempo mulheres e negras. São as chamadas diferenças dentro das diferenças”. (CRENSHAW, 1991).

Na atualidade os estudos interseccionais têm corroborado para o aprimoramento das discussões sobre raça no campo dos estudos organizacionais.

3.3 PORQUE FALAR DE RAÇA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

No desenvolvimento desse estudo muitas incertezas emergiram, assim, entendi ser oportuno o comentário delas aqui na pesquisa. Uma foi a questão da dimensão que o racismo e temas inerentes e transversais a ele ganharam nesse trabalho de pesquisa. Essa dimensão em certo momento me travou, e não conseguia dar um passo a mais nos escritos, na medida em que temia de certa forma, que a academia não entendesse a importância das questões colocadas nos tópicos desenvolvidos aqui em relação aos estudos organizacionais. Segundo Rosa (2012) o tema das relações raciais nos estudos organizacionais, ainda é ignorado, colocado em segundo plano.

Possivelmente determinados entendimentos no que tange à ‘raça’ pode ser porque quando se entra pela via científica da administração e chega-se nos estudos organizacionais a questão da raça ainda é bem presente e evidente. (TEIXEIRA, OLIVEIRA; CARRIERRI, 2020).

Só reiniciei os escritos após um mês, foi quando a orientadora indicou os textos brasileiros da professora Teixeira (2020). A partir de então, após ficar claro para mim como iria cristalizar a importância do racismo estrutural para os estudos da academia, à medida que

havia encontrado um dos principais referenciais teóricos brasileiros que precisava para a condução da triangulação dessas importantes “falas” registradas nos tópicos aqui apresentados.

Hoje, surgem novos campos, modos e perspectivas de pesquisa, onde a diversidade é uma realidade. Os Estudos Organizacionais são uma série de conversações, decorrentes de conversações prévias que ajudam a constituir as organizações. Organizações que são objetos empíricos, ou seja, cada um de nós pode ver algo diferente, considerando ser este conhecimento apenas baseado na experiência prática e na observação. (CLEGG; HARDY, 1999).

As organizações são locais de ação social, abertas as disciplinas formais e organizadas como produção e marketing, mas também abertas a conversas que permeiam o tecido social. (CLEGG; HARDY, 1999). Abaixo, o comentário sobre a questão da diversidade pelo Handbook de Estudos Organizacionais,

À medida que o mundo organizacional vai se tornando mais complexo e diferenciado em relação à composição de seus membros, que a migração de vários grupos étnicos se torna uma realidade comum e que a internacionalização integrada das empresas passa a ser algo cotidiano, buscar o entendimento sobre a construção social da diversidade nas organizações se torna um imperativo. (NKOMO; COX JÚNIOR, 1999).

Tais conversas moldam o objeto. Os paradigmas são formas de entrenchamento, tudo é uma questão política, de manutenção de poder. Muitas das vezes o que temos é um “protecionismo”, a preservação de um capital intelectual, uma base de poder, uma indisposição de receber ideias novas, contraditórias e desafiadoras. (CUNHA, 2018).

Dessa forma, colocou-se aqui as barreiras encontradas nos espaços dos Estudos Organizacionais que permeiam a diversidade. Começa-se a admitir como tópico de investigação e debate a questão racial e étnica do poder nas organizações (REED, 1998).

A colonização da Teoria organizacional, aqui em Teoria organizacional tradicionalmente não se fala em racismo, por isso foi usado a expressão colonização da Teoria organizacional, que abre caminho para a constituição e objetivos dos estudos organizacionais nos levando a uma reflexão mais profunda de nossos compromissos ideológicos básicos. (REED, 1998).

Novas estruturas de poder a partir de intervenções tecnológicas, uma nova ordem, configurando a fatia e o discurso organizacional e profundas mudanças nas relações sociais, nas divisões de trabalho e na acumulação do capital. E processos de trabalho, mais flexíveis e

descentralizados, novas formas de aproximação e mecanismos de apropriação e mecanismos de decisão, dirigidas pelos imperativos da acumulação. (CALÁS, 1991). Trazem a nós a questão da igualdade no mundo organizacional, nos estudos organizacionais e nas novas formas organizacionais.

É nesse quadro cultural e político que se delinea a omissão, principalmente no chamado terceiro mundo, nos estudos organizacionais, as novas formas organizacionais são temas ainda pouco explorados nas análises contemporâneas da organização. (CALÁS, 1991).

Começa-se a admitir como tópico de investigação e debate a questão racial e étnica do poder nas organizações. A colonização da Teoria Organizacional abre caminho para a constituição e objetivos dos estudos organizacionais nos levando a uma reflexão, mais profunda de nossos compromissos ideológicos básicos. (REED, 1998).

Devido a uma série de iniciativas de enfrentamento ao racismo, como a criação de órgãos governamentais dedicados ao racismo Jacob e Begn (2002), políticas de ação afirmativas implementadas por empresas brasileiras (Gonçalves, 2006) e as cotas raciais em universidades públicas (ALBERTI E PEREIRA, 2006).

Às questões do racismo ganhou importância nos debates políticos. Embora as questões raciais não fiquem adstritas aos afrodescendentes, muito pelo contrário ela alcança outros grupos chamados de “minorias, se inserindo nesse grupo mulheres brancas, Judeus, LGBT, asiáticos, índios, deficientes físicos, entretanto, o foco do presente trabalho está nas relações raciais envolvendo pretos e pretas, mestiços e brancos”. (CALÁS, 1991).

Nas instituições e organizações, podemos observar importantes lacunas nos estudos sobre organizações no Brasil, onde se tem dado pouca ênfase as questões raciais, havendo verdadeira ausência da raça-etnia como tema de pesquisa nos estudos organizacionais. (CALÁS, 1991).

Há necessidade de uma visão multidisciplinar e de uma contextualização das relações raciais no Brasil porque diferente de tudo, principalmente dos Estados Unidos da América. Existem contradições entre discursos e práticas adotadas pelas organizações, havendo pouca ênfase no tema das relações raciais nos estudos organizacionais, o que empobrece a análise do tema. (ROSA, 2014).

Considerando a raça, da discussão biológica à dimensão política, raça em sua vinculação biológica é rechaçada, entretanto, há resquícios dessa vinculação. E em relações de trabalho esses resquícios se tornam mais evidentes. (OLIVEIRA, 2020).

Segundo Oliveira (2020), a contribuição do tema raça para os estudos organizacionais, é de suma importância, à medida que ele serve de base para a compreensão das relações

sociais nos espaços de trabalho organizacionais, e cria condições de entendimento acerca das relações sociais de trabalho nas organizações, desconstruindo mitos sobre a existência de diversidade nas organizações.

Quando se adentra pela via científica da administração e chega-se aos estudos organizacionais, a questão da raça ainda está bem presente e evidente, senão vejamos, ainda persiste a ideia que pessoas pretas possuem naturalmente força física, naturalizando a maior presença preta em atividades que requerem maior força física, especialmente de homens pretos. Conforme o entendimento de (FERREIRA, 2005):

As ciências seguem, assim, em grande medida, ocupadas por acadêmicos brancos com a insuspeita reprodução de seus conhecimentos sem uma reflexão crítica sobre seus próprios privilégios e a produção de teorias sobre os “outros” desviantes do padrão eurocêntrico de humanidade (homens, brancos, heterossexuais, burgueses). Mesmo com a integração de pessoas negras na academia estadunidense, em raras exceções este discurso era contestado, vez que reproduziam o que Zuberi e Bonilla-Silva chamam de “acadêmicos brancos com rosto negro”, em razão da “integração na academia [que] não convidava a transformar o modo de pensar sobre a vida social”. (FERREIRA, 2020).

Na área da saúde, no trabalho intitulado “as cores da dor”, de Leal, (2017), são destacadas dados sobre a menor utilização de anestesia em mulheres pretas em procedimentos relacionados ao parto. Elas recebem tratamento médico menos cuidadoso. Questões biológicas ainda se fazem presente nas relações sociais e laborais a justificar como os corpos das pessoas pretas podem ou devem ser tratados.

Nos estudos organizacionais falar sobre raça é romper o silenciamento, é compreender a constituição das organizações, que como nos preleciona Gilberto Freire, a raça estruturou as relações entre a casa grande e a senzala, ou seja, estruturou as relações de trabalho no Brasil. (TEIXEIRA, 2020).

Na administração, particularmente nos estudos organizacionais é incipiente a discussão sobre raça, resultando no silenciamento do debate sobre processos organizativos constituídos pela população de afrodescendentes. Recuperar raça nos estudos em administração como categoria analítica, algo que não existia de fato, no mundo físico, mas que ainda existe na realidade social efetiva é muito importante. (TEIXEIRA, 2020).

O resultado do debate sobre raça é, resultado do silenciamento dos pesquisadores nesse campo científico. Sendo relevante discutir raça nas análises organizacionais, como contribuição para o entendimento sobre o conceito de organização e de processos organizativos, sendo raça e racismo elementos essenciais nessa constituição organizacional. A

questão do racismo nos estudos organizacionais perpassa pelo comentário localizado na citação abaixo (OLIVEIRA, 1994).

A relevância de se discutir raça na prática de pesquisa ocorre por esta ser uma das categorias sociais estruturantes da sociedade brasileira, portanto não há como separar a prática da pesquisa das práticas cotidianas da sociedade brasileira, bem como do campo científico como um todo (NOGUEIRA, 2008; GONZALES; HASENBALG, 1982).

Embora saibamos que a questão do racismo se estende às outras minorias, tais como a mulher, a mulher preta, judeus etc., considerando que o presente trabalho de pesquisa está centrado nas relações raciais envolvendo preta, pardos e brancos, focaremos nosso olhar nesses. No artigo de Teixeira (2018) ela faz citações importantes, quando coloca algumas falas sobre a questão da raça, conforme a citação abaixo

Assim como Hall (1999) consideramos raça como uma categoria discursiva e não biológica funcionando como marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. Desse modo, conforme debate Sansone (2004), o problema fundamental quando se discute raça não está em seu conteúdo semântico com determinação biológicas, rejeitado pelos cientistas, mas nas práticas racistas que hierarquizam, desumanizam e justificam a discriminação racial. (OLIVEIRA, APUB, 2018).

Segundo Rosa (2014) devemos repensar tudo o que sabemos por gestão e organização. Pensar as organizações como um microscópio social, produzindo e reproduzindo uma série de fenômenos e relações raciais. Devemos considerar que nas organizações brasileiras a distância social convive com a proximidade física. Assim os estudos organizacionais podem nos levar a uma releitura de temas sociais inclusive o das relações raciais.

Os espaços organizados podem nos mostrar as relações raciais em organizações típicas de áreas duras (mercado de trabalho, organizações públicas, mercado do matrimônio, relacionamento com a polícia). (NOGUEIRA, 2008). Tal como, nas áreas moles espaço de lazer, botequim, seresta, samba, forró, onde ser preto não é obstáculo.

Há alternância de paradigma de igualdade racial. (ROSA, 2012). A discussão sobre raça na prática de pesquisa constitui área dura, conforme é colocado na citação abaixo.

O silenciamento das discussões sobre raça na prática de pesquisa, conforme aponta Pinho (2008), está relacionado à construção dos negros como “problema de pesquisa” e não como pesquisadores. Desse modo, o silenciamento dessas discussões também afeta a persistência da desigualdade racial característica da sociedade brasileira, cujo um dos efeitos é a produção do “lugar” dos negros nos estratos socioeconômicos mais baixos do país, assim como “fora” da universidade, sendo circunscritos a “problemas de pesquisa” (OLIVEIRA, . 512-513, 2010).

A seguir, um panorama com as últimas estatísticas do IPEA (2017), e do IBGE (2020), onde se registra no Relatório as desigualdades entre preto-pardos nas maiores companhias de capital aberto em valor de mercado na bolsa de valores. A participação dos pretos e pardos nesses espaços é desigual e insignificante, o que vem corroborar a importância da discussão do racismo estrutural nos estudos organizacionais.

Tabela 3: Desigualdades sociais por cor nas organizações do Brasil (dados-2019)

TOTAL	PETROBRÁS	BRADESCO	SANTAN DER	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	AMBEV
PRETOS	5,29%				2,95%	
NEGROS		26,4%	24%			56%
PARDOS	23,02%				20,22%	
(NA GOVERNANÇA) -Conselhos, Diretoria e Comitês PRETOS					4%	
(NA GOVERNANÇA) Conselhos, Diretoria e Comitês PARDOS					8%	
ENTRE OS GERENTES PRETOS	1,1%				2,7%	2,7 %
OPERACIONAL			31,4%	27,4%		
ENTRE OS GERENTES PARDOS	15,2%				19%	19,2%
DIRETORIA			3,3%	1,8%		
GERÊNCIA				14,6%		
ADMINISTRATIVO				19,6%		
TRAINEE				9,9%		
APRENDIZ				47,3%		
ESTAGIÁRIO				29,9%		
NEGROS ENTRE OS LIDERES						31,7%

Fonte: IBGE-Consultoria Talense/Inper-PNAD

A pesquisa revelou que as oportunidades são desiguais e, que nas grandes empresas, a maioria tem menos da metade de funcionários pretos. Nos cargos de chefia, eles são minorias. (TALENSES/INSPER, 2019).

Tabela 4: Oportunidades desiguais por cor e raça nas empresas no Brasil (dados-2019)

Gênero e cor	Presidentes Total (532)	Vice-presidentes	Diretoria	Conselhos de administração
Homens e mulheres Brancos	95%			
Homens e mulheres Negros	5%			
Homens Brancos		561	3.418	615
Mulheres Brancas		83	1.151	348
Homem negro		15	85	14
Mulher Negra		2	39	3

Fonte: Talenses/INSPER

A própria academia de administração é uma das áreas duras das relações raciais. Os estudos organizacionais no Brasil têm-se mantido a distância dos estudos brasileiros que abordam a questão das minorias raciais e a dinâmica de suas relações nas organizações brasileiras. (ROSA, 2012).

Considerando os comentários expostos nessa pesquisa, observa-se a importância da implantação nos espaços organizacionais, de órgãos tais como os do NEABIS. De Núcleos que desenvolvam ações internas e externas que pensem e discutam com a sua comunidade temas que envolvam as questões de raça e de racismo em seus ambientes, visando a desconstrução do racismo estrutural em suas áreas de atuação. (SANTOS, 2020).

Para isso contribui a lei 10.639/2003 que não só pugnou pelo estudo da história dos afrodescendentes e indígenas como também foi instrumento instituidor fundamental e basilar para o surgimento dos NEABIS como instrumento de políticas públicas sociais e afirmativas, que abordaremos a seguir.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

As políticas públicas são um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar o direito de cidadania aos seus cidadãos, ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. São direitos escritos na Constituição brasileira. (BITENCOURT, 2009).

Em relação ao conceito de políticas públicas pode haver dois sentidos, um de processo de decisão, podendo existir conflitos de interesses. O outro sentido é o administrativo, onde esse é um conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo governo. (CARMO, 2019).

Já as políticas públicas sociais são uma parte das políticas públicas que, por sua vez, integram o conceito de política, no entendimento de Oliveira (2010) as políticas públicas sociais são:

Uma política pública pode tanto ser parte de uma política de Estado ou uma política de governo. Vale a pena entender essa diferença: uma política de Estado é toda política que independente do governo e do governante deve ser realizada porque é amparada pela constituição. Já uma política de governo pode depender da alternância de poder. Cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas. (OLIVEIRA, 2010, P. 93).

Do mesmo modo para Höfling (2001), quando se trata de políticas sociais o conceito empregado por ela é “políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

No caso pontual dessa pesquisa, estamos conversando sobre as políticas públicas afirmativas na área da educação, essas políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. Elas constituem um elemento de normatização do Estado, guiadas pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. (BITTENCOURT, 2009).

De acordo com Oliveira (2010), as políticas educacionais no país precisam contemplar determinados aspectos, conforme os que constam na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vejam o seu entendimento a respeito dessa política:

A garantia do direito de acesso à educação a qualquer brasileiro. Em seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade. (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

Dessa forma, o entendimento é que sem escola democrática não há regime democrático, futuros homens e futuros cidadãos. A escola tem responsabilidade na configuração social da atualidade. (TRAGTENBERG, 1985).

Nesse sentido, a escola é um lugar fundamental na construção de sujeitos e suas subjetividades, na medida em que ela reproduz os valores hegemônicos da sociedade, perpetrada por relações de poder e dominação presentes na sociedade e que prevalecem na organização escolar. Essa escola é responsável pelo mundo dos ricos e pobres, civilizados e selvagens, nós e eles, incluídos e excluídos. (MOREIRA 2011, GUIRAUD 2008).

Na citação abaixo, a autora Leite (2019) coloca de forma clara a questão das relações de poder na escola, através da invisibilidade das culturas locais e valorização da cultura dos povos dominantes.

A escola brasileira carrega a herança de nosso passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes a identidades que se expressavam de forma distinta e, por isso, não eram reconhecidos como legítimos. Sob essa perspectiva, a atuação da escola muitas vezes resultou na destruição de culturas e saberes; revelando a violência dessa instituição. Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire denuncia tal realidade e propõe, como forma de ruptura, uma Educação para a Liberdade. Em 1989, Aníbal Quijano cria o termo ‘colonialidade’, para denunciar que a dominação presente nos sistemas coloniais perdura mesmo com o fim das colônias. Para ele, os padrões de poder, de saber e de ser são impostos pela lógica europeia, capitalista, ‘nortecentrada’. Como Freire, Quijano propõe o rompimento com esta colonialidade, apontando para uma perspectiva decolonial, que se encontra com a educação como prática da liberdade, revelando que outra educação é possível. (LEITE, 2019).

A educação é uma política pública de Estado, social e afirmativa posto estar consignada na Constituição da República como direito social de todos. (BRASIL, 2004).

O objetivo principal deste subcapítulo é propor questões que devem estar no horizonte de qualquer reflexão a respeito das políticas públicas sociais afirmativas.

3.5 UMA POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL AFIRMATIVA

A expressão ação afirmativa é de origem americana, seu surgimento deu-se nos anos de 1930, seu objetivo foi reparar situações de violação legal, ou de injustiças acometidas pelo empregador contra sindicalistas e operários, e partir de então se redimensionou como sinônimo de políticas contrárias à discriminação que pudessem trazer em sua base discriminação de raça ou etnia, religião, sexo, etc. (MACHADO, 2014; SOUZA, 2014).

Segundo Gentile (1995) a educação é uma forma estratégica de intervenção na realidade, ela é usada como disputas políticas e ideológicas, ela é um dos principais campos de elaboração de leis. A aprovação das leis representa o auge desse processo, na medida em que é a cristalização do reconhecimento político de questões e disputas ideológicas.

A educação das relações étnico-raciais é um dos projetos políticos pedagógicos do país, uma política pública social afirmativa em resposta e reparação das desigualdades sofridas pelos afrodescendentes desse país. (MOREIRA, 2011).

Segundo o MEC/SECAD (2005), as “ações afirmativas são medidas especiais direcionadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social” que possam ter ocorrido no passado ou no presente. Seus objetivos são eliminar as desigualdades e segregações, visando a inexistência de grupos marginalizados, para que haja a diversidade de pessoas “raças”, etnias, religiões, gênero. Sendo que essas políticas afirmativas não são antidiscriminatórias e sim de cunho preventivo e reparatório.

O Estatuto da Igualdade Racial conceitua as ações afirmativas como: “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”. (SIMÃO, 2011).

Para Souza (2011), o conceito de Ações Afirmativas como políticas públicas está relacionado à “concretização do princípio constitucional da igualdade material, bem como neutralização de efeitos de discriminação racial, de gênero, de idade, de origem, de competição física e também social”.

Nesse sentido, é importante esclarecer a distinção entre diferenças e desigualdades sociais. Nas Diferenças, há uma base comum, ou seja, é inevitável como, por exemplo, a diferença entre os sexos. Em relação às “desigualdades, a diferença se fundamenta num juízo de superioridade e inferioridade entre os grupos sociais”. E, esse juízo prioriza um grupo em relação ao outro com prejuízos que não se igualam aos demais. (SOUZA, 2020).

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores. (GOMES, 2019).

Em resposta aos males produzidos pelo Estado brasileiro em relação aos afrodescendentes desse país, foi aprovada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na medida que obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio do Brasil. (BRASIL, 2004).

A Lei 10.639/2003 foi uma das leis primeiras sancionadas pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, onde foram estabelecidas novas diretrizes e práticas pedagógicas visando o reconhecimento bem como a importância dos Africanos e afro-brasileiros para o Brasil. (MEC/SECAD, 2005).

Essa lei é fruto da III Conferência de Durban (ALVES, 2020), onde o Estado brasileiro reconheceu que o Brasil é um país racista. Houve o reconhecimento da responsabilidade histórica do Estado brasileiro “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”, e que essas práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro no passado, e que essas práticas se auto retroalimentam até hoje na sociedade.

Após essa admissão, elaborou-se a implementação do plano de ação do Brasil, a fim de colocar em prática as resoluções de Durban, voltadas para a educação “para todos e todas na lei e na prática. Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal. Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação. (AVES, 2020).

Seguem abaixo as ações a serem implementadas pelo Brasil, consoante o que ficou designado na III Conferência de Durban em 2001, em relação à educação: Igual acesso à educação para todos e todas na lei e na prática. Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal. Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação. (UNFPA, 2001).

Recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças. Apoio aos esforços que assegure ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância

correlata. Estabelecimento de programas de assistência financeira desenhados para capacitar todos os estudantes, independentemente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de ensino superior. (BRASIL, 2001).

De acordo com o MEC/SECAD (2005) as pesquisas demonstram que o racismo é também base para o fracasso escolar de alunos em nossa sociedade e constitui também ingrediente para o fracasso escolar de alunos (as) negros (as). A sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP 1/2004 é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo preto e pardo brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação.

Portanto, a lei citada acima foi uma conquista de vários anos dos movimentos negros, sendo uma resposta do Estado ao reconhecimento do racismo no Brasil. (ALMEIDA; ALVES 2017,).

Segundo Almeida (2017), “hoje é impossível construir políticas sem a interface com a pluralidade de sujeitos e grupos organizados, o que permite executar iniciativas mais estruturais, de maior alcance”.

Para a operacionalização dessa pesquisa apresentaremos no próximo capítulo a estratégia de investigação selecionada, ou seja, a metodologia utilizada com os procedimentos metodológicos percorridos na pesquisa.

4 METODOLOGIA

Esta seção tem por objetivo descrever como e porque a pesquisa foi realizada com esse formato, com essa metodologia, ou seja, o caminho e a estratégia da pesquisa. A seleção metodológica a ser utilizada é feita após um longo caminho de escolhas para se chegar àquela que será estrategicamente a melhor solução e que ela não ocorreu por acaso, uma série de condicionantes influenciaram nesse momento, objetivando apresentar a melhor escolha para a abordagem do trabalho dessa pesquisa. Sendo que nessa pesquisa a abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa. (GIL, 2010).

A pesquisa qualitativa se desenvolve entorno dos estudos dos símbolos, das crenças, dos valores e das relações humanas de um grupo social, extrapolando por vezes a exatidão dos números e incluindo a chamada subjetividade com suas percepções que é a interpretação pessoal do pesquisador com relação aos dados coletados. Os estudos denominados qualitativos têm como fundamento o estudo e a análise no ambiente natural. (CHARMAZ, 2009).

Nesse ambiente natural de forma subjetiva, a pesquisa qualitativa extrapola a exatidão dos números, como sentimentos, intenções, percepções. Ela exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, no qual está inserida, além das características sociais, o pesquisador poderá realizar um estudo de campo, sendo este o local onde ocorre o fenômeno que será o objeto da investigação. (YIN, 2001).

Na investigação, pesquisamos processos, projetos, e ações, para isso, utilizou-se o estudo de caso, sendo o caso a ser estudado o NEABI. O estudo de caso é um método de abordagem de investigação em ciências sociais que analisa um fenômeno em seu ambiente natural, em campo, ele não tem uma rigidez de investigação, ele é maleável e pode ser aplicado em algo amplo, podendo servir de base para quem precisar replicá-lo. (YIN, 2001).

E também em relação ao comentário acima, esse tipo de estudo de caso, pode ser uma forma de analisar um fenômeno real, um indivíduo, um grupo social, uma instituição ou política pública, onde existem variáveis que podem influenciá-lo. (SENGER, 2017).

Assim, o estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. (YIN, 2001). Trata-se, portanto, de uma estratégia que se encaixa nas teorias pesquisadas, conforme a citação abaixo:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle

sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, 79).

O estudo de caso será realizado em três etapas: (1) coletas de dados com os documentos selecionados; (2) Coleta de dados por entrevistas semiestruturada; e da (3) Análise de conteúdo. O estudo de caso passou a ser considerado como uma forma de estudar e analisar intensamente de forma exploratória ou descritiva alguma unidade social, a qual pode ser identificada por uma organização, no caso aqui estudado ela é uma organização escolar, o NEABI do IFRJ. (YIN, 2001).

Nesta pesquisa, o objetivo foi analisar como os projetos de enfrentamento ao racismo do NEABI contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ. Como limites para a seleção dos projetos que desconstróem esse racismo estrutural, foi selecionado o período compreendido entre os anos de 2018 a 2020, pelo justo motivo que somente a partir de 2018 foram realizadas as regulamentações e os regimentos necessários e em conformidade com as normativas vigentes. Delimitar o escopo temporal é importante, à medida que é no escopo que se define claramente o que está e o que não está incluído no projeto, no âmbito entre 2018 a 2020. Também é nele que se controla o que é adicionado ou removido ao longo do caminho. (CORDEIRO, 2021).

Abaixo, se encontram uma relação com os projetos que foram realizados pelos NEABIS/IFRJ, no âmbito desse escopo temporal entre 2018 a 2020. Esses projetos na tabela abaixo foram enquadrados conforme as categorias a que eles pertencem, essas categorias foram baseadas no referencial teórico dessa pesquisa. As categorias são as seguintes: o que é o racismo estrutural e interseccionalidade e seus marcadores das diferenças sociais. Destacamos que o racismo estrutural é o elemento justificador para a injustificável diferença, ou seja, não igualdade, não liberdade e não fraternidade. (ALMEIDA, 2019).

Na categoria interseccionalidade, CRENSHAW (1991) a define como marcadores das diferenças sociais que são a sobreposição ou interseção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação são questões de raça, classe, gênero⁴ e sexualidade CRENSHAW (1991).

⁴ LAURENTIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**.1987. O **termo gênero** é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. É a posição que uma pessoa ocupa dentro de uma classe. Gênero representa não um indivíduo e sim uma relação social. Ou seja, representa o indivíduo por meio de uma classe. Todos os seres humanos classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema de significações que relaciona sexo à conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

4.1 SELEÇÕES DOS PROJETOS NO ESCOPO TEMPORAL -2018 A 2020

Segue abaixo, a relação de projetos realizados pelos NEABIS/IFRJ, encaminhados pelos entrevistados, e estudados nesta pesquisa, realizados entre o período de 2018 a 2020, e organizados de acordo com as seguintes categorias: O que é o racismo estrutural, Interseccionalidades e seus marcadores das diferenças sociais. Para CORDEIRO (2021) a elaboração de um escopo temporal detalhado ainda é fundamental para a eficiência do trabalho a ser realizado.

Tabela 5: Projetos sobre o racismo estrutural coletados dos NEABIs/IFRJ-2018-2020

Ano	O que é o racismo estrutural
2018	Jornada de formação antirracista 2
2018	Apropriação Cultural
2018	Novos espaços para a cultura afro-brasileira 2018
2018	Jornada de formação antirracista – articulam eventos ao longo do ano
2018	Semanas de planejamento pedagógico
2019	Palestra Negritudes
2019	Roda de conversas com o editor e escritora de livros afrocentrados
2019	Projeto círculo de leituras, cine debates
2019	Novos espaços para a cultura afro-brasileira 2018
2019	Palestras representantes da UNEGRO
2019	Roda de conversas com alunos
2019	Disciplina optativa introdução à história e a cultura afro-brasileira indígena
2019	Campanha 21 dias de ativismo contra o racismo
2019	Palestra da youtuber Nathália Braga, sobre racismo
2019	Concurso fotográfico Duque e Caxias: a desigualdade social em um instante
2019	Jornadas antirracistas
2019	Projeto enegrecer, política, arte e resistência é celebração do orgulho negro que proporciona, mais um espaço de reflexões, repercussões e luta em torno de temas da negritude..a partir de mesas redondas, exposições artísticas, palestras, oficinas.
2020	Ciclo de Conversa, racismo e sociedade – com este projeto, realizamos encontros sobre a dinâmica racista, historicamente construída, afeta a vida da população não-branca no Brasil

Fonte: A autora, através das entrevistas realizadas com os membros do NEABI.

Tabela 6: Projetos sobre Interseccionalidade coletados dos NEABIs/IFRJ-2018/2020

2018	Pesquisa como ser mulher no Brasil
2019	violência contra a mulher negra
2019	Áudio vídeo II: mulheres negras em diáspora
2019	Novos espaços para a cultura afro-brasileira 2018
2019	Projetos de extensão feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade
2020	Parcerias com professoras para trabalhar o livro da autora negra Conceição Evaristo
2020	Roda de conversa com alunos-
2019	Apoio a peça teatral Marielle presente, do Gupo Dionísia Urbana
2019	Palestra da professora Viviane Prates sobre mulheres negras na ciência
2019	Concurso fotográfico Duque e Caxias: a desigualdade social em um instante
2019	Projeto de extensão feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade
2019	Auto de resistência de gênero
	Palestra do professor Estevão Leite, coordenador do NEABI do Campus Belford Roxo, sobre Sustentabilidade e Direitos Humanos
2019	Palestra da professora Monique Lopes sobre a Lei de reserva de Vagas
2019	Roda de Conversa sobre Saúde da Mulher Negra, com a ONG Criola; (2019). Durante uma manhã houve 3 rodas de conversa e uma grande roda de discussão, para falar sobre saúde da mulher negra, justiça reprodutiva, aborto seguro, entre outros temas.
2020	Atividades de acolhimento dos estudantes cotistas e elaboração de cartilhas sobre cotas afirmativas.

Fonte: Elaborada pela autora, baseada nas fontes das entrevistas realizadas com os membros do NEABI/IFRJ.

O método de coleta de dados é o meio pelo qual as informações sobre as variáveis são coletadas. (YIN, 2001). Assim é que, o estudo de caso foi realizado em três etapas, sendo que a primeira é a coleta de documentos que se inicia no item a seguir.

4.2 ETAPA 1 – MÉTODO DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS

A pesquisa começou pela coleta de dados disponibilizados em documentos físicos e virtuais, sendo que esses documentos são informações primárias, que não foram tratadas, tipo uma lei, regulamento, normas, relatórios, projetos, ou seja, os dados documentais são informações primárias. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa documental é um tipo de

pesquisa, que utiliza dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. Ela complementa a pesquisa bibliográfica.

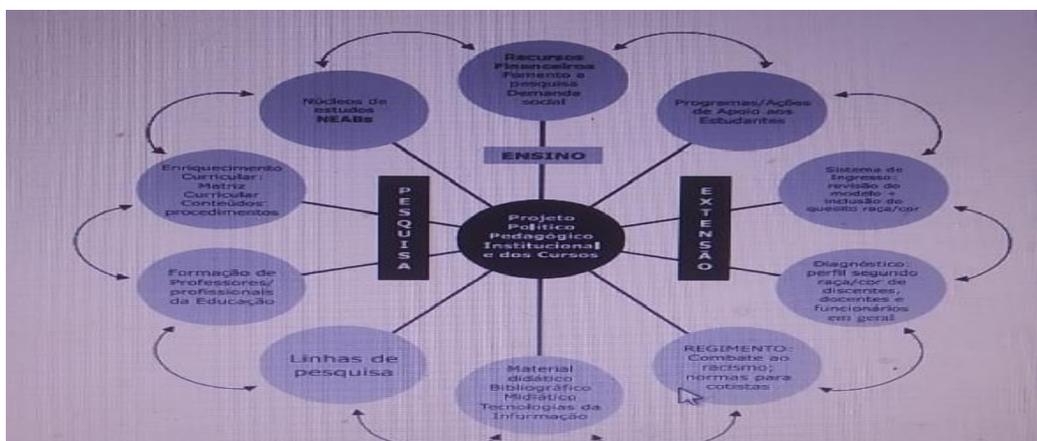
Os documentos podem contribuir mapeando cenários, tipos dados do IBGE, padrões de comportamento, identificando o público alvo dessa pesquisa, tendências e padrões de comportamento. Os dados documentais são informações coletadas, trabalhadas, ordenadas, analisadas etc., com objetivos que não são os dessa pesquisa. (YAN, 2001).

Os principais documentos selecionados para a construção do corpus desse estudo foram: A lei 10.639/2003, de 9 de janeiro ela altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, este documento foi selecionado porque ele propôs as novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, nas organizações escolares públicas e privadas do país. Foi a partir desta lei que os NEABIS nos IFRJ foram criados. A construção do corpus é o procedimento de seleção do material com significados para o contexto pesquisado. Sendo que a qualidade e a seleção têm mais expressão e significados do que a quantidade deles. (BAUER, 2002).

Apresentamos importantes documentos primários, tais como: Os Relatórios dos NEABIS, que trazem informações valiosas da dinâmica das ações de cada núcleo entrevistado. Destacamos também como documento, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana criado pelo Ministério da educação (2004), sendo este uma importante fonte.

Assim, segue abaixo o gráfico circular mostrando as orientações do MEC, suas ações para a educação das relações étnico-raciais concernentes as PPIs, onde o NEAB está inserido:

Gráfico 2: Processo de circularidade de inserção das Diretrizes nas IES



Fonte: MEC/SECAD (2006, p. 163).

Apresentamos outros documentos relacionados aqui, são as fontes de consulta tais como: o Histórico de publicações das redes sociais página do Facebook-NEABI, perfil do Instagram; Mural do NEABI IFRJ de Realengo; o Regulamento do NEABI do IFRJ, de 2018, ele é o responsável por instituir as políticas e diretrizes dos NEABIS, no âmbito de sua comunidade acadêmica, Notas Informativas e demais publicações no site oficial do NEABI, e mídias digitais com áudio e vídeo da Roda de Conversa; Relatório e mídias digitais. Trabalhos realizados no âmbito do Projeto de Extensão (2019-2020), e os outros documentos, como fotos, vídeos, publicações que remetem ao trabalho realizado no NEABI, dentro e fora do IFRJ, conduzindo as práticas das ações e projetos a serem instituídas com a sua comunidade acadêmica. Segundo Bauer (2002) a construção do corpus é o procedimento de seleção do material com significados para o contexto pesquisado. Segue outro método utilizado para construção do corpus dessa pesquisa, a entrevista semiestruturada.

Assim, entre os vários dados documentais disponibilizados, desponta a lei 10.639/2003 que alterou a lei 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. (MEC-SECAD, 2005).

Destacam-se ainda, os dados a serem analisados: notícias de jornal, estatísticas nacionais e estaduais de fontes de institutos de pesquisas públicos e privados, que contenham estudos que possam contribuir para o melhor entendimento das questões que orientam essa Dissertação. Segundo Bauer (2002) a construção do corpus é o procedimento de seleção do material com significados para o contexto pesquisado. Segue outro método utilizado para construção do corpus dessa pesquisa, a entrevista semiestruturada.

Na construção do corpus que se iniciou na primeira etapa pela coleta documental, temos agora como segunda etapa nesta coleta de dados, a entrevista semiestruturada, que passaremos a descrever em seguida.

4.3 ETAPA 2 – MÉTODO DE COLETA DE DADOS (ENTREVISTA-SEMIESTRUTURADA)

A segunda etapa do estudo de caso será a entrevista semiestruturada em complemento à análise documental. A entrevista semiestruturada é outra fonte de dados coletados, onde foram realizadas 05 entrevistas entre os indivíduos membros dos NEABIS/IFRJ. São eles: docentes e técnicos administrativos, a coordenadora do NEABI Caxias, a coordenadora do NEABI Pinheiral, a coordenadora do NEABI Niterói, a

coordenadora do NEABI Resende, e a coordenadora do NEABI Realengo. Manzini (1990/1991) têm tentado definir e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semiestruturada, para ele as questões desta fonte de dados deve atingir o objetivo proposto pelo trabalho que está sendo pesquisado.

As entrevistas semiestruturadas parecem ser um mecanismo adequado para a coleta de dados considerando a abordagem de pesquisa utilizada nesta pesquisa, já que também foi usada a análise documental, no sentido de contribuir para a obtenção dos objetivos propostos por esse estudo. (ARSEL, 2018).

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas mediante autorização dos entrevistados, conforme o termo de consentimento e análise de documentos realizados junto ao NEABI/IFRJ (ANEXO I), o roteiro da entrevista encontra-se no (ANEXO II). Também estão relacionados nos anexos todos os projetos encaminhados pelos participantes (ANEXOS III ao VIII), com as fotos dos eventos realizados pelos NEABIS, enviadas pelos entrevistados. Sob o método, MANZINI (1991, p. 154) apresenta que “A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Do mesmo modo, Triviños (2013, p. 146) apresenta que “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

O roteiro das entrevistas foi elaborado considerando o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, sendo considerados necessários para atingir a questão e objetivo da pesquisa. Após a elaboração do roteiro de entrevistas, foi realizado um pré-teste com um membro do NEABI, para saber se precisava haver melhorias em relação ao roteiro da entrevista. A realização do teste antes da entrevista é proposta por Arsel (2018).

A seleção dos entrevistados foi da seguinte forma: sabedora dos NEABIS que mais realizam projetos e ações no âmbito do NEABI-IFRJ, em relação ao tema desse trabalho de pesquisa, tais como os NEABIS: Realengo, Caxias, Pinheiral, Resende e Niterói, foram realizados contatos via aplicativo digital, do WhatsApp, entre os meses de setembro/outubro de 2020. Dessa forma, foram convidados os coordenadores membros desses NEABIS selecionados e realizadas as entrevistas. Para Arsel (2018) um bom roteiro se dá desde a seleção dos entrevistados.

A interferência negativa nesse processo de coleta de dados foi ocasionada pela pandemia Mundial do Corona Vírus, a (COVID-19), que modificou o acesso aos entrevistados, tendo sido a coleta das entrevistas realizadas através do aplicativo via

WhatsApp, considerando estarem os membros dos NEABIS, enquanto servidores do órgão, e também coordenadores dos NEABIS, trabalhando através do sistema “home office”. “As pandemias são situações em que alguma “doença infecciosa, ou seja, causada por vírus, bactérias ou protozoários, se espalha em uma escala mundial e num curto período de tempo”. Esse está sendo o caso da Covid-19, causada pelo novo Coronavírus”. (RISCAROLLI, 2020).

Assim, as cinco entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas, entre setembro e outubro de 2020. Dos cinco participantes, um entrevistado respondeu a todas as perguntas, entretanto, ele preferiu não se identificar, outra entrevistada era servidora técnica administrativa, todos os entrevistados têm nível superior e pós-graduação, três das entrevistadas são docentes do IFRJ e são mulheres. A transcrição é a passagem com todos os detalhes da entrevista gravada para a escrita. (FERNANDES, 2018).

Com a quantidade de entrevistas citadas acima foi possível observar o fenômeno da saturação, na medida em que os conteúdos se tornaram repetitivos, apontando que novas entrevistas já não traziam informações adicionais sobre o tema pesquisado. Amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas do conhecimento. É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes (FONTANELLA, 2008).

O Instituto Federal de Tecnologia do Rio de Janeiro-IFRJ, do qual o NEABI faz parte como órgão integrante desse sistema, é composto por 15 campi que são: os campi da unidade do Rio de Janeiro, o de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. Ao todo foram enviados cinco e-mails de agendamento para os participantes da pesquisa de cada NEABI selecionado, dos quais 5 participantes responderam as mesmas, e assim foram agendadas as entrevistas. Responderam às mesmas as seguintes Coordenadoras dos núcleos de: Resende; Niterói, Caxias, Pinheiral e do núcleo de Realengo. A entrevista tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como administração. Para Triviños (2013, p. 146) “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

Foi dado aos entrevistados total liberdade para as respostas em relação às perguntas formuladas. Ainda assim, houve dúvidas em referência ao material que poderiam ser úteis

para futura análise. “A entrevista é a técnica utilizada quando queremos obter dados para a elaboração da pesquisa, para validar hipóteses e objetivos”. (GOLDEMBERG, 2004).

Na entrevista há vantagens e desvantagens ao realizá-la. Para Goldenberg (2004, p. 88), as vantagens em realizar uma pesquisa são: “as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever; permite maior profundidade no relato das informações”.

Quanto aos participantes entrevistados, são eles membros dos NEABIS DO IFRJ, quase todos do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, observou-se necessário entrevistar uma participante professora do NEABI de outro Estado, da Região Sul do país, tendo em vista que ela pode trazer elementos interessantes para esse trabalho de pesquisa, às informações sobre que projetos estariam sendo desenvolvidos pelo NEABI de lá. Trazer participantes de outros locais enriquece a pesquisa. “Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Triviños (2013, p. 146) apresenta que “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. A partir dos dados coletados através das entrevistas e dos documentos coletados é que passamos ao tratamento desses mesmos dados coletados.

4.4 ETAPA 3 – MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DADOS E ENTREVISTAS COLETADAS

Após a coleta de dados secundários e a realização das entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo do material coletado. Segundo Bardin (2011, p.38), entende-se como análise de conteúdo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

O tratamento dos dados coletados nas entrevistas foi feito através das leituras do material colhido e que foram transcritos. Dentre as questões que se referem ao “planejamento da coleta de informações, estão presentes a necessidade de planejamento de questões que atinjam os objetivos propostos”. (MANZINE, 2003). As etapas apresentadas no tratamento dos dados coletados foram às relacionadas abaixo:

A identificação dos entrevistados feita por códigos; foram cinco campi presentes na pesquisa e foram identificados pela letra E, mais a letra do campus, e a primeira letra do entrevistado. Ex. ERA.

A leitura das entrevistas para melhor familiarizar com os dados de cada entrevistado; a fim de melhor interpretá-los, e ver quais os pontos principais de cada tópico da pesquisa; a elaboração de um resumo de cada entrevista, buscando entender cada entrevistado; agrupamento dos dados obtidos de acordo com o objetivo geral e os objetivos específicos para melhor estruturar a análise de dados; a interpretação dos dados das entrevistas. É nessa etapa do estudo, isto é, pela análise de conteúdo que se permitirá entender e dar significado aos dados coletados, e, conseqüentemente, responder à indagação que norteia este estudo (FLICK, 2012).

Assim, para a interpretação das entrevistas, e dados contidos nos textos, áudios, imagens e documentos obtidos nas etapas anteriores é que, a análise de conteúdo foi realizada em três etapas: pré-análise; exploração do material coletado; e tratamento dos dados; na pré-análise, os dados coletados foram organizados cronologicamente, sintetizados e estruturados de acordo com o assunto a que se referem. Ainda, na pré-análise, as entrevistas foram organizadas por trechos que apresentam o mesmo conteúdo, facilitando as fases posteriores. A seguir, o material foi explorado e tratado, de modo a se obter as inferências necessárias para os questionamentos do estudo (BARDIN, 2011).

Segundo Moraes (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos abrindo as portas do conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, de outro modo inacessível.

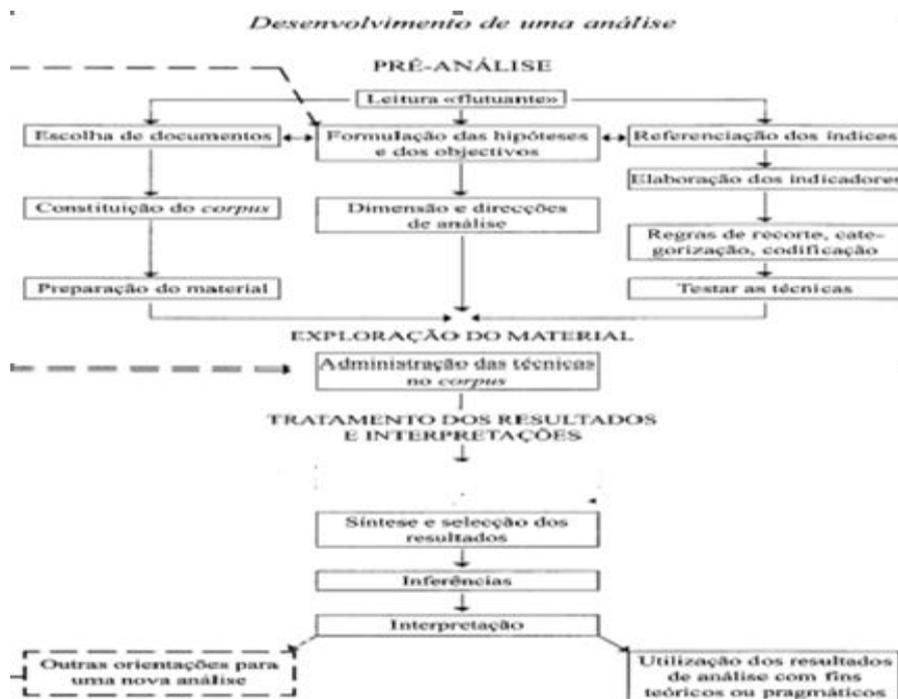
Assim, todo e qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal pode se constituir em matéria prima para análise como jornais, informes, livros, cartazes, relatos, entrevistas, filmes, imagem, som, uma vasta e rica variedade de fontes de informação e comunicação. Entretanto, esses dados, matérias primas que por vezes chegam em estado bruto, e precisam ser processadas a fim de facilitar o entendimento e a compreensão a que se aspira. (MORAES, 1999).

Para melhor representar o material coletado nesse estudo, seguimos as seguintes regras: a da exaustividade, que é a seleção do corpus. Bardin (2011) descreve essa regra, detendo-se no fato de que o ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem às razões; a técnica da representatividade; da homogeneidade

Uma pesquisa utilizando análise de conteúdo precisa fundamentar-se numa explicação clara de seus objetivos, e dependendo desses objetivos ela pode tomar rumos diferentes, como a abordagem qualitativa construtiva. (MORAES, 1999).

Assim, na análise da seleção dos dados, é importante observar determinadas regras, tais como: o princípio da representatividade, da homogeneidade e da pertinência a que a análise de conteúdo se refere: ao conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas”) destas mensagens. (Bardin, 2011, p. 47).

Gráfico 3: Mapa do desenvolvimento da análise de conteúdo



Fonte: BARDIN, 1977.

Segundo Vieira (2004), a pesquisa descritiva é muito usada em Administração. Na medida em que ela conhece e interpreta a realidade que está sendo pesquisada, sem interferir e modificá-la. Ela procura observar os fenômenos, descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Na análise de conteúdo dessa pesquisa qualitativa, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: na fase da pré-análise, leitura flutuante; escolha dos

documentos, seleção das categorias, escolha dos objetivos, todas elas obedecendo aos princípios da exaustividade, dinâmica e objetiva, da representatividade, da homogeneidade, e pertinência. (CAMARA, 2013).

Tendo por base os objetivos do estudo e a natureza das respostas obtidas, foram constituídas categorias de análise. Abaixo, encontra-se a primeira tabela com a categoria pertinente ao referencial teórico dessa pesquisa. O referencial dessa pesquisa foi estruturado discutindo cada um dos conceitos principais em um subcapítulo. Também foi observada a base teórica. Considerando o tema, foi realizado um levantamento criterioso dos nomes mais destacados nas teorias aqui discutidas. (MORAES, 1999).

É importante destacar que, os critérios utilizados nas análises realizadas nesta pesquisa é o da triangulação dos dados. Conforme Denzin (2006), “A triangulação de dados significa coletar dados em diferentes períodos e de fontes distintas de modo a obter uma descrição mais rica e detalhada dos fenômenos, além de conferir mais credibilidade e qualidade ao fenômeno pesquisado”. Assim, utilizou-se a revisão da literatura, fontes documentais, fontes primárias, conferindo também qualidade à pesquisa.

Apresenta-se a tabela abaixo, criada a partir do referencial teórico dessa pesquisa, e na sequência, tabela com a qualificação dos entrevistados e outra tabela com os projetos realizados pelos NEABIS.

Tabela 7: Categorias estabelecidas para análise do referencial teórico

Conceito	Autores	Breve definição	Título da categoria	Como foi operacionalizada
Ideologia do racismo estrutural	Silvio Almeida (2019)	O Racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. O racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1. Produzir um sistema de ideias que forneça	O que é racismo estrutural	O enfrentamento ao racismo estrutural foi observado no referencial teórico dessa pesquisa. nas entrevistas realizadas, nos documentos levantados.

		<p>uma explicação “racional” para a desigualdade racial;</p> <p>2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos”.</p>		
	Kabengel e Munanga (2003)	O racismo é um processo de desumanização. Não existem diferenças biológicas que justifiquem a discriminação racial.		
	Henriques (2002)	O autor descreve que a desigualdade ou discriminação tem a raça como fundamento, onde foi preciso desumanizar o outro seu igual. ...desvantagens para uns e vantagens e privilégios para outros		
	Aníbal Quijano (2005)	Segundo o autor, ...a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação imposta pelas conquistas		
Interseccionalidades	Kimberlé Crenshaw, 2002	Interseccionalidade de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, sobreposição Hierarquização, quanto ao gênero, sexismo, raça e classe	Interseccionalidade e seus marcadores sociais das diferenças sociais	A Interseccionalidade E seus marcadores sociais de gênero, sexismo, raça e classe foram observadas no referencial teórico, nos documentos, nas entrevistas, nas mídias, nos projetos

(EAB1)	Servidora do IFRJ, docente 3º grau completo, pós-graduada, gênero feminino, docente do IFRJ, membro coordenadora do NEABI-Realengo	Relatório, vídeos, palestras, jornal, estatísticas, planejamento pedagógico, ações raciais, oficinas, informativos, blog, projetos de extensão, google meet
(EKBC2)	Servidora do IFRJ, Gênero feminino, Técnica-administrativa, auxiliar de biblioteca, 3º grau completo, pós-graduada, licenciatura em História, Coordenadora do NEABI-Niterói	Filme de curta metragem, palestras, conversas, eventos, palestras afrocentradas, oficinas de capacitação, parcerias com professores, leituras de livros, exposição, projetos, círculo de leitura, cine debates
(ELLP3)	Servidora do IFRJ, Gênero feminino, 3º grau completo, pós-graduada, docente do IFRJ, membro coordenadora do NEABI-Duque de Caxias.	Relatório de atividades, filme, oficina, debates, roda de conversas, grafite, ativismo, edital de extensão, campanha ativismo, rede social, peça teatral, visita ao museu, perfil da rede stagram
(EB4)	Servidora do IFRJ, Gênero feminino, 3º grau completo, pós-graduada, docente do IFRJ, membro coordenadora do NEABI- Pinheiral	Projeto de extensão, cartilha de cotas, palestras, atividades curriculares, projetos de pesquisa, capítulos de obras de livros, visitas técnicas, grupo de estudo
(ERE5)	Servidora do IFRJ, Gênero feminino, 3º grau completo, pós-graduada, docente do IFRJ, membro coordenadora do NEABI – Resende	Projetos, ciclo de conversas, peças de teatro, oficinas, ações antirracistas.

Fonte: Elaborada pela autora

Segundo Mattar (1999) em relação ao conceito de dados primários também conhecidos como brutos, são aqueles obtidos com o uso de seus próprios recursos, ou seja, eles precisam atender os objetivos da pesquisa em curso. Essa pesquisa coletou seus dados primários através das entrevistas realizadas com os membros do Colegiado de NEABIS do IFRJ.

Assim sendo, segue a tabela, construída com as fontes primárias, sendo esta a relação dos projetos levantados nas entrevistas realizadas.

Tabela 9: Fontes primárias levantadas nas entrevistas

Código	Eventos e ações de enfrentamento ao racismo estrutural do NEABI/IFRJ
	Realengo
EAB1.2	-Jornadas de formação antirracista
EAB1.3	Áudio vídeo II Semanex: mulheres negras em diáspora

EAB1.4	Palestra Negritudes
EAB1.5	Jornadas de formação antirracista - que articulam eventos de extensão ao longo do ano todo.
Niterói	
EKBC2.1	Novos espaços para a cultura afro-brasileira 2018
EKBC2.2	Roda de conversas com editor e escritora de livros afrocentrados
EKBC2.3	Parcerias com professoras para trabalhar o livro da autora negra Conceição Evaristo
EKBC2.4	Projetos, círculo de leituras, cine debates
EKBC2.5	Eventos em novembro 2019
EKBC2.6	Palestras representantes da UNEGRO
EKBC2.7	Roda de conversas com alunos
Duque de Caxias	
ELLP3.1	Relatório de atividades do NEABI
ELLP3.2	Disciplina optativa Introdução à História e à Cultura Afro-brasileira Indígena
ELLP3.3	Campanha 21 dias de ativismo contra o racismo
ELLP3.4	Palestra da Youtouber Nathália Braga, sobre Racismo
ELLP3.5	Apoio à peça teatral Marielle Presente, do Grupo Dionísia Urbana
ELLP3.7	Palestra da Professora Monique Lopes sobre a Lei de Reserva de Vagas
ELLP3.8	Palestra do Professor Estevão leite, Coordenador do NEABI Campus Belford Roxo, sobre Sustentabilidade e Direitos Humanos
ELLP3.9	Palestra da Professora Viviane Prates sobre Mulheres Negras na Ciência

ELLP3.10	Concurso fotográfico Duque e Caxias: A desigualdade social em um instante
ELLP3.11	Cine debate em parceria com a Biblioteca Carolina Maria de Jesus. Exibição do filme Infiltrado na Klan

Pinheiral

EB4.1	Roda de conversa: Cotas Raciais, Condução de Fernanda Paixão e Isadora Talhas
EB4.2	Roda de conversa: Cotas Raciais, Condução de Fernanda Paixão e Isadora Talhas
EB4.3	Jornadas de formação antirracista- busca dar continuidade e aprofundar as iniciativas de combate ao racismo institucional e estrutural através de atividades formativas voltadas para dentro e para fora do ambiente escolar. Este projeto busca promover ações voltadas à conscientização a respeito das origens e dos mecanismos de sustentação das desigualdades raciais.
EB4.4	Atividades de acolhimento dos estudantes cotistas e elaboração de cartilhas sobre cotas afirmativas.
EB4.5	Jornadas antirracistas Objetivos: debater os processos que estruturam e reforçam as desigualdades, opressões e violências na sociedade
EB4.6	Projetos de extensão Feminismo negro e diversidade: Protagonismo, formação e identidade
EB4.7	Pesquisa de ser mulher no Brasil
EB4.8	Pesquisa se organiza em 2 eixos

Resende

ERE5.1	Projeto Ciclo de Conversa, Racismo e Sociedade – com este projeto, realizamos encontros sobre a dinâmica racista, historicamente construída, afeta a vida da população não-branca no Brasil.
ERE5.2	Projeto enegrecer, política, arte e resistência-é uma celebração do orgulho negro que proporciona, mais um espaço de reflexões, repercussões e luta em torno de temas da negritude....a partir de mesas redondas, exibições artísticas, palestras, oficinas.
ERE5.3	Peças de teatro que recuperam a trajetória de mulheres que, por conta de narrativas históricas oficiais. o machismo e racismo, costumam ficar fora das na

ERE.5.4	Oficina de amarração de turbante-Uma atividade itinerante que percorre escolas da região a fim de pensar os símbolos culturais da negritude e o orgulho negro a partir de um ensino contextualizado sobre o uso de turbante para crianças e jovens
ER 5.6	Exibição de filmes /Rodas de leitura e debate – Discussão acerca de filmes e ou textos de produtores /autores contra hegemônicos que contribuam a uma percepção crítica e não colonizada das experiências e visões de mundo.

Fonte: Elaborada pela autora

Fizemos inicialmente, um pequeno resumo dos resultados obtidos na pesquisa de campo através da coleta, observação e interpretação dos fatos e fenômenos observados, para em seguida nos aprofundarmos na análise dos resultados que será objeto do próximo capítulo.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

É interessante antes de entrar na análise dos resultados desta pesquisa, fazer um pequeno resumo dos resultados obtidos no campo, levantados através da observação, coleta e interpretação dos fatos e fenômenos ocorridos na pesquisa, reunidos em figuras, tabelas e gráficos, que facilitam as análises, interpretações e as organizações dos resultados. Segundo Minayo (2001), “o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas”.

Com o objetivo de organizar, interpretar a análise dos dados coletados, neste capítulo, mostraremos os dados primários obtidos, durante as entrevistas realizadas, com base no roteiro de perguntas formuladas aos participantes selecionados membros dos NEABIS do IFRJ, a saber: Realengo, Caxias, Pinheiral, Niterói e Resende. E também os dados secundários contraídos junto a documentos, físicos e virtuais. Através da coleta de documentos, associados ou somados, as entrevistas semiestruturadas é que podemos atingir e alcançar os resultados almejados, quais sejam: abordar o problema a ser resolvido. Pelo fato de a entrevista ser um “processo de interação social, os dados são de natureza social, e isso precisa ser levado em conta na análise”. (MANZINE, 2001).

São apresentadas aqui, as tabelas, nelas se encontram as categorias selecionadas para esta análise, que foram estabelecidas na tabela 7, e foram selecionadas através do referencial teórico utilizado na pesquisa. Para Yin (2015), “as tabelas e quadros proporcionam análises mais claras, de fácil interpretação”.

O objetivo proposto na pesquisa foi analisar as ações de enfrentamento ao racismo estrutural dos NEABIS do IFRJ, e como elas contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ no período compreendido entre os anos de 2018 a 2020. Como as ações de enfrentamento ao racismo estrutural dos NEABIS do IFRJ, contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ. Para Almeida (2019, p. 63) “o racismo enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. No entendimento de Munanga (2005) o racismo é o processo de desumanizar a pessoa de pele escura e todos os outros que fujam do padrão eurocêntrico, estabelecendo diferenças, que hierarquizam o outro fora desse padrão. Diante dos conceitos apresentados no referencial teórico dessa pesquisa sobre o racismo

estrutural, bem como, a sua importância para o contexto deste trabalho, temos “o que é o racismo estrutural” como à primeira categoria analisada neste capítulo.

A seguir, apresentamos as Tabelas: 10: Seleção dos projetos que tratam do que é o racismo estrutural, a Tabela 11 com o resumo dos projetos selecionados sobre o racismo estrutural, na Tabela 12 servidores dos NEABIS do IFRJ entrevistados, na Tabela 13 hierarquia categorias racismo estrutural e interseccionalidade, a Tabela 14 os Projetos sobre Interseccionalidade, na Tabela 15 são os projetos de Extensão do NEABI/IFRJ, Tabela 16 os projetos de pesquisa NEABI/IFRJ e na Tabela 17 temos a seleção dos projetos que tratam da Interseccionalidade. Apresentamos aqui a segunda categoria selecionada para análise neste trabalho a da “Interseccionalidade e seus marcadores sociais das diferenças sociais”. Segundo Akotirene (2019, p. 19) a interseccionalidade “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras”. Falar de racismo é trazer as questões que se sobrepõe a ele, como os marcadores sociais das diferenças: “raça”, gênero, classe, sexismo etc. No entendimento de Ferreira (2020) Tratar a temática das interseccionalidades diz respeito a entender suas raízes, consequências e imbricações que produzem e reproduzem desigualdades, resistências e confronto das opressões. Apresentamos no subtópico a seguir a análise referente aos projetos relacionados ao racismo estrutural, que foi a primeira categoria a ser abordada na análise de resultados.

5.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS RELACIONADOS AOS PROJETOS SOBRE O QUE É O RACISMO ESTRUTURAL

Apresenta-se na tabela 10, a relação dos projetos que tratam do racismo estrutural nos NEABIS entrevistados. Dessa forma, podem-se definir os projetos a serem analisados que tratam sobre o que é racismo estrutural.

Tabela 10: Seleção dos projetos que tratam sobre o que é o racismo estrutural

Realengo		
Código	Projetos Racismo	N
EAB1.2.1	Jornada de formação antirracista 2	1
EAB1.4.1	Palestra Negritudes	2
EAB1.5.1	Jornada de formação antirracista – articulam eventos ao longo do ano	3

Niterói		
Código	Projeto	N
EKBC2.1.1	Novos espaços para a cultura afro-brasileira 2018	1
EKBC2.2.1	Roda de conversas com o editor e escritora de livros afrocentrados	2
EKBC2.3.1	Parcerias com professoras para trabalhar o livro da autora negra Conceição Evaristo	3
EKBC2.4.1	Projeto círculo de leituras, cine debates	4
EKBC2.5.1	Eventos em novembro 2019	5
EKBC2.6.1	Palestras representantes da UNEGRO	6
EKBC2.7.1	Roda de conversas com alunos	7
Duque de Caxias		
Código	Projeto	N
ELLP3.1.1	Relatório de atividades do NEABI	
ELLP3.2.1	Disciplina optativa introdução à história e a cultura afro-brasileira indígena	
ELLP3.3.1	Campanha 21 dias de ativismo contra o racismo	
ELLP3.4.1	Palestra da youtuber Nathália Braga, sobre racismo	
ELLP3.5.1	Palestra da professora Monique Lopes sobre a Lei de reserva de Vagas	
ELLP3.6.1	Concurso fotográfico Duque e Caxias: a desigualdade social em um instante	
Pinheiral		
Código	Projeto	N
EB4.4.1	Atividades de acolhimento dos estudantes cotistas e elaboração de cartilhas sobre cotas afirmativas.	
EB4.5.1	Jornadas antirracistas	
Resende		
Código	Projeto	N
ER5.1.1	Ciclo de Conversa, racismo e sociedade – com este projeto, realizamos encontros sobre a dinâmica racista, historicamente construída, afeta a vida da população não branca no Brasil	
ER5.2.1	Projeto enegrecer, política, arte e resistência é celebração do orgulho negro que proporciona, mais um espaço de reflexões, repercussões e luta em torno de temas da negritude..a partir de mesas redondas, exposições artísticas, palestras, oficinas.	

Fonte: Elaborada pela autora, baseada nas fontes colhidas pelas entrevistas realizadas com os membros do NEABI/IFRJ, (2020).

Em relação à primeira categoria formulada nesta pesquisa, “o que é o racismo estrutural”, é importante colocar o entendimento da revisão da literatura sobre este assunto.

Assim, para entender sobre a complexidade do racismo em relação aos negros é de fundamental importância passar pelo regime da escravidão e do tráfico de escravos ocorridos em várias partes do mundo, através da história desses dois capítulos que fizeram parte da história da humanidade é que poderemos chegar à gênese do racismo estrutural e o porquê de sua construção. Assim, é preciso “reconhecer que o racismo”, bem como a desigualdade, são frutos da escravidão e entender que toda uma visão de mundo foi forjada na sociedade brasileira pelo pensamento escravocrata, sendo este o primeiro passo para nos libertarmos das narrativas que tentam diminuir os danos causados à população afrodescendente. (NASCIMENTO, 1978).

Para Munanga (2003), são das mais diversas áreas as contribuições e esforços para desconstruir o racismo. Vão desde a sociologia, história, antropologia até a medicina, economia, filosofia, pedagogia, ciências sociais, direito e outras. Nesse sentido, os autores fazem menção em suas obras sobre a questão do racismo estrutural e sobre a desconstrução desse mesmo racismo estrutural. Para desconstruir é de fundamental importância saber o que é o racismo estrutural, Assim sendo, os projetos realizados pelos NEABIS, segundo seus idealizadores trabalham no sentido de tentar desconstruir esse racismo no âmbito de seu ambiente acadêmico e organizacional. Entendendo o conceito de racismo estrutural a partir de Almeida (2019) para ele o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. O racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1. Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; 2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos”. Logo abaixo, as tabelas com os projetos sobre o racismo estrutural desenvolvidos nos campi entrevistados dos NEABIS/IFRJ.

Apresenta-se na Tabela 11, a seguir, um resumo dos projetos selecionados sobre o racismo estrutural, referente às características de cada um dos projetos referentes aos Campi entrevistados, são eles: Realengo, Resende, Pinheiral, Caxias e Niterói, onde eles servirão de base para a interpretação e a análise dos resultados.

Tabela11: Resumo dos projetos selecionados sobre o racismo estrutural

Resumo	Projetos Racismo estrutural	NEABI/IFRJ
---------------	--	-------------------

<p>Segundo Ribeiro (2020), “o antirracismo é um fenômeno que visa combater a desigualdade e a discriminação com base na ‘raça’”.</p> <p>Nascimento (2017) coloca que para entender sobre a complexidade do racismo em relação aos negros é de fundamental importância passar pelo regime da escravidão e do tráfico de escravos... através dos fatos desses dois capítulos que fizeram parte da história da humanidade é que poderemos chegar à gênese do racismo estrutural e ao porquê de sua construção.</p> <p>Assim sendo, o Projeto o antirracismo em ação, trata de discutir atitudes que lutam por direitos humanos de todo cidadão. Compreende-se que a dignidade e a igualdade de pessoas estão sendo discutidas para a desconstrução de subjetividades e pré-conceitos.</p> <p>Nesse sentido, o Projeto antirracismo em ação pode desconstruir o racismo estrutural, na medida que tratar de antirracismo é se reeducar, através da reflexão, da educação. Dessa forma, novos conceitos emergem podendo desconstruir pré-conceitos e discriminações.</p> <p>O racismo estrutural é a cristalização de sentimentos exteriorizados. É a maneira de como sentimos e vemos o outro.</p> <p>É nesse contexto, que o NEABI-Realengo, por meio do Projeto O antirracismo em ação contribui com o enfrentamento ao racismo estrutural.</p>	<p>Projeto o Antirracismo em ação</p>	<p>Realengo</p>
<p>Segundo Almeida, (2019), o racismo é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidades ou privilégio de pessoas racializadas é estruturalmente reproduzida.</p> <p>Há uma desconstrução do racismo estrutural na medida em que os ciclos de conversas trazem à tona discussões sobre o racismo, e os temas relacionados a ele, que consequentemente,</p>	<p>Projeto Ciclo de conversa Racismo e sociedade:</p> <p>a) o que é o racismo estrutural;</p> <p>b) sobre A importância da biblioteca como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo:</p>	<p>Resende</p>

<p>podem suscitar consciência e mudança de comportamento no tratamento inferiorizado em relação aos outros não brancos.</p> <p>De acordo com a entrevistada esses ciclos de conversa pretendem contribuir para a formação de consciência emancipadora e para os debates e as ações antirracistas. Isso torna a luta contra o racismo estrutural mais real concreto, a medida em que através do conhecimento sobre o tema e a formação de consciência antirracista desconstrói-se o posto como verdade na sociedade em relação ao racismo estrutural.</p> <p>É de suma importância os debates dentro e fora da escola sobre o tema do racismo estrutural, já que podem, através dos diálogos, produzir uma nova tomada de consciência sobre o racismo estrutural e, posterior e gradativamente uma mudança de comportamento social.</p>		
<p>De acordo com Ribeiro, (2019) “O primeiro passo é fundamental discutir a partir de uma perspectiva daqueles que se beneficiam da estrutura racista para enxergar seus privilégios e desnaturalizá-los, entender os lugares, “lugares sociais” de cada um, afirma. Após reconhecer seus privilégios “ o branco deve ter atitudes antirracistas.” Não se trata de se sentir culpado por ser branco. A questão é se responsabilizar, é ter atitudes antirracistas. A culpa leva a inércia, a responsabilidade leva à ação.</p> <p>Ser antirracista é criar espaços para os negros onde ele não acessa.</p> <p>Para Diangelo (2018) “não basta não ser racista sejamos antirracistas na sociedade.</p> <p>“As pessoas brancas do ocidente</p>	<p>Projeto Clube antirracista Virtual do Livro</p>	<p>Pinheiral</p>

<p>vivem em uma sociedade profundamente dividida e desigual segundo o critério de raça e são as beneficiárias dessa divisão, dessa desigualdade. Consequente”.</p> <p>Diante disso, o NEABI-Pinheiral, traz através do seu projeto Clube antirracista Virtual do livro , que promove a leitura de obras literárias antirracistas e fomenta o debate sobre elas no espaço virtual, pode alcançar e modificar a consciência sobre o tema e assim, provocar atitudes que revertam o ‘status’ atual do racismo estrutural na sociedade, que precisa urgente, sair ‘quase’ da inércia para atingir e transformar a sociedade e o ser humano dando oportunidades igualitárias em todos brancos e não-brancos, exterminando com o racismo.</p>		
<p>Segundo a Revista Super Interessante, (Carneiro, 2020)</p> <p>A Ku Klux Klan, foi uma milícia criminosa racista criada no sul dos EUA logo após a Guerra Civil Americana (1861-1865). O grupo formado por pessoas brancas reagiu à libertação dos escravos e a um projeto do governo chamado Reconstrução, que integraria os negros à sociedade. Responsável por massacres, estupros e linchamentos, entre outras atrocidades.</p> <p>Em relação ao projeto da exibição do filme infiltrado na Klan, este suscita o debate de ações contra o racismo estrutural na medida em que conscientiza podendo provocar mudanças de comportamentos nesse sentido.</p>	<p>Projeto Cine debate: Exibição do filme Infiltrados na Klan (parceria com a Biblioteca Carolina Maria de Jesus)</p>	<p>Caxias</p>
<p>Na história do negro brasileiro suas produções sempre foram permeadas de religião, as orações, no início, não recebiam o devido respeito, já que as mesmas eram feitas fora do recinto das igrejas.</p>	<p>Projeto Curta metragem Tia Ciata com a presença dos seus documentaristas</p>	<p>Niterói</p>

<p>O curta metragem Tia Ciata que (que narra a história de Hilária Batista), nascida na Bahia, reduto histórico do negro no Brasil; que se instalou na Praça Onze, no início do séc. XX, sendo que a sua casa se tornou um local de resistência, onde se reuniam as minorias (ciganos, judeus, negros...), produzindo ritmos e costumes diversos, tendo o samba como uma das maiores produções. Alguns depoimentos se cruzam com a questão do racismo estrutural como “ a condição humana não é pensada a partir da gente” (se referendo as minorias)“</p>		
--	--	--

Fonte: Elaborada pela autora

Apresentamos a seguir, o primeiro projeto analisado, o **do NEABI-Pinheiral, relacionado a categoria o que é o racismo estrutural:**

5.1.1 Análise Dos Resultados Relacionados Ao “Projeto Das Jornadas De Formação Antirracista

Segundo seus idealizadores, o que os motivaram na realização dessa ação foi dar continuidade e aprofundar as iniciativas de combate ao racismo estrutural e institucional através de atividades formativas, voltadas para dentro e para fora do espaço escolar. É interessante destacar aqui o conceito de racismo estrutural formulado por Almeida (2019) no seu entendimento o racismo é estrutural porque ele é um dos elementos estruturantes do Estado. Estado esse paradoxalmente forjado sob a égide dos princípios de liberdade, Igualdade e fraternidade. Para Mattos (2008) O racismo se manifesta com práticas conscientes e inconscientes, e culmina em desvantagens para uns e privilégios para outros. Para o NEABI Pinheiral, as instituições formais de ensino têm grande importância na busca da instrução, como fator de integração socioeconômica. Contudo, elas são insuficientes para promover a ascensão social, e, por vezes, colocam diversos obstáculos na mobilidade vertical dos sujeitos considerados “periféricos”. Cabe esclarecer aqui, o conceito de periferia de Fontes (2013), segundo ele, é o “conjunto amplo de fenômenos que indicam, em boa parte dos casos, processos sociais geradores de desigualdades. Periferias urbanas, segregação espacial,

marcadas por opressão política e social. Este projeto, Jornadas de formação antirracista, visa promover ações voltadas à conscientização a respeito das origens e dos mecanismos de sustentação das desigualdades raciais e do racismo estrutural e institucional no Brasil, de forma, a promover entendimentos críticos e combativos a respeito dos mesmos. A desigualdade ou discriminação tem a ‘raça’ como fundamento, onde foi preciso desumanizar o outro seu igual. Sua manifestação estrutural se dá de forma consciente e inconsciente, culminando com a manutenção das desvantagens para uns e vantagens e privilégios para outros. Henriques (2002) converge no sentido de entender que o racismo tem a ver com desigualdade, onde a discriminação tem a ‘raça’ como fundamento. Foi preciso desumanizar o outro criando desvantagens para uns e vantagens e privilégios para outros. “O racismo se perpetua se for capaz de: produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação racional para a desigualdade racial”. Na apresentação do projeto, os responsáveis por ele também tocam na questão do antirracismo, é uma forma de desconstruir o racismo no âmbito da comunidade acadêmica do IFRJ. Assim sendo, em relação a essa questão do antirracismo, existe uma interessante passagem dos autores a seguir: A questão do antirracismo acontece “quando o preconceito coletivo de um grupo racial é apoiado pelo poder da autoridade legal e do controle institucional, ele é transformado em racismo, um sistema amplo que funciona independentemente das intenções ou das autoimagens dos atores individuais” (DIANGELO, 2018, p. 44). Dessa forma, as pessoas brancas, precisam ser antirracistas, para romper com o racismo estrutural, construir uma consciência antirracista, como uma espécie de auto cura. O não reconhecimento da humanidade das pessoas negras, fruto das teorias racistas, cria uma não identidade da população preta, uma imaginação ainda estereotipada, que afasta o branco no Brasil das lutas antirracistas. É preciso que as pessoas de pele branca, sejam antirracistas, para que, possamos romper e desconstruir o racismo estrutural. (MOREIRA, 2019). De modo geral, os objetivos das jornadas antirracistas são: Debater os processos que, estruturam e reforçam desigualdades, opressões e violências na sociedade; organizar e promover mesas, palestras e atividades culturais presenciais ou virtuais, a respeito de racismos estrutural e institucional e suas diversas manifestações de opressão e violência, e sobre as disputas de narrativas a respeito dos territórios. Sobre os territórios, a construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como, simultânea e contemporânea a constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias centricas e periféricas. Isso se deve porque, na perspectiva da colonialidade, as antigas hierarquias coloniais, que foram agrupadas na relação europeus verso não europeus, continuaram arraigadas e enredadas na divisão

internacional do trabalho, na acumulação do capital à escala global. O mesmo poderia ser dito no estabelecimento de relações sociais cujo modo operativo, favorece tanto a constituição quanto a perpetuação da existência de sujeitos subalternizados, nas esferas intra e interestatais. (ASSIS, 2014). Foi informado pela entrevistada que, na realização dos projetos e ações que foram desenvolvidos durante o período da pandemia da COVID-19, os NEABIS do IFRJ seguem os protocolos e orientações da OMS sobre isolamento social. O segundo Projeto analisado a seguir, na categoria do racismo estrutural, foi desenvolvido pelo NEABI Resende é referente ao ciclo de conversa sobre racismo e sociedade.

5.1.2 Análise Dos Resultados Relacionados Ao Projeto Encontro Ciclo De Conversa Racismo E Sociedade:

Foram cinco encontros, realizados de forma virtual, através do Google meet, entre os meses de agosto/setembro, de 2020, com a presença da comunidade interna do IFRJ, bem como, de convidados externos a organização escolar.

a) **O tema do projeto da primeira palestra do Ciclo de conversa: o que é o racismo estrutural:** O objetivo da palestra, o que é o racismo estrutural, foi viabilizar conhecimentos, esclarecimentos, e, discussões críticas sobre como a dinâmica racista historicamente construída, afeta a vida da população não branca no Brasil. Foram colocadas questões esclarecedoras sobre o racismo estrutural, no sentido de esclarecimento sobre as questões que fundamentaram o racismo na sociedade. Em relação ao racismo estrutural, destaco as seguintes colocações teóricas: Para Almeida (2019, p. 63) o “racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos, cuja consciência e afetos, estão de algum modo conectados com as práticas sociais. O racismo se perpetuar se for capaz de produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; constituir sujeitos, cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que, considerem “normal” e “natural” que, no mundo haja “brancos” e “não brancos”. No entendimento de Ribeiro (2019, p.3), não se pode pretender analisar a questão do racismo sem abordar as práticas estruturais que, legitimam essa desigual e injustificável situação. Por racismo estrutural, entende-se neste estudo como, “um fenômeno que resulta do funcionamento das instituições, que são apropriadas pelos grupos hegemônicos de poder para conferir desvantagens e privilégios para grupos racialmente identificados. Para Menezes,

Iensue (2010; 2009) “O racismo é fruto de” uma contradição histórico-liberal, entre os princípios que nortearam as chamadas revoluções liberais e os sistemas econômico-sociais que nortearam o colonialismo como sistema de produção que estruturou e deu base ao liberalismo-econômico-estatal, tendo como alicerce principal a mão-de-obra escrava, uma verdadeira afronta aos princípios liberais “*liberté, égalité e fraternité*”. O Ciclo de palestras acima teve, em seu quinto encontro e, como último tema, o projeto intitulado: a importância da biblioteca como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo.

5.1.3 Análise dos resultados relacionados ao projeto da palestra do Ciclo de conversa: sobre a importância da biblioteca como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo

O projeto, que pretende contribuir para a formação de consciência emancipadora e, para os debates e as ações antirracistas, dentro e fora do ambiente escolar, e a importância da biblioteca, como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo. O projeto do “ciclo de conversa” busca promover, ações voltadas à conscientização a respeito das origens e dos mecanismos de sustentação das desigualdades raciais e dos racismos estrutural e institucional no Brasil, de forma a promover entendimentos críticos e combativos a respeito dos mesmos. (NEABI, 2020). É importante destacar a contribuição da informação e do conhecimento no sentido de se construir novos conceitos, através da valorização da cultura africana e afro-brasileira, como de outras culturas que também sofrem o estigma do racismo estrutural. Tomando por base Quijano (2002), a colonialidade é parte do projeto civilizatório da modernidade, é uma matriz colonial de poder, essa matriz possui determinadas características hierárquicas: como as raciais, epistêmicas, culturais e de gênero. Assim, precisa haver uma política institucional de seleção de obras que tenham um novo olhar para a desconstrução de subjetividades em obras impressas e digitais. Precisamos construir uma sociedade que se pautar por ser multirracial e pluricultural, e que a diversidade seja pautada pela igualdade e não hierarquização dessas. Carneiro (2020) coloca a importância da construção de novos saberes e valorização de novas culturas. Aí, entra a política de material didático e paradidático, que devem dar sua contribuição na reconstrução de novos letramentos, e conteúdos antirracistas. Avaliação dos conteúdos (imagens, textos e mídias diversas) dos livros didáticos e paradidáticos inscritos nos Programas do Livro do MEC, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Fomento à produção de materiais didáticos e

paradidáticos por professores (as), educadores (as), organizações do movimento social negro, ONGs, entre outros que atendam ao disposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e às especificidades regionais para a temática. Produção e distribuição regional de materiais que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-Raciais. Abreu Júnior (2018). Construir em seu ambiente organizacional, um órgão como o NEABI, que trabalha desenvolvendo e executando projetos de enfrentamento ao racismo estrutural, objetivando a sua desconstrução no âmbito de sua comunidade acadêmica é de extrema relevância, para as pessoas que participam desse espaço acadêmico e para o próprio desenvolvimento do país. Em relação às questões expostas acima, o racismo estrutural é visto como uma ideologia construída, resultando em uma chaga, uma mentira, uma deformidade, onde foram alicerçadas as subjetividades e as hierarquizações que atingiram consequentemente a sociedade, as organizações públicas e privadas. O racismo só pode ser alterado em todas as suas dimensões pelos poderes estruturantes do estado e a forma de combate mais eficaz são as chamadas práticas antirracistas efetivas e suas ações afirmativas que são políticas de estado para o enfrentamento do racismo estrutural e a consequente promoção da igualdade e diversidade, tal como a lei 10.639/2003, que promove ações de valorização das culturas afro-brasileira e indígenas, nas organizações de ensino brasileiras. O Estatuto da Igualdade Racial conceitua as ações afirmativas como: “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”. (SIMÃO, 2011). Em relação a questão levantada nesta pesquisa é, importante destacar o papel da organização escolar no enfrentamento ao racismo estrutural como de fundamental relevância em relação à desconstrução desses conceitos, e, pré-conceitos do racismo e suas discriminações. (GELEDÉS, 2020). A escola, como principal formador do cidadão numa sociedade democrática, precisa assumir o seu papel de protagonista, a fim de combater o racismo estrutural da sociedade brasileira: É preciso “reconhecer que o racismo”, bem como a desigualdade, são frutos da escravidão e entender que toda uma visão de mundo foi forjada na sociedade brasileira pelo pensamento escravocrata, sendo este o primeiro passo para nos libertarmos das narrativas que tentam diminuir os danos causados à população afrodescendente. (NASCIMENTO, 2016; GOMES, (2019)).

Apresentamos na Tabela 12 determinadas características dos servidores dos NEABIS entrevistados. São informações quanto: ao gênero, a função exercida no IFRJ, bem como a sua formação profissional. Recebemos desses participantes entrevistados a relação dos projetos realizados por eles entre os anos de 2018 a 2020, onde foram relacionados 41 projetos realizados nesse período sobre o racismo e a interseccionalidade.

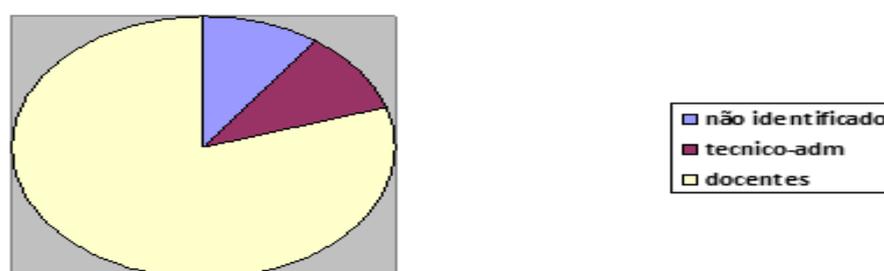
Tabela12: Servidores dos NEABIS entrevistados

Perfil	Números
Gênero feminino	100 %
Função Docente	90 %
Função Técnica ADM	10 %
Formação de nível superior	100 %

Fonte: elaborada pela autora.

Abaixo o gráfico do perfil dos entrevistados, eles compõem-se dos cinco participantes entrevistados no NEABI, onde 100 % dos participantes são do gênero feminino. Em relação a formação educacional dos entrevistados 100 % são de nível superior, e além disso 100 % desses participantes têm pós-graduação. Segundo Trivinos (2013), na pesquisa qualitativa o registro das informações representa um processo complexo. Com relação à função exercida no IFRJ, 100 % pertencem ao quadro de servidores, onde uma entrevistada do núcleo de Niterói é servidora técnica administrativa, e os outros 90% exercem a função de docência nos cursos oferecidos pela instituição IFRJ e 10 % dos entrevistados embora tenham respondido as entrevistas não quiseram se identificar. Todos os entrevistados são membros dos NEABIS, e 10 % não exerce a função de coordenação do NEABI.

Gráfico 4: Perfil dos entrevistados



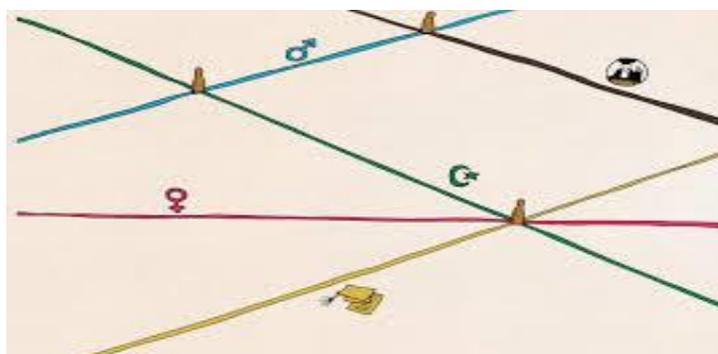
Fonte: Elaborado pela Autora em 2021.

5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS AÇÕES E PROJETOS REALIZADOS PELO NEABI DO IFRJ RELACIONADOS ÀS INTERSECCIONALIDADES E SEUS MARCADORES DAS DIFERENÇAS SOCIAIS

Apresentam-se no gráfico 5, e nas tabelas 13, 14, 15, 16, 17 a seguir, um resumo de informações, contendo dados primários e secundários, referente às ações e projetos realizados pelo NEABI do IFRJ, que tratam das interseccionalidades e seus marcadores sociais da diferença, que servirão de base para a análise dos resultados deste trabalho de pesquisa. A interseccionalidade é o encontro das diversas formas de racismo estrutural. Ela tem espécies de interseção, são características que identificam mais de um marcador social. Sendo que a interseção é o ponto de encontro de duas realidades ruas, veredas, elemento comum a dois outros elementos. A interseccionalidade tem um olhar em relação à inseparabilidade estrutural do racismo. Entende-se que são espécies de interseccionalidades os marcadores de raça, classe, gênero, sexismo. Crenshaw (1991).

Conforme a ilustração mostrada abaixo:

Gráfico 5 - Interseccionalidade-2



Fonte: CRENSHAW (1991)

Discriminações:

Gênero= Racismo estrutural {horizontal= iguais Vertical= de cima para baixo (estado e superiores instituições públicas e/ou privadas);

Espécies = interseccionalidades é o encontro (ponto) das diversas formas de racismo estrutural. Sub - espécies de interseccionalidades: a) raça; b) classe; c) gênero; d) sexismo

Assim, Crenshaw (1991) percebe a interseccionalidade como a sobreposição ou interseção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação são questões de raça, classe, gênero⁵ e sexualidade.

Tabela 13: hierarquia categorias racismo estrutural e interseccionalidade

Gênero			
Racismo estrutural			
Espécie			
Interseccionalidade			
Marcadores			
Raça	classe	gênero	sexismo

Fonte: Elaborada pela autora

As interseccionalidades são formas de classificação e segregação, ganha relevância a abordagem desse elemento segregador como espécie ou fruto do gênero racismo. (CRENSHAW, 1989).

Tabela 14: Projetos sobre Interseccionalidade do NEABI/IFRJ

Projetos sobre Interseccionalidade	
<p>Para (Oliveira, 2020), A teoria da interseccionalidade trabalha com categorias distintas na sociedade. Para ela existem diferentes violências que se cruzam: com a de gênero, racial, e outras ligadas as diferentes classes.</p> <p>Já Carneiro (2020) diz que alcançar a igualdade de direitos é transformar-se em ser humano pleno e com possibilidades e oportunidades independentes de sua condição de raça, classe e gênero. Para isso é necessário um novo modelo civilizatório que seja mais humano, fraterno e solidário. E não esquecer que somos a mesma comunidade de destinos.</p>	<p>Projeto Apoio à Peça Marielle Presente, do grupo Dionísio Urbano</p>

⁵ LAURENTIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**.1987. O termo gênero é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. É a posição que uma pessoa ocupa dentro de uma classe. Gênero representa não um indivíduo e sim uma relação social. Ou seja, representa o indivíduo por meio de uma classe. Todos os seres humanos classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema de significações que relaciona sexo à conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Qualquer sistema de sexo/gênero está ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Considerando essa perspectiva são ligados à organização da desigualdade social.

Precisamos construir uma sociedade que se pautar por ser multirracial e pluricultural, e que a diversidade seja pautada pela igualdade e não hierarquização dessas.

Para CRENSHAW, (2002) A incorporação do gênero, no contexto do racismo, desnuda as diversas formas de discriminação racial contra as mulheres, e traz um entendimento sobre maneiras específicas onde o gênero representa a discriminação também sofrida pelo homem negro.

A segunda categoria estabelecida para análise, é a interseccionalidade, aqui conceituada sob a ótica de Leslie McCall, que foi muito importante para a sociologia, porque a partir dali pode se realizar pesquisas sobre formas diversas de hierarquização social.

Assim, o apoio à peça Marielle Presente, do Grupo Dionísia Urbana.

A peça reproduz a vida e obra de Marielle Francisca da Silva, nascida em 27 de julho de 1979, assassinada em 14 de março de 2018 (aos 38 anos), na cidade do Rio de Janeiro.

Marielle travou, por estar na política e ser socióloga, ser de origem periférica, uma luta visando a melhoria, da mulher, mais especificamente mulher negra, pobre, periférica, na medida que era moradora de comunidade, denunciou vários abusos de autoridade contra policiais nas periferias, principalmente na maré, onde pessoas negras, trabalhadoras são alvo de violências diariamente por parte desses representantes, onde cotidianamente essas comunidades periféricas são alvo de bala perdida. Marielle era homossexual, nela se encerra todos marcadores da intersexualidade (gênero, classe, 'raça', sexismo).

Assim, a interseccionalidade é retratado no Projeto, considerando que a pessoa da Marielle é cruzada por todos os tipos de marcadores sociais que conceituam a interseccionalidade, na medida que é mulher, periférica,

é o racismo generalizado. É a forma como vemos os outros, como percebemos o entorno.

A interseccionalidade é extremamente

<p>presente neste projeto devido aos marcadores que o atravessa.</p> <p>Segundo Akotirene (2019), o feminismo cada vez mais está presente em debates na sociedade como um todo.</p> <p>Existe um fator que abrange vários aspectos do ser humano, falando-se em minorias, que é a interseccionalidade, que ganha cada dia mais importância no espaço das políticas públicas.</p> <p>Crenshaw “ que era necessário um instrumento normativo que pudesse transmitir as reivindicações das mulheres negras-porque elas não são brancas (‘raça’) também não homens (experiência de gênero);, portanto, de acordo com Akotirene, se as ferramentas metodológicas apontarem para um único marcador em um único ser não existe interseccionalidade, entretanto, se são mulheres, negras, periféricas, homossexuais existe mais de um marcador.</p> <p>A peça em questão de trata a categoria da interseccionalidade, por ter representatividade nos cruzamentos entre os marcadores gênero, (mulher); ‘raça’ (negra), sexismo (casse), concisa apesar de ter sido trabalhado pelo NEABI-Duque de Caxias, outros NEABIS também, através de projetos abrangeram a interseccionalidade como por exemplo.</p>	
<p>Protagonismo, formação e identidade, grupo de estudos sobre feminismo negro em uma perspectiva interseccional..</p>	<p>Feminismo negro e Diversidade</p>

Fonte: NEABI/IFRJ.

5.2.1 Análise dos resultados relacionados ao projeto “os desafios de ser mulher no Brasil: reflexões sociais e filosóficas a partir da realidade regional”.

Os desafios de ser mulher no Brasil: reflexões sociais e filosóficas a partir da realidade regional o projeto foi selecionado porque trata das questões que se interseccionam com o racismo estrutural. O objetivo foi pensar estratégias para lidar com o assédio dentro da instituição e ouvir mulheres da Região articulando redes de apoio. (NEABI, 2020). A Interseccionalidade é uma das ideias que nos ajuda a perceber que cada um de nós é atravessado por diferentes marcadores, que operam de formas combinadas. Akotirene, (2019), discute o conceito de interseccionalidade, como forma de abarcar as vivências e intersecções a

que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra. Não é possível pensar a realidade da mulher brasileira sem levar em consideração o racismo que marca nossa sociedade. Já Kimberlé Crenshaw (2002), a Interseccionalidade são identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, sobreposição, e de hierarquização, quanto à classe, ao gênero e à raça e outras sobreposições que, podem surgir considerando a questão do racismo. Crenshaw, a definiu como um método para compreender a maneira como múltiplos eixos de subordinação se articulavam e, para pensar estratégias para superá-los.

5.2.2 Análise dos resultados relacionados ao projeto de extensão “feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade”.

O projeto de extensão Feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade trata sobre os estudos sobre o feminismo negro em uma perspectiva interseccional. O presente projeto provoca uma reflexão sobre a abordagem interseccional, no aprofundamento da opressão, da sobreposição de opressões no que refere à mulher negra. Djamila (2019) diz que a mulher negra é o outro do outro. Da mesma forma, não é razoável discutir o racismo sem levar em consideração as demandas e experiências próprias das mulheres negras. Ainda que o conceito tenha sido inicialmente mobilizado para pensar principalmente nessas duas categorias - gênero e raça - outras poderiam ser acrescentadas, uma vez que vivemos em um mundo cujas estruturas sociais são marcadas, por exemplo, pela divisão de classes sociais e pela presença da Homofobia que é a discriminação (e demais violências dela decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou sexismo, (pode afetar qualquer gênero, mas, é particularmente documentado como afetando mulheres e meninas. Tem sido ligado a estereótipos e papéis de gênero, sexismo ou pode incluir a crença de que um sexo ou gênero, é intrinsecamente superior a outro), e do capacitismo, (quando a discriminação se refere a pessoas deficientes). Esses fatores se combinam de forma que os indivíduos tenham experiências múltiplas, muitas vezes, marcadas pela limitação do acesso a direitos e oportunidades. (BETONI, 2014).

5.2.3 Análises dos resultados relacionados ao projeto extensão “Apoio À Peça Teatral Marielle Presente, Marielle Franco”

O projeto Apoio à peça teatral Marielle Presente, Marielle Franco, Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira., elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, ela defendia os direitos humanos, foi eleita na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação, essa mulher, negra, lésbica e feminista, sempre militou por políticas de inclusão racial e social no Brasil. A construção de luta por direitos das mulheres negras é muito antiga. O Brasil possui a quinta maior taxa do mundo em feminicídio. Perpetuar a violência, a desigualdade e a injustiça, é desconsiderar o Estado democrático de direitos. Tratar a temática das interseccionalidades diz respeito a entender suas raízes, consequências e imbricações que produzem e reproduzem desigualdades, resistências e confronto das opressões. (FERREIRA,2020). A interseccionalidade, segundo Akotirene (2019, p. 19) “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras”. Existem opressões estruturais que impedem que pessoas, cidadãos, tenham direito à fala, à humanidade, à dignidade humana. A discussão é, sobretudo estrutural. O debate é sobre a posição ocupada por cada um desses grupos, pessoas negras, LGBTQI+, esses grupos enquanto “raça”, gênero, classe e sexualidade, numa intersecção, gerando formas diversas de experienciar opressões, discriminações, racismos e preconceitos, sem hierarquias de opressões. (RIBEIRO, 2019). A educação étnico-racial no contexto brasileiro é indissociável de suas interseções com classe e gênero enquanto ferramenta indispensável para a transformação social e construção para uma sociedade mais igual. Peças de teatro com alunos- “iniciativas de estudantes de ensino médio integrado a Guia de turismo, em parceria com docentes membros do NEABI, são realizados esquetes que remontam narrativas africanas estudadas em sala de aula, bem como peças que recuperam a trajetória de mulheres que, por conta do machismo e racismo, costumam ficar de fora das narrativas históricas oficiais. As instituições devem trabalhar em conjunto para garantir que a discriminação racial que afeta as mulheres negras e a discriminação de gênero sejam consideradas mutuamente e não separadamente. “Essas pontes devem ser observadas e construídas, até porque as leis não preveem que somos ao mesmo tempo mulheres e negras. São as chamadas diferenças dentro das diferenças”. (CRENSHAW, 2011). A seguir uma análise de outros espaços e saberes do NEABI.

Análise de outros espaços e saberes do NEABI/IFRJ, uma política pública social afirmativa: LEI 10.639/2003 E DA 11.645/2008

A Relação de estudos mais aprofundados sobre as trajetórias acadêmicas de estudantes negros e indígenas: relação docente estudante e estudante docente, pensando o acesso e permanência, por meio de ações afirmativas, dirigidas aos afrodescendentes e indígenas, abrange outros espaços e saberes. O NEABI “vem desenvolvendo esforços na coleta, organização e disseminação de informação que possam servir para formar um grupo de estudos regular. Alimentação de um espaço virtual no Google, e no Drive com documentos, textos, informações que se prestam para o amadurecimento desse grupo de estudos, configurando um de seus objetivos mais urgentes, consolidar um calendário de encontros voltados não apenas para reuniões burocráticas e de planejamento, mas para o atendimento das diretrizes das leis 10.639/2003 e a lei 11.645/08”. (NEABI, 2020). As leis 10.639/03 e a 11.645/08 se harmonizam com os paradigmas atuais da educação pautados sobre a égide da educação para todos e da educação para a diversidade. “Essas leis procuram atender à necessidade de construção de uma educação igualitária, rumo a pedagogias que possibilitem a desconstrução de verdades estabelecidas e engendradas nos currículos oficiais, nos livros didáticos e nas diversas práticas estabelecidas no cotidiano escolar”, por meio de discursos fundamentados em uma perspectiva colonizadora, masculina, heteronormativa, elitista e adultocêntrica. As atividades de extensão serão voltadas também à compreensão dos processos históricos e à atuação de sujeitos coletivos que pautaram, conquistaram e lutam para manter e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, como é o caso das políticas afirmativas. A educação das relações étnico-raciais é um dos projetos políticos pedagógicos do país, uma política pública social afirmativa em resposta e reparação das desigualdades sofridas pelos afrodescendentes desse país. (MOREIRA, 2011).

Segundo o MEC/SECAD (2005), as “ações afirmativas são medidas especiais direcionadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social” que possam ter ocorrido no passado ou no presente. Seus objetivos são eliminar as desigualdades e segregações, visando a inexistência de grupos marginalizados, para que haja a diversidade de pessoas “raças”, etnias, religiões, gênero. Sendo que essas políticas afirmativas não são antidiscriminatórias e sim de cunho preventivo e reparatório. Adichie (2014) comenta sobre os estereótipos que limitam o nosso pensamento, especialmente quando se fala de África, e faz uma analogia onde o feminismo também sofre influências de estereótipos. O entendimento

é que sem escola democrática não há regime democrático, futuros homens, mulheres, ou seja, futuros cidadãos. A escola tem responsabilidade na configuração social da atualidade. Nesse sentido, a escola é um lugar fundamental na construção de sujeitos e suas subjetividades, na medida em que ela reproduz os valores hegemônicos da sociedade, perpetrada por relações. (TRAGTENBERG, 1985). Para Carneiro (2020), “é necessário um novo modelo civilizatório que seja mais humano, fraterno e solidário. De modo geral, os objetivos dos projetos institucionais são: Debater os processos que estruturam e reforçam desigualdades, opressões e violências na sociedade. A respeito de racismos estrutural e institucional e suas diversas manifestações de opressão e violência, e sobre as disputas de narrativas a respeito dos territórios. Assim, o racismo posto como elemento direto e justificador da escravidão ainda hoje, submete as chamadas minorias raciais e sociais a discriminações econômicas, sociais e políticas sendo fator estruturante das subjetividades a incidir objetivamente nas instituições públicas e privadas, não sendo demasiado afirmar que o Brasil é o que é, infelizmente, graças ao racismo. (REBELO, 2007). Promover algumas visitas técnicas e trabalhos de campo em museus, espaços de cultura e lugares significativos, é uma das estratégias dos projetos dos NEABIS. Organizar e promover mesas, palestras e atividades culturais presenciais ou virtuais (na atual conjuntura respeitando as orientações da (Organização Mundial da Saúde sobre isolamento social em função da pandemia de COVID-19).

5.2.4 Análises dos resultados relacionados ao projeto “Visita Técnica à pequena África” na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o grupo de pesquisa NEGRAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais

O projeto da Visita técnica à pequena África na Cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o grupo de pesquisa NEGRAM, como forma de compreender as distintas dimensões dos processos de branqueamento dos territórios; 2019 - Visitas técnica à exposição “EGITO ANTIGO DO COTIDIANO À ETERNIDADE”, no Centro Cultural do Banco do Brasil (Rio de Janeiro); 2019 - Caixa Cultural, na exposição Diáspora, de Josefa Neves (Rio de Janeiro). - Organizar o acolhimento dos estudantes cotistas da nossa instituição no início do ano letivo; - Promover a desestigmatização das cotas por meio da promoção do conhecimento sobre como as mesmas foram transformadas em políticas públicas. (NEABI, 2020). O NEABI também se configura como um meio de articulação de projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos e/ou coordenados por membros do Núcleo, que dialogam e/ou promovem o debate étnico-racial. O debate étnico racial inclusive o que interseccionaliza com

outros marcadores sociais da diferença é salutar dentro do ambiente organizacional acadêmico do IFRJ. Discutir as diferenças entre os sujeitos da comunidade de gênero, cor da pele, classe e outros fazem parte das relações humanas. A incorporação do gênero, no contexto do racismo, desnuda as diversas formas de discriminação racial contra as mulheres pretas, a questão da classe, a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que perpassam, atinge e transita todos os contextos, sem exceções, onde se produzem e reproduzem as relações humanas, e traz um entendimento sobre maneiras específicas onde o gênero representa a discriminação também sofrida pelo homem negro. (CRENSHAW, 2016).

...

5.2.5 Projetos sobre a Interseccionalidade nos NEABIS do IFRJ Entrevistados

Tabela 15: Projetos de Extensão do NEABI/IFRJ

- **"As contribuições das filósofas brasileiras para pensar os desafios contemporâneos"**

Bolsista: Ketelyn (MA 204).

Objetivo: divulgar o trabalho de filósofas negras, indígenas e trans.

Coordenadora: professora Amanda Veloso Garcia

"Feminismo Negro e Diversidade: Protagonismo, formação e identidade"

Grupo de estudos sobre feminismo negro em uma perspectiva interseccional.

Coordenadora: Patricia Manuela e Souza

"Clube antirracista virtual do livro"

Objetivo: Promover a leitura de obras literárias antirracistas e fomentar o debate sobre elas no espaço virtual.

Coordenadora: Erica Bispo

Fonte: Elaborada pela autora, dados NEABI/IFRJ.

Tabela 16: Projetos de PESQUISA NEABI/IFRJ

"Desafios de ser mulher no Brasil: reflexões sociais e filosóficas a partir da realidade regional"

Bolsista: Dominicki.

Objetivo: pensar estratégias pra lidar com assédio dentro da instituição e ouvir as mulheres da região articulando redes de apoio.

Coordenadora: professora Amanda Veloso Garcia

Fonte: Elaborada pela autora, os dados foram fornecidos pelo NEABI do IFRJ.

Nas reuniões do grupo de estudos do NEABI realizados entre 2019 e 2020, foram lidas e ou assistidas s seguintes obras:

- NASCIMENTO, A. do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 45 - 70 SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais. 63ª ed. Out. p.237280, 2002.

- SANTOS, S. A. dos. A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secad, MEC, 2005, p. 21-37

- Capítulos 1 (Guerras da Conquista), 2 (Guerras de Palmares) e 5 (Universidade do crime) da série documental Guerras do Brasil.

Após a análise dos projetos de pinheiral, observou-se uma forte preocupação com as questões que mapeiam o racismo estrutural e suas interseccionalidades.

Essa preocupação foi identificada nas entrevistas realizadas através dos dados coletados dos entrevistados.

Em referência aos projetos que foram selecionados para análise, o foram pelo fato de representarem as categorias relativas ao racismo estrutural e às interseccionalidades.

A próxima Tabela 8 apresentou um resumo geral dos projetos realizados por cada NEABI.

Tabela 17: Seleção dos projetos que tratam da Interseccionalidade

Realengo		
Código	Projetos Racismo	N
EAB1.3.1	Áudio vídeo II Semananex: mulheres negras em diáspora	2
Niterói		
Código	Projeto	N
EKBC2.3.1	Parcerias com professoras para trabalhar o livro da autora negra Conceição Evaristo	3

Duque de Caxias		
Código	Projeto	N
ELLP3.5.1	Apoio a peça teatral Marielle presente, do Gupo Dionísia Urbana	
ELLP3.9.1	Palestra da professora Viviane Prates sobre mulheres negras na ciência	
ELLP3.10.1	Concurso fotográfico Duque e Caxias: a desigualdade social em um instante	
Pinheiral		
Código	Projeto	N
EB4.6.1	Projeto de extensão feminismo negro e diversidade: protagonismo, formação e identidade	
EB4.7.1	Pesquisa de ser mulher no Brasil	

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da qualificação dos entrevistados

A constatação de uma cultura pautada no individualismo e, na conseqüente negação do outro, revela a ausência de padrões éticos e democráticos na fundação das instituições modernas. Nesse mesmo contexto, a América Latina e periferia do mundo experimentam dependência, desigualdades, violência e negação de direitos fundamentais. Impossibilitando o exercício efetivo da liberdade e da igualdade. (COSTA JÚNIOR, 2020). As questões das desigualdades é uma máquina que produz tensão nas sociedades humanas. Em relação ao racismo, em doses diárias de tolerância com o outro, a partir de ações diárias, ainda que em conta gotas, pode ser que um dia o racismo possa ser totalmente erradicado das organizações escolares. A partir da reconstrução e construções de novos conceitos, como observamos o que está sendo realizado nos projetos realizados pelos NEABIS do IFRJ. Iniciativas positivas de enfrentamento e desconstrução desse racismo no entorno de sua comunidade acadêmica. Tendo em vista, que são ações iniciais, mas, eficazes no enfrentamento a doença do racismo, que aos poucos intermitentemente sendo utilizado ao longo do tempo, possivelmente um dia, encontrará a sua cura, sua erradicação, tal como a vacina da COVID-19. (2005). Por falar em doença do racismo, trataremos na seção seguinte da possível cura dessa doença, através da Lei 10.639/2003, que abordaremos a seguir.

5.3 ANÁLISES DE RESULTADOS RELACIONADOS AOS PROJETOS DOS NEABIS SOBRE O ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL E SUAS INTERSECCIONALIDADES, A CURA: LEI 10.639/2003 “DESCONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES”

A lei 10.639/2003 é uma ação afirmativa no âmbito de uma política de Estado, e ponto de partida para infinitas possibilidades em relação a “repensar a educação brasileira em diferentes perspectivas teóricas, com implicações práticas no fazer pedagógico”. (MACHADO, p.157; 2014). A lei 10.639/2003 introduziu na lei 9.394/1996 - Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira. (MOREIRA, 2001). A educação das relações étnico-raciais iniciou-se a partir da lei 10.639/2003 e a 11.645/2008. Essas leis têm como objetivos, superar euro referências, no sentido de valorizarem as culturas dos afrodescendentes e as culturas indígenas, resgatando a importância dessas culturas na história do Brasil. (FOLLMANN, 2017). Portanto, a lei 10.639/2003 é uma oportunidade que a sociedade tem de contemplar outros olhares sobre o processo histórico da cultura Afro-brasileira. Ela é uma proposta de problematizar questões identitárias. (GOMES, 2012). Assim sendo, a partir da lei do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígenas, foi criado o instrumento capaz de executá-la na organização escolar: o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas-NEABI. O NEABI é o instrumento utilizado pela organização escolar do IFRJ para a implementação das Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, ou seja, ele é uma política pública afirmativa. (BRASIL, 2004). O MEC/SECAD (2013), em relação às questões identitárias faz o seguinte comentário: O Brasil conta com mais de 53 milhões de estudantes em seus diversos sistemas, níveis e modalidades de ensino. Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana criado pelo Ministério da Educação-SECAD (2013), tem como objetivo geral “colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação garantindo o direito de aprender, a equidade educacional a fim de

promover uma sociedade mais justa e solidária. O Plano delimitou seus objetivos, suas metas e diretrizes em seis eixos, eles estão relacionados a seguir, são eles:

Eixo 1 - Fortalecimento do marco legal para uma política de Estado “ Incorporação dos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e das metas deste Plano na revisão do atual Plano Nacional de Educação (2001-2011) e na construção do futuro PNE (2012-2022). Regulamentação da Lei n. 10.639/03 nas unidades federadas;

Eixo 2- Política de formação inicial e continuada para profissionais de educação e gestores (as): Inclusão no Sistema Nacional de Formação de Professores, sob a coordenação da CAPES, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme a Lei n. 9.394/1996 (LDB), alterada pela Lei n. 10.639/2003 com base no Parecer n. 03/2004 e Resolução n. 01/2004 CNE/MEC. Inclusão de disciplinas e atividades curriculares dos cursos de Ensino Superior que foram autorizados antes da LDB alterada nos conteúdos, ou daqueles que não cumprem as prescrições normativas, das orientações contidas nas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o tratamento de questões e temáticas referentes aos afrodescendentes (conforme o expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE/CP n. 01/2004);

Eixo 3 - Política de material didático e paradidático: Avaliação dos conteúdos (imagens, textos e mídias diversas) dos livros didáticos e paradidáticos inscritos nos Programas do Livro do MEC, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Fomento à produção de materiais didáticos e paradidáticos por professores (as), educadores (as), organizações do movimento social negro, ONGs, entre outros que atendam ao disposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e às especificidades regionais para a temática. Produção e distribuição regional de materiais que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-Raciais;

Eixo 4 - Gestão democrática e mecanismos de participação e controle social: Criação do Fórum Nacional de Educação e Diversidade Étnico-Racial como instância de controle social e proposição de política. Criação de Comissão Nacional de acompanhamento

da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Eixo 5 - Avaliação e monitoramento: Avaliação e monitoramento da institucionalização da Lei 10.639/2003 no MEC e nos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Avaliação e acompanhamento do impacto dos critérios e indicadores estabelecidos sobre a valorização e o desenvolvimento da diversidade étnico-racial na política de formação inicial e continuada e na atuação dos professores das redes públicas e privadas. Definição de indicadores de equidade racial para o conjunto dos 40 programas do PDE;

Eixo 6 - Condições institucionais: Criação e disseminação do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Ministério de Educação e junto às secretarias municipais e estaduais de educação. Mobilização das escolas para execução da lei 10.639/2003. (COSTA, 2008). A questão do racismo deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade. A educação de forma objetiva e subjetiva apresenta preocupações desde o material didático-pedagógico a formação com professores. O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que fosse transmitido aos alunos (as) uma pretensa superioridade branca. A importância de fazer uso, ou seja, executar a lei 10.639/2003 consiste no entendimento por parte das pesquisas que ainda hoje de forma contínua, a sociedade brasileira tende a fazer, “vistas grossas aos muitos casos que tomam o espaço da mídia nacional, mostrando o quanto ainda é preciso lutar para que todos, todas e todes recebam uma educação igualitária”, independentemente de seu pertencimento étnico-racial do aluno (a). (COSTA, 2008). A lei 10.639/2003 fez nascer os NEABIS como instrumento da política afirmativa instituída e preconizada nessa importante normativa legal a ser introduzida no ambiente acadêmico das instituições escolares. É sobre os NEAB que vamos tratar a seguir.(FOLLMANN,2017).

5.3.1 Análise de resultados relacionados ao NEABI/IFRJ como instrumento de execução de políticas afirmativas no ambiente acadêmico da organização escolar

A organização escolar faz e faz parte da construção da educação das relações étnico-raciais, uma vez que, por um lado ela é um lugar fundamental na constituição e construção da subjetividade. Por outro lado, ela também está inserida num amplo contexto, que se inicia

pelo cultural e social, mas, que alcança o político e o econômico. No Plano de Ação do MEC houve o direcionamento da importância do NEAB no ambiente escolar, por ser o núcleo responsável a pôr em prática as normativas instituídas pela lei 10.639/2003. (ABREU JÚNIOR, 2018).

Assim, a organização da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pelo qual se concebe aprendizagem e se transmite o saber. (PRATA, 2005). O NEABI do IFRJ, ao desempenhar suas ações no âmbito de sua organização escolar, vai vacinando, dia a dia, a sua população contra essa chaga que nos envergonha. Exclui mais de 100 milhões de afrodescendentes, do seu processo produtivo e consumidor, nem o capitalismo perdoa, considerando que ele precisa de mercado e mão de obra qualificada. “Deixar de aplicar as regras de forma igual aos membros de um grupo, que exige este procedimento, é entendido como uma forma de injustiça e desigualdade”. Assim, como foi a poliomielite, que hoje é dada como extinta em nosso país. Elas foram enfrentadas ao longo do tempo, até chegar o dia da cura no Brasil. Possivelmente, talvez seja, o mesmo caminho a percorrer em relação às leis 10.639/2003, ela precisa de uma agenda e dos esforços hercúleos para ser implantada e enfrentada, de forma intermitente, até que as desigualdades sociais sejam sanadas, ou equilibradas no Brasil. Para que a escola avance nas discussões entre saberes escolares e de identidade, é preciso que a comunidade escolar compreenda que o espaço e o contexto escolar também são formados por dimensões como as diferentes identidades, a cultura, a diversidade, as relações étnicas, a ética e a alteridade, entre outras. (PEREIRA, 2008). Assim, será o surgimento de uma nova leva de pessoas formadas sobre a história construída pelos outros, e os outros são os afrodescendentes brasileiros, e todos os outros marcadores sociais que hoje interseccionam o país: o índio, o asiático, o deficiente, o judeu, o deficiente, o gordo, a gorda etc., lado a lado, no melhor por vir nesse mundo globalizado, tornando-o um só planeta. (RIBEIRO, 2006; GOMES, 2012; ALMEIDA, 2017). Isso não é utopia, é uma realidade, quando existe vontade de execução e necessidade, que é o caso do racismo estrutural. Essa é a dimensão e importância dos trabalhos realizados pelos NEABIS, do Sistema do Instituto Federal do Rio de Janeiro, quando implementam seus projetos de enfrentamento ao racismo no âmbito de sua comunidade acadêmica. Segundo Almeida (2020), “o racismo é uma ideologia, que só subsiste se estiver ancorada em práticas sociais concretas. Assim então, é necessário desconstruir essas práticas”. Os NEABIS dentro do Sistema do IFRJ, de Educação, têm papel nuclear e fundamental na instituição de ações

afirmativas e positivas em prol de uma comunidade acadêmico-científica onde a desconstrução do racismo estrutural é vital na formação de um espaço acadêmico que tem como fundamento a igualdade antes e longe de qualquer preconceito de gênero ou raça. (ABREU JÚNIOR, 2018). A missão dos NEABIS é árdua, observou-se que no trabalho quase de formiga e altamente hercúleo desses núcleos pesquisados, eles conseguem desconstruir e construir conceitos, e também novos olhares de sua comunidade acadêmica, sob a perspectiva do que é ser e não ser racista. Os NEABIS quando realizam os projetos sobre o racismo estrutural e suas interseccionalidades, dão continuidade à ação realizada perante a comunidade acadêmica do IFRJ, os eventos aprofundam as iniciativas de combate ao racismo estrutural na organização escolar, através dessas atividades formativas, voltadas para dentro e fora da organização acadêmica. A continuidade também é de fundamental “importância para ir construindo par e passo a igualdade no ambiente organizacional acadêmico, e também a desconstrução de subjetividades que hierarquizam, oprimem e discriminam os afrodescendentes e indígenas, fruto desse racismo”. A missão dos NEABIS é desconstruir verdades estabelecidas, preconceitos e conceitos mentirosos criados pelo homem.

Dessa forma, observou-se no campo que o NEABI/IFRJ vem desconstruindo o racismo estrutural no âmbito de sua comunidade acadêmica. Finalizamos fazendo algumas conclusões e reflexões gerais à cerca da pesquisa, que será objeto do próximo capítulo da conclusão.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou as ações de enfrentamento ao racismo estrutural dos NEABIS/IFRJ, como elas contribuem para a desconstrução do racismo estrutural na comunidade acadêmica do IFRJ no período compreendido entre os anos de 2018 a 2020. É importante conceituar o que Almeida (2019) entende por racismo estrutural, para ele o racismo é um dos elementos estruturantes do estado moderno. Em relação ao campo levantamos e registramos todas as informações coletadas pertinentes ao NEABI, seus projetos e ações entre 2018 a 2020.

Na revisão da literatura concluímos que, a sociedade moderna tem a dimensão humana do outro encoberta pela desigualdade e subjugação dos oprimidos. O diferente, seja ele o pobre, a mulher, o latino-americano ou o negro, passa a constituir-se um “não ser”, uma negatividade redutível à racionalidade egocêntrica do sistema. Constata-se, dessa forma, a preponderância de uma violência produzida pelo sistema e não reconhecida pelo Direito. Essa violência é identificada com a exclusão e a ausência de uma plena fruição dos direitos fundamentais por parte dos oprimidos. Essa opressão resultante do racismo estrutural é o objeto do enfrentamento ao racismo na organização escolar. Nas abordagens realizadas das ações dos NEABIS do IFRJ, foi observada através da teoria o quanto a interseccionalidade está relacionada com o racismo estrutural. Basta observar a definição de OLIVEIRA, CRENSHAW, RIBEIRO (2020, 2005, 2019) que definem a interseccionalidade em relação à inseparabilidade estrutural do racismo, na medida que a interseccionalidade cruza o racismo em relação aos marcadores de gênero, classe, ‘raça’, sexismo, e a todos que perpassam pela questão do racismo e de grupos inferiorizados socialmente, culturalmente, economicamente.

As atividades de enfrentamento ao racismo do NEABI se desenvolvem ao longo do ano todo. Sendo que nos últimos dois anos são articulados atividades por meio de projetos chamados de Jornadas de formação antirracista - que articulam eventos de extensão ao longo de todo ano. O NEABI-FRJ é constituído por docentes, discentes, técnico e membros da comunidade escolar, e busca realizar todas as suas atividades em parceria com o Grêmio Estudantil e com o Coletivo Preto de estudantes. (NEABI-PINHEIRAL, 2020).

Dessa forma, as iniciativas do NEABI para o agora e para o futuro estão pensadas visando a desnaturalização de concepções e de relações de poder racistas. Além disso, o que importa para o NEABI é a visibilidade de pauta das comunidades negras e indígenas que são do interesse coletivo e de relevância social. A afirmação do protagonismo negro e indígena,

de modo que estas identidades não sejam objetos, mas sim os sujeitos das ações do/no NEABI.

Através de suas ações, a partir do exercício do pensamento crítico e da autonomia ética, eles almejam o desmantelamento da opressão e o fortalecimento da postura antirracista, visando caminhar em direção a uma instituição de ensino e uma sociedade ‘racialmente’ democrática. O NEABI deseja a total descolonização dos currículos, e propõem novos olhares e iniciativas de combate a essa chaga, essa doença do racismo e para enfrentá-la, as organizações escolares precisam observar e executar determinadas iniciativas que combata essa doença, para que essas ações funcionem como uma cura a doença ao longo do tempo, são elas: Trabalhar, e refletir com perguntas sobre as relações de racismo não é apenas uma questão de interesse. “É obrigação legal desde 2003, quando foi aprovada a lei 10.639, que determinou a inserção de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. E, a boa notícia é que, ao adotar esse tema, você ajuda a combater o racismo não apenas fora, mas também dentro da escola. Afinal, crianças e jovens que aprendem a valorizar o diferente tendem a superar preconceitos. (GELEDÉS, 2020).

Valorizar as diferentes culturas. Reconhecer e valorizar os diferentes grupos étnicos presentes em nossa sociedade, em lugar de apresentar apenas as contribuições das pessoas brancas é fundamental para expor as desigualdades estruturais que perduram em nosso tecido social e para problematizar a falsa ideologia da harmonia “racial”.

Os negros e os indígenas tiveram, e continuam tendo papel importante na história e na construção da sociedade brasileira. Mesmo assim, esse papel precisa ser evidenciado, no mínimo, no mesmo nível do papel exercido pelo homem branco.

Abrir o diálogo estruturado, crítico e democrático é uma maneira de dar voz àqueles que vivenciam o racismo em seu cotidiano, seja na vida comunitária, na escola, na família ou nas redes sociais. Aliás, esse debate na escola deve promover a compreensão e aceitação do outro, com suas diferenças e necessidades. Além de alertar a comunidade escolar – compreendida por pais, alunos, professores, direção, funcionários e seus familiares – para a necessidade de atuarmos, juntos, na construção de uma sociedade melhor para todos.

Trazer as culturas afro-brasileira e africana para dentro da escola estudando a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse documento vai servir para ampliar a sua compreensão do tema e do que se espera desse passo.

Em seguida, é fundamental incluir o compromisso com o combate ao racismo no Plano Político Pedagógico, o PPP, da escola. A partir dessa inclusão, o trabalho das questões

raciais se torna perene e constante na escola, e não se limita a projetos isolados, como uma semana de Cultura Afro-Brasileira, por exemplo. Criar um projeto perene, como se fosse uma bandeira hasteada e a ser seguida ao longo do tempo. Mostre aos alunos uma variedade de pessoas e ambientes. O ser humano, muitas vezes, teme e rejeita o que não conhece. Conhecer pessoas e passar tempo com elas é uma forma de derrubar barreiras e preconceitos. Viagens de campo, feiras étnicas, festivais, ou simplesmente uma visita a um restaurante étnico próximo, podem ser oportunidades para essa interação. (GELEDÉS, 2020).

Não se limite às datas comemorativas. As festas, comidas e artes negras são importantes e devem ser celebradas. Não é por isso, porém, que você deixará o assunto de lado no restante do ano. Procure se aprofundar no tema do racismo com sua turma para ajudar as crianças a entenderem as experiências do dia a dia. Para isso, faça uso de personalidades históricas e eventos marcantes na história da luta racial no Brasil e no mundo. Com os alunos mais velhos, organize debates sobre como o cruzamento de etnia, religião, cultura, geografia e status socioeconômico resulta em experiências de vida muito diversas para diferentes grupos de pessoas. Recorra à arte e aos livros uma ferramenta muito eficiente para trabalhar o combate ao racismo pode ser a arte.

Livros, por exemplo, ajudam a compartilhar experiências pessoais de diferentes indivíduos. Por isso, escolha títulos que tragam essa diversidade e sugira leituras em grupo, seguidas de discussão, ou mande os livros para casa com a orientação de que o aluno, no retorno, compartilhe com a turma aquilo que aprendeu.

Em relação aos frutos colhidos com as iniciativas realizadas, pode-se comentar que foi para o NEABIS o engajamento da comunidade escolar (a interna e a externa), tais como: estudantes, docentes, escolas da região, parcerias com instituições do terceiro setor. Também é importante destacar o protagonismo de alunos não brancos em ações e iniciativas próprias que dialogam com as provocações e reflexões estimuladas pelo NEABI. Segundo o Núcleo, ainda que tenham desafios complexos pela frente, o núcleo entende estar convergindo para a revisão significativa dos saberes e práticas.

Como a ação conjunta e harmoniosa entre setores de uma organização educacional ou não, pode ser fator de inclusão dos indivíduos, além da valorização do potencial da diversidade dos diferentes grupos sociais, étnicos, religiosos, de classe, de gênero etc.

Os NEABIS são verdadeiros instrumentos de realização, na vida real, dos desígnios da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008, onde objetivou o legislador o rompimento do silêncio

das chamadas minorias, e onde se busca o reconhecimento e a efetivação do princípio, que nasce do princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade.

Os NEABIS são uma proposta de atuação consciente da obrigatoriedade da implantação do ensino de história e cultura afro-brasileira e extrinsecamente do aprendizado do convívio com as diferenças e o outro.

Infelizmente, precisaria de muito mais entrevistas, recortes, informações, projetos à mesa, debates, seminários, tudo com o único intuito de aprofundamento, entretanto, na pesquisa, tivemos nossas limitações, impostas pela pandemia da COVID-19, onde não pudemos levar a fundo a pesquisa e as entrevistas com todos os envolvidos direta e indiretamente com as ações afirmativas perpetradas pelos NEABIS em todo o Sistema do IFRJ.

A contribuição para o enfrentamento do racismo estrutural e todas as suas formas e manifestações, como também os estudos organizacionais e mais especificamente na organização escolar estão postos e os caminhos para a continuação e aprofundamento da pesquisa encontram-se nos resultados obtidos.

A impressão final sobre a pesquisa é que O NEABI através de seus projetos desconstrói o racismo estrutural no âmbito de sua comunidade acadêmica. O racismo estrutural se desdobra nas muitas formas de interseccionalidades onde não só aparece o outro, mas, o outro do outro que é a mulher preta, o deficiente, o idoso, o homossexual e todas as demais minorias.

Abriu-se uma verdadeira porta, onde podemos olhar o outro, e tudo a partir do olhar mais generoso das possibilidades e caminhos possíveis a partir da aplicação da lei 10.639/2003. Ficam as palavras de Djamila Ribeiro (2019) em sua obra “Pequeno Manual Antirracista” onde ela nos ensina que:

Algumas atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para as crianças, livros com personagens negros que fogem de estereótipos ou garantir que a escola de seus filhos aplique a Lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira. O Ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizadas que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipcismo branco, isto é, deixar de apenas ver a humanidade entre seus iguais. (RIBEIRO, 2019).

O racismo estrutural é o grande pano de fundo das questões que envolvem as nações e o mundo, as sociedades como um todo, com graves reflexos na economia, na saúde, educação e até na própria democracia.

Os EUA, segundo seu atual chefe de Estado, Joseph Robinette Biden Jr., pretendem tempo, por isso, será aumentado ainda mais no primeiro governo federal americano que terá uma mulher como a vice-presidente Kamala Devi Harris. Enfrentar as questões do racismo estrutural de frente, na verdade já enfrentam há bastante. Vejamos as palavras de Joe Biden por ocasião do seu célebre discurso de posse em 20 de janeiro de 2021:

“Há mentiras contadas por poder e lucro”

“Cada um de nós tem a obrigação e a responsabilidade, como cidadãos, como americanos, e especialmente como líderes que prometem honrar nossa Constituição e proteger a nossa nação, de defender a verdade e derrotar as mentiras”.

“Nossa história tem sido uma luta constante entre o ideal americano, que todos somos criados iguais e a dura e feia realidade do racismo... que há muito tempo nos divide. A batalha é perene”. (United States of America, 2021).

Aqui no Brasil, o Estado brasileiro através de algumas lideranças políticas mais progressistas começa a acordar para essa dura realidade, esse mal, essa chaga que precisa ser enfrentada e curada, em nossa sociedade.

Haja vista as palavras do atual prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. Eduardo Paes, em seu discurso de posse, em 1 de janeiro de 2021, também é registrada a passagem com a preocupação do enfrentamento ao racismo em seu governo, abaixo o registro dessa passagem: Faremos um governo antirracista. Essa chaga brasileira e essa dívida que todos temos com séculos de racismo têm que ser superadas de uma vez por todas. “E nós queremos ser exemplo disso”. (Brasil, 2021).

A questão do racismo estrutural é de saúde pública (mental), é de segurança pública, social, econômica, de direito, da administração, da organização pública e privada, é questão política que se interseccionaliza por todas as vertentes da vida pública e privada das nações e do mundo como um todo, sendo o grande objetivo e utopia a ser atingida no século 21, o princípio da igualdade. O Brasil é reconhecido e marcado por um Estado com profundas contradições, que se revelam em discriminações e marginalizações, que nos conferiu a reputação de um dos países mais desiguais do mundo (MIR, 2004).

O princípio da igualdade tem um papel relevante, além de ser a grande e atual utopia a ser perseguida e alcançada, ao colocar-se como uma barreira firme a impedir que o fosso das desigualdades, discriminações e preconceitos sigam aumentando (SILVA, 2001).

“A utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar, a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante...A utopia é também um compromisso histórico”. (FREIRE, 1980, p. 27).

Até que ponto se tem assegurada a liberdade igual para todos e todas, numa sociedade em que os preconceitos são tão plurais e as discriminações são tão frequentes. Desigualdade não são direitos, (ROCHA, 1996, p. 283).

Hoje, a busca e clamor incessante pela busca da igualdade em todos os ambientes, do lar as instituições públicas e privadas e para alcançarmos tal desiderato, tal utopia, precisamos desconstruir certas mentiras, certos dogmas, como o racismo, a superioridade de raça e gênero e suas interseccionalidades. “A escravidão no Brasil persiste de novas formas” Você tem aqui uma multidão de 50% da população exercendo atividade semiquificada, como o trabalho escravo. Essas classes populares são odiadas e desprezadas como os escravos eram. Boa parte da classe média tem preconceitos de senhor de escravos. Essa escravidão se tornou a base e o centro de tudo que a gente está vivendo hoje. Nós somos filhos da escravidão. (SOUZA, 2019).

A escravidão continua. Essa desigualdade de hoje vem da escravidão. O Brasil é um país doente. As doenças que a escravidão traz: A desigualdade, a humilhação, o esquecimento, a opressão e o abandono da maior parte da população. Esse é o grande problema brasileiro. Existe um racismo e o racismo não é só a cor da pele. O racismo é separar a humanidade em humanos e sub-humanos. A gente só vê a cor da pele porque é mais visível. A classe média é a classe do privilégio. A produtividade do capitalismo depende do conhecimento, da ciência e da tecnologia. “As classes populares começam a trabalhar com 12 ou 13 anos”. Precisamos continuar lutando, sonhando e caminhando isso é perene, através de órgãos, instituições e núcleos como os NEABIS do Instituto Federal do Rio de Janeiro. “A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo.” (FREIRE, 1980, p. 40).

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!
 Desce mais ... inda mais... não pode olhar humano
 Como o teu mergulhar no brigue voador!
 Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amarguras!
 É canto funeral! Que tétricas figuras! ...
 Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!

IV

Era um sonho dantesco... o tombadilho
 Que das luzernas avermelha o brilho.
 Em sangue a se banhar.
 Tinir de ferros... estalar de açoite...
 Legiões de homens negros como a noite,
 Horrendos a dançar...
 Negras mulheres, suspendendo às tetas
 Magras crianças, cujas bocas pretas
 Rega o sangue das mães:
 Outras moças, mas nuas e espantadas,
 No turbilhão de espectros arrastadas,
 Em ânsia e mágoa vãs!
 E ri-se a orquestra irônica, estridente...
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais ...
 Se o velho arqueja, se no chão resvala,
 Ouvem-se gritos... o chicote estala.
 E voam mais e mais...
 Presa nos elos de uma só cadeia,
 A multidão faminta cambaleia,
 E chora e dança ali!
 Um de raiva delira, outro enlouquece,
 Outro, que martírios embrutece,
 Cantando, geme e ri!
 No entanto o capitão manda a manobra,
 E após fitando o céu que se desdobra,

Tão puro sobre o mar,
 Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
 “Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
 Fazei-os mais dançar!...”
 E ri-se a orquestra irônica, estridente. . .
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais...
 Qual um sonho dantesco as sombras voam!...
 Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
 E ri-se Satanás!...

V

Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus!
 Se é loucura... se é verdade
 Tanto horror perante os céus?!
 Ó mar, por que não apagas
 Co’ a esponja de tuas vagas
 De teu manto este borrão?...
 Astros! noites! tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão!
 Quem são estes desgraçados
 Que não encontram em vós
 Mais que o rir calmo da turba
 Que excita a fúria do algoz?
 Quem são? Se a estrela se cala,
 Se a vaga à pressa resvala
 Como um cúmplice fugaz,
 Perante a noite confusa...
 Dize-o tu, severa Musa,
 Musa libérrima, audaz!...
 São os filhos do deserto,
 Onde a terra esposa a luz.
 Onde vive em campo aberto

A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão...
São mulheres desgraçadas,
Como Agar o foi também.
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com túbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
N'alma — lágrimas e fel...
Como Agar sofrendo tanto,
Que nem o leite de pranto
Têm que dar para Ismael.
Lá nas areias infindas,
Das palmeiras no país,
Nasceram crianças lindas,
Viveram moças gentis...
Passa um dia a caravana,
Quando a virgem na cabana
Cisma da noite nos véus ...
... Adeus, ó choça do monte,
... Adeus, palmeiras da fonte!...
... Adeus, amores... adeus!...
Depois, o areal extenso...
Depois, o oceano de pó.
Depois no horizonte imenso
Desertos... desertos só...
E a fome, o cansaço, a sede...
Ai! quanto infeliz que cede,

E cai p'ra não mais s'erguer!...
 Vaga um lugar na cadeia,
 Mas o chacal sobre a areia
 Acha um corpo que roer.
 Ontem a Serra Leoa,
 A guerra, a caça ao leão,
 O sono dormido à toa
 Sob as tendas d'amplidão!
 Hoje... o porão negro, fundo,
 Infecto, apertado, imundo,
 Tendo a peste por jaguar...
 E o sono sempre cortado
 Pelo arranco de um finado,
 E o baque de um corpo ao mar...
 Ontem plena liberdade,
 A vontade por poder...
 Hoje... cúm'lo de maldade,
 Nem são livres p'ra morrer. .
 Prende-os a mesma corrente
 — Férrea, lúgubre serpente —
 Nas roscas da escravidão.
 E assim zombando da morte,
 Dança a lúgubre coorte
 Ao som do açoute... Irrisão!...
 Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus,
 Se eu deliro... ou se é verdade
 Tanto horror perante os céus?!...
 Ó mar, por que não apagas
 Co'a esponja de tuas vagas
 Do teu manto este borrão?
 Astros! noites! tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão! ...

VI

Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto! ...
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...
Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais! ... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!
Antônio Frederico de Castro Alves

6.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Como sugestão para pesquisas futuras, pode-se elaborar algo a partir das questões da utopia da igualdade, porque isso é o desejável em qualquer organização, seja ela pública ou privada. Em sua obra *Guerra civil: Estado e trauma* Mir (2004) comenta que um choque de civilização é importante na sociedade, associado a um padrão de humanismo e de direitos

fundamentais. “Um aprofundamento amplo e não só utilitarista e de curto prazo da ciência, da educação, do trabalho, da saúde, da moradia e da renda, são essenciais a uma nova sociedade e a própria cidadania. O que é um processo civilizador: o débito cívico com o nosso igual. Claro que desde que não se atrele a igualdade ao fato econômico-seu preço, mas à igualdade de cura a todos os membros de uma mesma sociedade”.

A cidadania, ou seja, a igualdade democrática, fruto do pluralismo e do multiculturalismo, a cidadania complexa; a “cidadania política”, configurando o cidadão como participante do demos democrático e a “cidadania social” que pretende erradicar a pobreza extrema, as desigualdades, em uma economia globalizada, a que marcos supranacionais como a União europeia estão desempenhando papel significativo. (BELLOZO, 2005; p.18).

Existirá
Em todo porto tremulará
A velha bandeira da vida
Acenderá
Todo farol iluminará
Uma ponta de esperança

E se virá
Será quando menos se espera
Da onde ninguém imagina
Demolirá
Toda certeza vã
Não sobrar
Pedra sobre pedra

Enquanto isso
Não nos custa insistir
Na questão do desejo
Não deixar se extinguir
Desafiando de vez a noção
Na qual se crê
Que o inferno é aqui

Existirá
E toda raça então experimentará
Para todo mal
A cura
Existirá
Em todo porto se estiará
A velha bandeira da vida

Acenderá
Todo farol iluminará

Uma ponta de esperança

“A Cura”
Lulu Santos

Classificar é uma construção e gênese da modernidade,
O ser humano moderno classifica
logo ele segrega e discrimina
o racismo é fruto do ato de discriminar e segregar
logo devemos segregar e discriminar menos.
Esse é o princípio gerador da “igualdade”.

Joana de Carvalho Pinheiro

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

De toda Cor
Renato Luciano

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Júpiter Martins de; PAULO, Lucineide L; COSTA, Marcelo. **A história e a cultura afro-brasileira e indígena no Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro: o relato da experiência do NEABI em Duque de Caxias.** In: Congresso Brasileiro De Pesquisadores Negros, 2018, Uberlândia: COPENE, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas.** Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 77 p. Título original: We Should All Be Feminists.

ADUFRJ. VIDAS NEGRAS IMPORTAM! DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.ADUFRJ.ORG.BR>. 2020.

AGUIAR, Ronaldo Conde. O rebelde esquecido: vida e obra de Manoel Bonfim. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.

AGUILAR, Nilton. **Racismo: um problema estrutural.** REVISTA SOCIOLOCUS. abr. 2016. Disponível em: <<https://sociolocus2.files.wordpress.com/2016/04>. > Acesso em: 14 abr. de 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólem, 2019. (Feminismos Plurais, Djamilia Ribeiro, org.).

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, número 37, janeiro-junho de 2006, p. 143-166.

ALBUQUERQUE, José A. Michel Foucault e a teoria do poder. São Paulo: 1995.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; Sanchez, Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social.** Disponível em< <https://www.scielo.br/>. >Revista Preposições, V. 28, N.1 (82) |jan. /abr. 2017. Acesso em 25 de nov de 2020.

ALMEIDA, Pedro. **Racismo precisa ser tratado como tema fundamental da economia.** disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/racismo-precisa-ser-tratado-como-tema-fundamental-da-economia.shtml>. >

ALMEIDA, Silvio Luís de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólem, 2019. Coleção Feminismos Plurais. 2019.

ALVES, Castro. *Obra completa. Org. e notas Eugênio Gomes*. Rio de Janeiro: Nova Aguiar. Disponível em < <https://www.escritas.org/pt/t/13077/vozes-dafrica>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

ALVES, J.A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 198-223, 2002 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a09v45n2.pdf>. > Acesso em: 29 out. 2019.

ARSEL, Zeynep. **Um guia iterativo em quatro passos para o planejamento de entrevistas**. *Rimar. Maringá.* V.8, n.2. p. 84-98, jul. /dez. 2018.

ASSIS, Wendell Fisher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Salvador, Caderno CRH, n. 72, vol. 27, 2014

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro de colonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, Brasília: maio-ago, de 2013. P. 89-117.

BARBOSA, Cibele. Casa grande e senzala a questão racial e o colonialismo esclarecido na França do pós-Segunda Guerra Mundial. RBCS. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D' assunção. Igualdade e diferenças: construções históricas e imagináveis em torno da desigualdade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BASSALOBRE NETTO, Janete. As três dimensões da inclusão. Belo Horizonte, Educação em Revista, jun. 2008.

BAUER, M. & GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som; um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Sygmunt. *Modernidade holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, 324 p.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: 1999.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.285 p.

BERSANI, Humberto. **Racismo estrutural e o direito à educação**. Campinas: PUC, 2017. Disponível em <<https://doi.org>>. Acesso em 20.05.2020.

BETONI, Camila. *Racismo*. 2014. Disponível: *Racismo*. Disponível em: <https://jus.com.br>

BIRMAN, Joel. *Desscostrução do racismo*. Niterói: EDUFF, 2018. *Rev. Latinoamericana Psicopat.* São Paulo: 2019.

BITTENCOURT, Evaldo de Souza Bitencourt. **Políticas Públicas para a educação básica no Brasil, descentralização, controle social –limites e perspectivas**. 2009. Disponível em <<http://www.livrosgratis.com.br>>. Acesso em > 24 de nov. de 2020.

BOANERINE, Maria Lúcia. Higiene e raça como projetos eugenismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. P. 216.

BORBA, Rodrigo C. do Nascimento; SELLES, SANDRA E. Notas para pensar os sujeitos periféricos na história da educação em ciências. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 36, |2020.

BRASIL, Planalto. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br/ccivil.>> Acesso em 20 de abr. de 2020.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Comissão de Juristas vai revisar legislação sobre racismo. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004. Acesso em: 13 de junho de 2019.

BRAZIL UNFPA. **III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.** Brasília, 2001. 101 p.

BUENO, Eduardo. Box coleção brasilis. S.l: Estação Brasilis, 2016.

CALÁS, Marta B. Expressando solução para liderança silenciosa.1991. Disponível em: <https://journalsagepub.com>. Acesso em: 24 de out. 2020.ca

CAMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191.

CAMPOS, Luís Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: RBC, v. 32, 2017.

CARDOSO, M. **O movimento negro.** Belo Horizonte: Mazza, 2002.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do. **Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial.** Disponível em< <https://periodicos.ufsm.br/>>. Acesso em: 24 de nov.de 2020.

CARMO, Márcia. **O racismo é um problema econômico.** BBC NEWS BRASIL, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br> >Acesso em Mar.2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** São Paulo: USP, 2005. (tese).

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** 2020. Disponível em <<http://www.unicap.br>>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

CARVALHO, Erica. Rio de **Liberdade, abre as asas sobre quem?** Revista Direitos Fundamentais e Alteridade, Salvador, V. II, Nº 01, p. 49 a 64, jan-jun, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro', em LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. 2005.

CASTRO, Jorge Abrahão. **Evolução e desigualdade na educação brasileira.** Educ. Soc. vol.30 no.108 Campinas Oct. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 27 de abr. de 2020.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada:** guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.(Orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais:** modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. Vol. I, 465 p.

COLADO, Eduardo Ibarra. **Ante la colonialidad epistémica, pensamiento de las diferencias desde los márgenes:** el caso de los Estudios Organizacionales ente América Latina Estudos organizacionais e colonialidade epistêmica na América Latina. 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boi Tempo, 2019. 495 p.

COLLINS, Patrícia. Intersectionality as critical social theory. S.l, Duke University Press, 2019. 376 p.

COLOMBO, Maristela. Modernidade: a construção a construção do sujeito contemporâneo da sociedade de consumo. Revista de Cultura e Políticas, v. 20, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **A nova cidadania.** Lua Nova no.28-29 São Paulo Apr. 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>. > Acesso em 27 de abr. de 2020.

CORDEIRO, Luciana; BALDINI, Cassia. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org>. Acesso em 29 de fev. de 2021.

CORTÊZ, Natasha. **O que é violência política de gênero e por que devemos falar sem descanso sobre ela?** Questões de gênero. Revista Marie Claire, 21.08.2020. Disponível em< <http://www.geledés.org.br>> Acesso em 06 de nov. de 2020.

COSTA, Cândida Soares da. **Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC, 2008. 180 p

COSTA JUNIOR, Ernani Salles da; GALUPPO, Marcelo. Cotas raciais e direito à educação: em busca de umas práxis jurídicas libertadoras para além da violência, da desigualdade e da razão única. 2020.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 janeiro/abril 2016.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. The University of Chicago Legal Forum [S.l.: s.n.] 139, pp.139–167, 1989, p. 167.

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade**. 1991. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade>. Acesso em: em 21 de out. de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não brancas. Disponível em: <https://negrasoulblog.les.wordpress.com/2016/04/mapping-themargins-intersectionality-identity-politics-and-violence-againstwomen-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>

CUNHA, José Ricardo. Modernidade, Pós-Modernidade e Emancipação na Perspectiva da Ética da Alteridade. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1313-1362.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. S. 1, Plataforma Gueto.2013. 171.

DAYANE, Assis. **Interseccionalidade**. UFBA, 2019.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. IN: _____ e col. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro, 2018. 192 p.

DIAZ, Marcos Gonzales. Revista Super Interessante. 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. **Direito administrativo**.18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DIWAN, P. Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007

DOMINGOS, Petrônio. Movimento negro brasileiro, alguns apontamentos históricos. São Paulo: USP, 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://xa.yimg.com>. Acesso em: 30 out. 2010.

EL-DINE, Lorena Ribeiro. Renato Kehl, a eugenia brasileira e suas conexões internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, História, Ciências, Saúde, 2020.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Júnior, Oliveira Vianna e Menotti Del Pichia, 1926. Rio de Janeiro, História Ciências, Saúde, 2016. P.243-252.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Bogotá: Norma, 1998.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de outro modo**: el programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano. Tabula Rasa, n. 1, p. 51-86, Ene.-Dic. 2003.

FALCON, Francisco Calazans. Utopia e modernidade. 2005. Revista Morus Utopia e Renascimento. V. 2, 2005. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br>

FARIAS, Juliana Barreto. Para vencer na vida. Rev. História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: mar. n. 54, 2010, p. 16-21.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2a ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Alice et al. Fontes de evidências em estudos de caso, ENAMPAD. 2005.

FERREIRA, Andreza de A. L. Diferença e interseccionalidades nas organizações: análise das representações de líderes nos filmes amor sem escalas, e o diabo veste Prada. Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre, v. 26, n.3, set.-dez. 2020.

FIGUEIRA, V. M. O preconceito racial na escola brasileira. Brasília: Senado Federal, 1999.

FIGUEIREDO, Ângela. **Descolonização do Conhecimento no Século XXI**. Cruz das Almas: UFRB, 2019. MA

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2012.

FOLLMANN, José Ivo. Memórias reversas e a educação das relações étnico-raciais. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2017. (Coleção NEABI digital, Refazendo lações e desatando os nós, v. 3).

FONTENELLA, Bruno José Barcellos. **Amostragem por saturação em pesquisas.2008**.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Políticas públicas exclusão social: ou como as cidades constroem periferias. Recife: Rev. Movimentos sociais e dinâmicas espaciais, v.2, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Declaração e programa de ação de Durban**. Brasília: 2002.

GELEDÉS. **Racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado**. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>. > Acesso em 17 de maio de 2020.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Godoy, P. de. (1926). Ideias novas: Federação dos Estudantes de S. Paulo. Revista De Medicina, 8(44-45).

GOLDMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa.8*ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, v.1. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/>. > Acesso em: 9 set. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Revista Currículos sem fronteira, v.12, n.1. 2012. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org. > Acesso em dez.2020.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Coleção 2 pontos: v.2).

GROSGOUEL, Ramón. **Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos**: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais.2005.

GUIMARAES, Antônio. S. A. **Classe, raça e democracia**. São Paulo: USP, 2002. 232 P.

GUIRAUD, Luciene. **As relações de poder na organização escolar**: um estudo sobre a construção da subjetividade. 2008. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

GURGEL, Yara Maria Pereira. **Direitos humanos. Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação**. São Pulo: PUC, 2007.

HABERMANS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade'**: doze lições.trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000. Coleção Lópicos.Título originai: Der Philosophische Diskurs der Modems

HALL, Stuart. **Raça o significativo flutuante**. 1992. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br>>. Acesso em: 21.10.2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Graal, 1979. 302 p.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Revista Mediações, Londrina, v. 20 n° 2, p. 97-128, jul/dez 2015. Disponível em <http://www.uel.br>. Acesso em 05 fev. 2017. Interseccionalidade e pensamento feminista.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Colonialismo e história**. Lisboa, FCT, 2015.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso em 25.11.2020.

HONORATO, Claudio de Paulo. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. Niterói: UFF, 2008. (Dissertação de mestrado).

JORNAL HORA DO POVO. **João Pedro, de 14 anos, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. 2020**. Disponível em < <https://horadopovo.com.br/joao-pedro-de-14-anos-covardemente-assassinado-no-rio-de-janeiro/> > Acesso em 20.dez. 2020.

IANINI, Octavio. A questão nacional na América Latina. Estudos avançados. São Paulo: v. 2, jan. /mar.1988.

IANINI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IBGE. Estimativas da população. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>> acesso em 13 de abr. 2020.

IENSUE, Geziela. **Política de cotas em universidades brasileiras: entre legitimidade e eficácia**. (prelo). 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. v. 1. 380 p.

IFRJ. **Concepções e diretrizes**. 2008.42 p.

INSTITUTO Federal do Rio de Janeiro. **Regulamento Do Núcleo De Estudos Afro-brasileiros e Indígenas NEABI - IFRJ**. 2018. Disponível em <<https://docplayer.com.br/126559807-Regulamento-do-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas-neabi-ifrj.html>>. Acesso em jan.2021.

IPEA. **Atlas da violência 2017**. In: Fórum da violência, 2017. Rio de Janeiro: IBSP, 2017.

IPEA [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br> > Acesso em 18 de abr. de 2020. 42 p.

ISTO É. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br>

JORNAL Hora do Povo. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro:Cobogó, 2019. 248 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. .

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. 2002.

LEAL, Maria do Carmo et al. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, suppl.1, e00078816. Epub July 24, 2017. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00078816>.

LEAVY, Patrícia. *Research Design: Quantitative, Qualitative, Mixed Methods, Arts-Based, and Community-Based Participatory Research Approaches*. New York: 2017.

LEITE, Lucia Helena Alvarez et al. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. Belo Horizonte: Rev. Educ, 2019. Disponível em:

MACHADO, Elielma. **Políticas de ação afirmativa e educação no Brasil**: para além da cor e da raça. Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2014.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada**: análise de objetivos e de roteiros. 2003. Disponível em< <https://edisciplinas.usp.br>>. Acesso em 07.06.2020.

MANZINI, E. J.; SIMÃO, L.M. Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo por meio de interações verbais. In: MANZINI, E. J. (Org.) *Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência*. Marília: Unesp, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de Marketing*. 5° ed. São Paulo: Atlas,1999.

MATTOS, Pablo de O. *História da África contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC, 2008.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Institut Francais; N1 edições, 2018, 320 p.

MEC. **Rede Federal**. Disponível< <http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em 20.04.2020.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: 2013. 104 p.

MELLO, Carlos. **Gestão da qualidade.** São Paulo: Person Prentice hall, 2006.

MENEZES, P. L. de. A Ação Afirmativa (Affirmative Action) no Direito Norte-Americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** 2005.

MIGNOLO, Walter. **O lado mais escuro da modernidade.** *RBCS* v. 32 n° 94, jun. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br>. > Acesso em 06 de jun. de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIR, Luís. **Guerra civil estado e trauma.** 2004.

MIRANDA Adélio Renê. **Gestão da diversidade e inclusão de minorias: desigualdades, preconceito e discriminação no setor bancário.** Lavras-MG: ufv, 2014. 245 p.

MONTESQUIEU. **Cartas Persas: II.** Trad. Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal -47). 2006. (Grandes obras do Pensador Universal, 47).

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Adilson. Tratado de direito antidiscriminatorio 2001.

MOREIRA, P. A.; SAPUCAIA, R. V. F. O direito a ter direitos como primeiro direito fundamental. Uma análise da situação dos apátridas a partir de Hannah Arendt. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2994, 12 set. 2011. Disponível em: Acesso em: 26 nov. 2020

MUNANGA, K, (Org). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: MEC-SECAD, 2005. 204 P.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje. *Rev. Inst. Estud. Bras.* N. 62, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br>

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, III Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação-Penesb, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br>

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 183 p.

NKOMO, S. M.; COX JR., T. **Diversidade e identidade nas organizações**. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. Handbook de estudos organizacio- nais. São Paulo: Atlas, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. São Paulo: Tempo Social- revista de sociologia. pp. 287-308. 2008.

OAB. Comissão da Verdade da escravidão negra no Brasil. 2016.

OLIVEIRA, Adão F. de. (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: PUC Goiás, 2010. p. 93-99.

OLIVEIRA, Dennis. Relações Raciais E Poder. São Paulo: Rev. Princípios, N.34, Ago-Out., 1994.

OLIVEIRA, Josiane Silva. **Corpo, Cabelo E Consumo**: Produção Simbólica E Reprodução Cultural Entre Mulheres Negras. Maringá, Universidade Estadual De Maringá, 2010. 179 F.

ONU, Nações Unidas do Brasil. **Com deficiência e empoderadas**: refugiadas e migrantes são capacitadas para o mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-no-brasil>>. Acesso em 17 de abr. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. Ano Internacional dos Afrodescendentes. Disponível em: <http://www.onu.org.br/anoafro2011>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ORWEL, George. A Revolução dos Bichos. S.l: Troia, 1945.

OXFAM. Desigualdades Raciais No Brasil E Suas Múltiplas Dimensões. 2020. Disponível Em: <https://Www.Oxfam.Org.Br>

OXFAM. Relatório nós e as desigualdades. 2019. Disponível em: [https:// www.oxfam.org.br](https://www.oxfam.org.br) . Acesso em: 20 de jan. de 2021.

PAIXÃO, Marcelo. Relatório anual das desigualdades raciais. Geledés. 2012.

PAIXÃO, Marcelo. Racismo no Brasil. 2018.

PEREIRA, Márcia Guerra. **Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2008. 180 p.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório de desenvolvimento humano 2010**: edição do 20º Aniversário. Nova York, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. 2010. 277 p.

PRATA, Maria R. de S. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola**: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. In: Revista Brasileira de Educação, n. 28, jan. /fev/mar/abr. 2005.

Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de saúde. **Boletim Epidemiológico**. Disponível em <https://www.geledes.org.br>. Acesso em 20 de abr. de 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade e, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos. n. 37.2002.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**, em Edgardo Lander (org.), Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales (Bueno Aires: Clacso-Unesco, 2000), pp. 201-246.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, PAZ CONCHA. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP, 2019.

QUINTERO, Pablo. Crisis civilizatoria, desarrollo y Buen vivir. Buenos Aires: Del Signo, 2014;

_____. Alternativas descoloniales al capitalismo colonial/ moderno. Buenos Aires: Del Signo, 2015.

RAMOS, Guerreiro. **O problema do negro na sociologia brasileira**. 1954.

RAMOS, Lázaro. Sinto o que sinto: e a incrível história de Asta e Jaser. 2019.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. Filosofia e e história da biologia, v.2, 2007.

REED, Michael. **Teorização organizacional: um campo historicamente contestado**. Capítulo 1 do Volume 1 do Handbook de Estudos Organizacionais. Edição brasileira publicada em 1998.

RIBEIRO, DJAMILA. O que é Lugar de fala? Belo Horizonte, Letramento; Justificando. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 190 p.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REGINALDO, Lucilene. Racismo e naturalização das desigualdades: uma perspectiva histórica. Jornal da UNICAMP. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br>.

RISCAROLLI, Priscilla. Últimas pandemias que já ocorreram no mundo desde 1918. Disponível em: <https://www.dicasonline.com/ultimas-pandemias>.

ROBIN, Diangelo. Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. São Paulo: Faro, 2018.

ROCHA, Luis Carlos Paixão da. Políticas afirmativas: a lei 10.639/2003. Curitiba: 2006.

RODRIGUES, Sérgio. A palavra, nasceu no século 20. Revista VEJA, abr. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>

ROSA, Alexandre Reis. **Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil**. RAC, v. 18, n.3, 2012. Disponível em: <<http://acesso.anpad.org.br/rac.>> Acesso em: 17.06.2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **O lugar das práxis violência de gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. São Paulo: PUC, 2002.

SANSONE, Lívio et al. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. 594 p.

SANTOS, Richard. **Onda negra, medo branco: a justiça brasileira ainda usa a eugenia para condenar pretos**. REVISTA FORUM, 6 ago. 2020. Disponível em: <<http://www.geledés.org.br>> Acesso em 06 de nov. de 2020.

SANTOS, Cláudia Regina de. Dilemas raciais brasileiros: o racismo estrutural e os limites e as perspectivas. 2012.

SANTOS, Hélio. A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Rev. Perspectiva, v. 8, 1994.

_____. Políticas públicas compensatórias para os negros no Brasil. Brasília, 2000.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Sales Augusto dos. **Lei 12.711/2012: perspectivas de avaliação e monitoramento**. In: 2º Fórum de Ações Afirmativas: NEABI/Região Sul. 2015.COPENE. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/iiforumacoesafirmativa>. Acesso em 19 de abr. de 2020.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio A. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

SCHWINN, Thomas. Aspectos e problemas de uma compreensão plural de modernidade. Goiás: Revista de Teoria da História da UFG, v. 16, n.2, 2016.

SENGER, Igor. **O estudo de caso como estratégia metodológica de pesquisas científicas em administração: um roteiro para o estudo metodológico**. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.fw.uri.br>>. Acesso em 07 de abr. de 2020.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. *Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2001, 143 p.

SILVA, Jackson Ronie Sá et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, jun. 2009.

SILVA, Mozart Linhares da. Da biopolítica, racismo estrutural e intersubjetividade. *São Leopoldo: UNISINOS*, n. 235, vol. 13, 2015. Disponível em: www.revistas.unisinos.br

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

SILVA, Tatiane. *Desigualdades sociais*. IPEA, 2014.

SIMÃO, Calil (Org.). **Estatuto da igualdade racial comentado**. São Paulo: 2011. 476 p.

SOUZA, Flávia Antunes de. **Avaliação da política de educação profissional nos Institutos Federais: uma análise da experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)**. Niterói, RJ: UFF, 2014. 114 p. Disponível em< <https://app.uff.br>> Acesso em 27 de abr. de 2020. <https://www.ets.ufpb.br>

SOUZA, Francisca Vilani de; CIPRIANO, Marta Maria dos Santos. *Ações afirmativas: a invisibilidade da lei 10.639/2003 na educação básica*. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br>. Acesso em 27 de fev. de 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios federal institutes: expansion, prospects and challenges**. *Revista Ensino Interdisciplinar*, v. 2, nº. 05, Julho/2016 UERN, Mossoró, RN. Disponível em< <http://periodicos.uern.br/>. > Acesso em 27 de abr. de 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 272 p.

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso: da escravidão a lava jato**, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.

SOUSA, L. P.; PORTES, É. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica Como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. P. 25-79.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: De´couverte, 2005.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2005.

STRINGER., Chris. **DNA De Esqueleto Indica Existência De Britânicos Negros E De Olhos Azuis Há 10 Mil Anos**. 2018. Disponível Em: [Https://Www.Bbc.Com](https://Www.Bbc.Com)

TALENSES; INSPER. *Pesquisa panorama mulher 2019*.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; OLIVEIRA, Josiane Silva de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Disponível em <<vista2.grupointegrado.br/revista>. > Publish Year: 2020. Acesso em 27 de abr. de 2020.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

TRAGTENBERG, Maurício. **Relações de poder na escola**. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.4., 1985. Disponível em:< <https://www.scielo.br>> Acesso em 27 de abr. de 2020.

TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 2013.

TUDE, João Martins et. al. *Políticas públicas*. Curitiba: IESDE, 2010. Disponível em: <http://www.videolivreria.com.br>.

UNITED STATES OF AMÉRICA. Presidente (2021-2021: Joseph Robinette Biden Júnior. *Discurso de Posse*, 20. 01.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>.

VARGAS, João H. Costa. *Racismo não dá conta e antinegritudes, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade*. Rio de Janeiro: UERJ, *Revista em Pauta*, n. 45, v. 18, p. 16-26, 2020.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

VOLTAIRE. *Cartas Persas*. 2006.

WEGNER, Robert. *Eugenia negativa psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterização eugênica no Brasil*. Ver. *Historia, Ciências, saúde*. Rio de Janeiro: Manguinhos. 2013.

YIN, Robert. **Planejamento e métodos: estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXO I – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante: Sou JOANA DE CARVALHO PINHEIRO, estudante matriculada no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO (PPGA da UNIGRANRIO), no curso de Mestrado em administração, e estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da Professora Orientadora Dra. DENISE FRANCA BARROS cujo objetivo é analisar como os projetos de enfrentamento ao racismo do NEABI, contribuem para a desconstrução do racismo estrutural para a comunidade acadêmica do IFRJ. Busca-se, por esse objetivo, registrar o impacto das suas ações sobre a sua comunidade acadêmica.

Sua participação nesse estudo é voluntária e envolve a concessão de entrevista. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la, se assim desejar. Extratos / pedaços desta entrevista, na forma como foram falados, poderão fazer parte do relatório final, sem revelar o nome ou características que a possam identificar.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico!

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas por mim, através do telefone (21) XXXXXXXXXX (joanabiblioteca@yahoo.com).

Permito que a entrevista seja gravada em gravador de áudio.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

____/____/____

Local, data

ANEXO II – Roteiro da Entrevista

1. Quais os Projetos, eventos e ações de enfrentamento ao racismo estrutural do NEABI/IFRJ?
2. Como e quais são as práticas realizadas pelo NEABI, em relação às políticas de enfrentamento ao racismo estrutural no IFRJ, para a sua comunidade acadêmica?
3. Descrever quais são as novas iniciativas do NEABI para o agora e para o futuro, quais os frutos que foram colhidos pelo IFRJ, a partir do NEABI, e para onde o NEABI e o IFRJ estão convergindo?

ANEXO III – Projetos Realizados pelo NEABI Niterói 2018 a 2020

- 1-Reuniões periódicas mensais;
- 2-Reunião externa: Visita institucional;
- 3-Visita ao NEABI do Campus São Gonçalo.
- 4-Reunião geral dos NEABIs:
- 5-Reunião entre a Coordenação de Diversidade e os representantes de NEABIs dos Campi.
- 6-Solicitação de infraestrutura no campus do Sapê que conte com espaço físico, mobiliário e acervo bibliográfico.
- 7-Sugestão reserva de vagas cursos de formação inicial e continuada, direcionada a comissão do curso.
- 8-Disponibilização de formação a comissão de heteroidentificação, direcionada à Direção Geral.
- 9-Atividades junto aos alunos nas semanas de acolhimento nos inícios dos semestres, desde 2018.
- 10-Colaboração em aulas elaboradas por professores membros ou não do NEABI.-2017
- 11-Apresentação e debate do curta metragem “Tia Ciata” –
- 12-Evento 2018.2 - “Gastronomia e questão racial: a experiência de gestão de um negócio étnico-racial”.
- 13-Palestra/conversa com a administradora negra, dona de um restaurante afro centrado - (Dida Bar).
- 14-Evento em novembro 2018: NEABI novos espaços para a cultura afro-brasileira.
- 15-Parcerias com as professoras de Línguas para trabalhar os livros da autora negra Conceição Evaristo.
- 16-Exposição - Jun/2018 – Exposição Escrevivências, com os trabalhos dos alunos nas oficinas e textos da autora Conceição Evaristo.
- 17-Evento em novembro de 2019 com palestras, trazendo representantes da UNEGRO, roda de conversa com alunos da UFF, oriundos de países africanos exposição na Biblioteca envolvendo diversos professores.

18-Colaboração em eventos organizados por professores ou pela COTP, onde o NEABI colaborou através das ações de seus membros.

19- Atividades dos projetos o Literato, Círculo de Leitura, Cinedebate.

ANEXO IV – Projetos Realizados pelo NEABI Resende 2018 a 2020

1-Ciclo de conversas racismo e sociedade

2- Enegrecer: política, arte e resistência

3- Peças de Teatro com alunos

4- Oficina de amarração de turbante

5 - Exibição de filmes / Rodas de leitura e debate.

ANEXO V – Projetos Realizados pelo NEABI CAXIAS 2018 a 2020

1. Licenciatura em Química, a Disciplina Optativa **Introdução à História e à Cultura Afro-Brasileira e Indígena** (terças, 13h-14h30);

2. Participou da campanha **21 Dias de Ativismo contra o Racismo** (março) com:
 - a. Palestra de Professora Carla Mahomed, sobre *Mulheres Negras na Ciência* (turno da tarde);
 - b. Palestra da youtuber Nathália Braga, sobre *Racismo*;
 - c. Apoio à peça teatral *Marielle Presente*, do grupo Dionísia Urbana.

3. O NEABI integrou o grupo que promoveu a **Semana da Diversidade**:
 - a. Palestra da Professora Monique Lopes sobre a *Lei de Reserva de Vagas*;
 - b. Palestra do professor Estêvão Leite, coordenador do NEABI do *campus* Belford Roxo, sobre *Sustentabilidade e Direitos Humanos*;
 - c. Palestra da professora Viviane Prates sobre *Mulheres Negras na Ciência* (turno da noite).

4. **Concurso fotográfico** “Duque de Caxias: A desigualdade social em um instante” (agosto);

5. **Cinedebate** em parceria com a Biblioteca Carolina Maria de Jesus. Exibição do filme *Infiltrado na Klan* (setembro);

6. O NEABI apoiou três atividades na **SEMAC**, em outubro (com participação e apoio financeiro):
 - a. Oficina *Tranças Afros e Turbantes: Resistência e Poder* (Coletivo Negritude Federal);
 - b. Oficina de *Bonecas Abayomi: Uma herança de Ancestralidade* (Coletivo Negritude Federal);
 - c. *Cinedebate: Auto de Resistência* (em parceria com Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGEDS);

7. **Visita ao Museu Vivo de São Bento** (Duque de Caxias), atividade dirigida aos alunos que compõem o Coletivo Negritude Federal (outubro);

8. **Palestra** do professor Renato Nogueira (UFRRJ), com o título “Educação e Relações Étnico-raciais” (outubro);

9. **Roda de conversa: Cotas Raciais**. Condução de Fernanda Paixão e Isadora Talhas. Apresentou-se resultado das pesquisas e abriu-se uma roda para debate (novembro);

10. Apoio à atividade de **grafite** com o rosto de Marielle Franco, produzida por Airá Ilu Aiê Ferraz de Almeida (dezembro);

11. Criação e administração do perfil na rede social **Instagram** (@neabicaxias);

12. **Aprovação em editais** do IFRJ:

a. Edital de Extensão Nº 01/2019 - Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão

b. Edital de Extensão Nº 06/2019 - Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão (Pró-Extensão) – Modalidade Eventos - Cultura Afro-Brasileira e Indígena

c. Edital de Extensão Nº 07/2019 - Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão – Pibiex/IFRJ de Apoio aos Núcleos de Diversidades (bolsista Larissa Pinagés Alves

d. Edital Interno Nº 01 /2019 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Pibic 2019-2020 (bolsista Izabella de Aquino Leandro – LQ)

e. Edital Interno Nº 02/2019 - Programa Institucional de Incentivo à produção Científica, Tecnológica e Artístico-Cultural e Renovação (renovado sem recurso).

ANEXO VI – Projetos Realizados Pelo NEABI Pinheiral 2018 a 2020

- 1 Reuniões mensais dos membros do NEABI e do grupo dos estudos dos núcleos
- 2 Projetos chamados de *Jornadas de formação antirracista*
- 3 Cartilhas sobre cotas e ações afirmativas
- 4 Expocanp
- 5 Atividades no mês da Consciência Negra.
- 6 Visitas técnicas a e trabalhos de campo em museus, espaços de cultura.

- 2021: Visita Técnica técnica à “pequena África” na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o grupo de pesquisa NEGRAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais,

- 2019 -Visita técnica à exposição “EGITO ANTIGO DO COTIDIANO À ETERNIDADE”, no Centro Cultural do Banco do Brasil (Rio de Janeiro);

- 2019 - Caixa Cultural, na exposição Diáspora, de Josafá Neves (Rio de Janeiro).

- "As contribuições das filósofas brasileiras para pensar os desafios contemporâneos"
- Bolsista: Ketelyn (MA 204).
- Objetivo: divulgar o trabalho de filósofas negras, indígenas e trans.

Coordenadora: professora Amanda Veloso Garcia

Feminismo Negro e Diversidade: Protagonismo, formação e identidade”

Coordenadora: Patricia Manuela e Souza

Clube antirracista virtual do livro”

Objetivo: Promover a leitura de obras literárias antirracistas e fomentar o debate sobre elas no espaço virtual.

Coordenadora: Erica Bispo

"Desafios de ser mulher no Brasil: reflexões sociais e filosóficas a partir da realidade regional"

Bolsista: Dominicki.

Objetivo: pensar estratégias para lidar com assédio dentro da instituição e ouvir as mulheres da região articulando redes de apoio.

Coordenadora: professora Amanda Veloso Garcia

Políticas públicas, organização interna das cidades e cidadania: estudos de caso no Vale do Paraíba. Estudo inicial: Volta Redonda

Coordenadora: Carla Hirt

Bolsistas: Murilo Jones da Costa, Caroliny Yumi Hayashida Souza (voluntária), Isabela de Oliveira Wilmsen (voluntária).

A pesquisa se organiza em 2 eixos:

- i) a análise das desigualdades do espaço urbano no que diz respeito à sua materialidade, com destaque para a provisão de infraestruturas básicas e qualidade ambiental;
- ii) a análise da distribuição espacial da população observando as classes sociais e a questão racial.

História em disputa Pública: a Lei de Cotas e a experiência histórica da escravidão na Folha de São Paulo (2005-2012)

Coordenador: João Carlos Escosteguy Filho

"As contribuições das filósofas brasileiras para pensar os desafios contemporâneos"

Bolsista: Ketelyn (MA 204).

Objetivo: divulgar o trabalho de filósofas negras, indígenas e trans.

Coordenadora: professora Amanda Veloso Garcia

ANEXO VII – Projetos Realizados pelo NEABI Realengo 2018 a 2020

•Participação nas Semanas de Planejamento Pedagógico do Campus Realengo (2018/2019/2020);

Atividades de reflexão, como o IF/Creal/NEABI: Ativismo contra o Racismo, com um Quiz sobre temáticas correlatas.

•Congresso da ABRASCO: NEABI: o antirracismo em ação; (2018)

I Mostra Provocações Raciais; (novembro de 2018).

- Ações Afirmativas / Cotas Raciais
- Apartheid Social
- Apropriação Cultural
- Branquitude / Branqueamento
- Colorismo
- Encarceramento em Massa
- Epistemicídio
- Intolerância Religiosa
- Mito da Democracia Racial
- Pop. Negra: Desigualdades em Educação
- Pop. Negra: Desigualdades em Saúde
- Racismo Institucional
- Transfobia
- Violência contra a Mulher Negra

•Página Facebook - NEABI - IFRJ / Campus Realengo; (2018). / Perfil no Instagram; (2020).

III SEMANEX: Mulheres Negras em Diáspora: Realidades e Perspectivas. Cinedebate com “Vidas de Carolina”; (2018). dar visibilidade à questão da mulher negra periférica.

Instalação do Mural do NEABI no Campus Realengo

•Roda de Conversa sobre Saúde da Mulher Negra, com a ONG Criola; (2019).

- Projeto de Grafiteagem no Campus Realengo: Parcerias da ONG Criola, Pré-vestibular +Nós e COEX; (2019).
- Oficina de Turbantes Sankofa: "tecendo belezas e resistência", com participação do NEABI do Campus Duque de Caxias – aluna Landara Marcele (2019). A oficina aconteceu por ocasião do aniversário do Campus Realengo.
- Posts informativos a respeito do COVID-19
NEABI entrou nas redes para participar desta ampla discussão que é a presença do COVID-19 entre nós, com a proposta de refletir sobre os impactos da pandemia sobre a população negra.
- Projeto de Extensão (2019-2020) - Negritudes: Intercâmbio e articulações com o território.

ANEXO VIII – Fotos de Projetos dos NEABIS do IFRJ

CONFERÊNCIA
 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
 ÉTNICO-RACIAIS E A LEI 10.639/2003:
 DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

18\07
 De 14h às 18h

PROF. DR. RICARDO CESAR
 ROCHA DA COSTA

Auditório do IFRJ - campus Rio de Janeiro
 Rua Senador Furtado, 121 - Maracanã



Apoio

Realização

PROEX



CoeX

DEPI

INSTITUTO FEDERAL
 Rio de Janeiro
 Campus Rio de Janeiro

130 ANOS DE ABOLIÇÃO: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

**Prof. Dr. RENATO FERREIRA
UFRRJ**

Data: 24 de maio de 2018
9h30 às 11h30
Local: Auditório IFRJ campus Rio de Janeiro

Apoio

Coex
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM EDUCAÇÃO

DEPI
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
POLÍTICA E PEDAGOGIA

Realização



INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Rio de Janeiro

Ministério da
Educação





Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Rio de Janeiro
Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil

*Institutos Federais do Estado do Rio de Janeiro e
Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra
no Brasil: uma parceria em busca da reparação."*

O objetivo geral do evento é reafirmar e fortalecer a parceria entre a Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (CEVENB) e os NEABIs dos Institutos Federais do Estado do Rio de Janeiro







NEABI EM DEBATE SOBRE MULHER E RACISMO
27/06/2018 - 09:25



A mulher e o racismo foi tema de discussão na unidade Pinheiral, no dia 26 de junho

O NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS E INDÍGENAS
NEABI - DEBATE APRESENTA



I CICLO DE DEBATES
**MULHER E
RACISMO**

"NEGRITUDE E BRANQUITUDE: UM DIÁLOGO
NECESSÁRIO", COM ELIANE ALMEIDA DE
SOUZA E CRUZ

"ENTRAVES E DESAFIOS NA ASCENSÃO DA
MULHER NEGRA" COM ALDA IZA DOS
SANTOS PEREIRA:

"O SILENCIAMENTO E A DEPRESSÃO DA
MULHER NEGRA", COM SANDRA APARECIDA
GURGEL VERGNE:

26 de junho, às 10 h
no auditório do *Campus Pinheiral* do IFRJ



CAMPUS PINHEIRAL NO MOVIMENTO “21 DIAS DE ATIVISMO CONTRA O RACISMO”

14/03/2019 - 16:50



CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NEGRAS NA EDUCAÇÃO



JALBER SILVA

Professor e pesquisador em Relações Etnicorraciais. Coordenador de Ensino e Pesquisa do Instituto Afro-ameríndio de Paty do Alferes-RJ, onde desenvolve pesquisa em Memória/História Oral, Religiosidades Afro-ameríndias e Racismo Epistêmico. Doutorando em Humanidades/Ciências Sociais pelo PPGHCA-UNIGRANRIO.



LUCIANA TRINDADE

Licenciatura em História pela UFRJ. Especialista em Ensino de História da África pelo Colégio Pedro II. Professora da Seeduc-RJ. Educadora do pré-vestibular popular do IFHEP.



NATHALIA ARAUJO

Doutoranda em Educação pela UNESA. Mestre em Educação pela UFRJ. Especialista em Educação Especial pela FII. Gerente de Educação Especial e Inclusiva da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

**DIA 30 DE
JULHO DE
2020
QUINTA
17:30 H**

INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Paracambi



Mediação: Tomas Coelho Garcia
Docente do IFRJ
Membro do NEABI – CPar

Inscrições:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfXXKv9r1XVdXhO6fYIZcuuJQp5BVE2Ozd61NrfTKi_dMlqw3bg/viewform?vc=0&c=0&w=1

O CORPO DOCENTE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO IFRJ – CAMPUS PINHEIRAL TEM
 O ORGULHO DE CONVIDÁ-LOS PARA O DEBATE:

AFROPERSPECTIVAS: FILOSOFIA, ENSINO E EPISTEMOLOGIAS EM TEMPOS PANDÊMICOS



COM O PROFESSOR RENATO NOGUERA (LEAFRO/UFRRJ)

PROFESSOR ASSOCIADO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, DO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
 DEMANDAS POPULARES DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFRRJ.
 PESQUISADOR DO LABORATORIO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDIGENAS
 (LEAFRO - UFRRJ), COORDENADOR DO GRUPO DE PESQUISA AFROPERSPECTIVAS,
 SABERES E INFÂNCIAS. POSSUI DOUTORADO EM FILOSOFIA, PELA UFRJ,
 ENSAISTA, DRAMATURGO, AUTOR DE LITERATURA INFANTIL E ROTEIRISTA DE ANIMAÇÃO.

DATA: 19/08/2020

HORÁRIO: 19H

LOCAL: GOOGLE MEET, PEÇA O
 LINK A PARTIR DO EMAIL: POSEDH.
 CPIN@IFRJ.EDU.BR


**INSTITUTO
 FEDERAL**
 Rio de Janeiro
 Campus
 Pinheiral


70
 ANOS
 DECLARAÇÃO
 UNIVERSAL DOS
 DIREITOS HUMANOS
 #STANDUPHUMANRIGHTS

A importância da biblioteca como ferramenta de inclusão social e de combate ao racismo



Google
Meet



Código
[dkp-rbjf-qji](#)

10/SET
(QUINTA-FEIRA)

18H

Convidados

Eduardo do Carmo Castro

Bibliotecário - IFRJ, Campus Resende
Especialista em Formação de Leitores
Graduado em Biblioteconomia (UNIRIO) e em História (UBM)



Joana de Carvalho Pinheiro

Bibliotecária - IFRJ, Campus Rio de Janeiro
Especialista em História da África e do Negro no Brasil (FGV)
Mestranda em Administração (UNIGRANRIO)



Mediador

Clauber Ribeiro Cruz

Docente - IFRJ, Campus Resende
Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRJ, Campus Resende
Doutor em Letras/Literatura (UNESP)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este text

o não substitui o publicado no D.O.U. de 10.639/2003

ANEXO X – Lei 11.645/2008

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação: “[Art. 26-A](#). Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.

ANEXO XI - Homenagem ao Movimento Negro e a Sociedade Civil Constituída e a Todos os Homens e Mulheres do Brasil que Lutam Hoje pela Igualdade

Essa homenagem ao movimento negro decorre de sua luta por mais igualdade para as pessoas afrodescendentes, incluindo a sua luta e perseverança pela instituição da Lei 10.639/2003. É possível que no futuro a sociedade saiba sobre a história da construção do termo 'raça' e então, entendam que ele é uma mentira, o que existe é a espécie humana.

É preciso conviver com as diferenças a partir do respeito!

HOJE A LUTA É PELA IGUALDADE!

ANEXO XII – Poesia Grada Kilomba

O racismo é um problema branco,
 Um problema da sociedade branca.
 E, em segundo lugar, não é uma questão "Sou racista ou não".
 Essa não é uma questão que a pessoa branca deve fazer.
 Mas, sim, a questão:
 "Como eu desconstruo meu próprio racismo?"
 O dever das pessoas brancas- e o racismo é definitivamente uma questão
 delas- é de tornar-se cientes de que elas são brancas.
 E o que significa ser branco?
 O que esta branquitude encarna?
 Encarna privilégio, encarna poder, encarna também poder e brutalidade.
 Como eu lido com todas essas partes da minha história?
 Estas são as questões que as pessoas brancas precisam lidar.
 E este é um processo psicológico, eu penso, para as pessoas brancas quando
 elas começam a lidar como o racismo.
 Há como um encadeamento... um processo.
 Primeiro estamos lidando com a negação dizendo "não, não é bem assim,
 não sou branco, e não sou racista, sou diferente".
 Da negação, passamos a um outro momento de culpa, culpabilidade.
 Vem então um terceiro momento de vergonha.
 E vem um quarto momento de reconhecimento.
 E então vem a reparação.
 E a reparação só é possível...
 Reconhecimento e reparação só são possíveis quando a pessoa branca é
 capaz de se posicionar.
 E esse processo descreve...
 Esse é um processo branco.
 Para as pessoas negras,
 Nossa tarefa é nos curarmos.
 E como sobrevivemos e nos curamos?
 Nos abraçando, cuidando bem de nós, tomando a palavra, reconstruindo
 livros, documentando nossa história, falando, fazendo filmes...
 Construindo, recuperando o que foi perdido, reavendo o que foi tomado.

Palavras emprestadas da autora Grada Kilomba